



**ALEXANDRE JOSÉ
MEDEIROS FERREIRA
DE SOUTO** **PARCERIAS ENTRE AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO DE SURF: OS CASOS DE PENICHE E
NAZARÉ**



**ALEXANDRE JOSÉ
MEDEIROS FERREIRA
DE SOUTO**

**PARCERIAS ENTRE AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO DE SURF: OS CASOS DE PENICHE E
NAZARÉ**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Luís Filipe de Oliveira Mota, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha mãe, a minha maior força e exemplo na vida!

o júri

presidente

Prof.^a Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva

Investigadora Júnior Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Prof.^a. Doutora Dina Maria Barreira Ramos

Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira Mota

Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço ao meu professor orientador Luís Mota pelo incansável apoio e orientação, à minha família por me incentivar, apoiar e possibilitar todo o meu processo de formação e aos meus amigos que sempre me incentivaram a atingir os meus objetivos.

palavras-chave

Inovação Regional, Governação Territorial, Turismo de Surf, Parcerias, Região Centro de Portugal.

resumo

O presente trabalho propõe-se a estudar a temática relacionada com o desenvolvimento do surf e a Inovação territorial, procurando aferir de que forma o surf constitui um mecanismo de promoção deste mesmo processo de evolução territorial.

Neste sentido, será desenvolvida uma metodologia assente na realização de entrevistas a diferentes agentes envolvidos na formação e concretização destes processos, entre os quais, dirigentes autárquicos tanto da Nazaré como de Peniche.

Deste modo, esperamos obter resultados conclusivos, que nos capacitem para entender qual o papel que as parcerias entre as universidades e as câmaras municipais detêm ao nível da criação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf.

keywords

Regional Innovation; Territorial Governance; Tourism of Surf; Partnerships; Center Region of Portugal

abstract

The present work proposes to study a theme related to surf development and territorial innovation, looking forward to understand how surf constitutes a mechanism to promote this same process of territorial evolution. In this sense, a methodology based on interviews, will be applied to stakeholders that are involved in the formation and implementation of these processes, among them, local authorities of Nazaré and Peniche. In this way, we hope that the result is conclusive, which enables us to understand the role that partnerships between universities and municipal councils play in the creation of public policies directed to surf development

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Revisão de literatura	3
2.1. Inovação Regional	3
2.2. Regiões de Aprendizagem e Governação Territorial	16
2.3. Turismo Regional como motor de Inovação	26
3. Proposta Metodológica	43
3.1. Questão e objetivos de Investigação	44
3.2. Perspetiva de Investigação Adotada	46
3.3. Método de Recolha de Dados	48
3.4. Cenário de Investigação	51
3.5. População alvo e Instrumentos de Investigação	52
3.6. Entrevistas e Guiões	54
4. Análise e Discussão de dados	59
4.1. Análise das entrevistas	60
4.2. Discussão dos Resultados	71
5. Considerações Finais	79
6. Bibliografia	81
7. Anexos	89
Anexo 1. “Eixos Estratégicos, Objetivos e Ações Integradas para o Oeste”	89
Anexo 2 – Guião de Entrevista enviado à Câmara Municipal de Peniche	90
Anexo 3. Guião de Entrevista aplicado à Câmara Municipal de Nazaré	91
Anexo 4. Guião de Entrevista aplicado à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	92
Anexo 5. Guião de Entrevista elaborado para ser aplicado ao Turismo do Centro de Portugal	93
Anexo 6. Guião de Entrevista elaborado para ser aplicado à Comunidade Intermunicipal do Oeste	94
Anexo 7. Transcrição da Entrevista à Câmara Municipal de Peniche	95
Anexo 8. Transcrição da Entrevista à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar	101
Anexo 9. Transcrição da Entrevista à Câmara Municipal da Nazaré	105
Anexo 10. Consentimento informado Câmara Municipal de Peniche	111

Anexo 11. Consentimento informado Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar	113
Anexo 12. Consentimento informado Câmara Municipal da Nazaré	115

Índice de Figuras

Figura 1. Vertentes de inovação e resultados.....	8
Figura 2. Diferentes Sistemas de Turismo.....	31
Figura 3. Impacto Económico do Surf	41

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura económica mundial atual assume um grande enfoque no que diz respeito às questões relacionadas com a inovação e desenvolvimento territorial, promovendo uma aproximação entre as esferas locais e globais (Malheiro, 2013). Esta temática tem, assim, recebido cada vez mais interesse entre a comunidade científica e política devido à sua grande complexidade e variedade.

Neste panorama, é possível entender que os territórios não se encontram “desligados uns dos outros”, mas antes são desenvolvidas vantagens económicas localizadas, que exprimem características distintas de qualquer outro território, capazes de justificar o porquê de uns locais demonstrarem um elevado desenvolvimento e outros não (Malheiro, 2013).

Uma das características capazes de promover o desenvolvimento regional, assumindo mesmo um papel preponderante, diz respeito às dinâmicas de ação e relações existentes entre os indivíduos pertencentes a um determinado espaço territorial. Estes mantêm entre si uma rede de interações que assenta num modelo “*baseado num sistema interativo, complexo e coletivo*”, capaz de fomentar um progresso e conseqüente sucesso que não se verifica em outros espaços (Malheiro, 2013). Neste sentido, os indivíduos pertencentes a um determinado território desenvolvem ações que definem trajetórias e objetivos a serem alcançados, promovendo a criação de um contexto específico que se apresenta único e exclusivo, uma vez que depende da forma como são conduzidos os processos de desenvolvimento e conseqüente grau de inovação conseguido (Malheiro, 2013).

O desenvolvimento desta dissertação surge através do interesse em aprofundar a temática que respeita às parcerias existentes entre o poder local e as instituições de ensino e investigação, no âmbito da criação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do surf, sendo assim, proposta uma análise teórica e prática, envolvendo os casos de Peniche e Nazaré. Neste sentido, entendemos que este tema suscita bastante pertinência, perante o crescimento exponencial que se verifica relativamente ao turismo de surf em Portugal, nomeadamente na região centro de Portugal.

Deste modo, esta dissertação parte de uma questão principal que pretende aferir de que forma as parcerias institucionais têm impulsionado o surf e desenvolvimento territorial na região centro de

Portugal, seguindo a estrutura deste trabalho uma direção que parte da análise da inovação territorial na sua gênese, passando pela investigação dos modos de governação inovadores, até ao estudo prático da criação de políticas públicas provenientes das parcerias entre estes agentes.

Relativamente à proposta metodológica apresentada nesta dissertação, optamos por adotar uma perspetiva de investigação qualitativa. Esta escolha deve-se ao fato de este paradigma defender a análise e estudo de casos específicos, valorizando questões como o contexto em que se insere o acontecimento investigado ou a procura da particularização em detrimento da generalização dos resultados (Coutinho, 2011). Associado a esta componente qualitativa, expomos o caso de estudo múltiplo como método de recolha de dados indicado para esta dissertação, uma vez que este modelo permite através de mecanismos como as entrevistas ou inquéritos, o estudo de fenómenos individuais e específicos, procurando entender através da comparação entre os casos de Peniche e Nazaré, qual a importância que as parcerias entre as autarquias e as instituições de ensino superior detêm na promoção de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento do surf.

No que concerne à estrutura desta dissertação, apresentamos inicialmente um bloco temático relacionado com a revisão de literatura, onde abordamos três pontos importantes para a sustentação e justificação da investigação realizada. Posteriormente, expomos a proposta metodológica que foi adotada para a realização deste estudo, integrando temáticas como os principais objetivos, a perspetiva de investigação adotada, o método de recolha de dados, a população alvo ou mesmo os instrumentos de investigação utilizados. De seguida, surge a fase de análise e discussão dos dados, de forma a obter algumas conclusões capazes de ajudar a construir a teoria final. Por último, exibimos algumas considerações finais relacionadas com os resultados obtidos através da realização desta investigação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta fase, será desenvolvida uma revisão da literatura com o objetivo de fundamentar toda a investigação desenvolvida no âmbito das parcerias entre autarquias e instituições de ensino superior no desenvolvimento do turismo de surf. Assim, será alvo de destaque a análise relativa à inovação regional na sua generalidade, estudando, tanto o conhecimento como a aprendizagem, que se apresentam respetivamente como principais fator e processo que permitem a obtenção de sucesso, no que concerne aos processos de inovação. De seguida será analisada a temática associada às regiões de aprendizagem e à governação territorial, estudando os modelos de inovação territorial, destacando e aprofundando o modelo “*Learning Region*” como sendo o mais enquadrado com a temática abordada. Por último, neste bloco teórico será abordado o turismo regional enquanto motor de inovação e desenvolvimento, integrando a análise de casos práticos relacionados com turismo e surf na região centro de Portugal.

2.1. Inovação Regional

2.1.1. Conceitos de Inovação, Conhecimento e Aprendizagem

Em primeiro lugar, torna-se importante operacionalizar o conceito de inovação, tendo em conta as várias alterações e contribuições feitas por diversos autores ao longo do tempo. A noção de inovação, num sentido genérico, surge associada, tanto à ideia de melhoria e atualização da produção e de processos de organização nas empresas, como de renovação em termos sociais e institucionais aos níveis industriais, regionais e mesmo nacionais (Morgan, 1997). Neste campo de estudo, Marx e Schumpeter foram dos primeiros autores a reconhecer a importância da inovação como via de obtenção de vantagens económicas num cenário marcado pelas economias capitalistas extremamente competitivas, podendo mesmo despoletar graves crises económicas e sociais nos núcleos tradicionais de produção (Morgan, 1997).

Joseph Schumpeter, na sua obra “*Capitalism, Socialism & Democracy*” (Schumpeter, 1943), admite que a visão tradicional de competição baseada na concorrência ao nível dos preços já não se apresenta como determinante, sendo desenvolvidos novos parâmetros de avaliação e conseqüente sucesso de uma determinada entidade. Neste sentido, segundo a conceção de

Schumpeter, no século XX verificou-se uma competição focada na qualidade, denotando variáveis determinantes para o sucesso de uma indústria, entre as quais se destacam os métodos de produção, as formas de organização industrial e os esforços de vendas (Schumpeter, 1943).

Assim, o autor apresenta uma teoria especificamente direcionada para as economias capitalistas, defendendo que o mais importante é a existência de uma competição assente em “novas mercadorias, novas tecnologias e novas fontes de fornecimento” (Schumpeter, 1943). De igual modo, Schumpeter verificou ainda que os agentes responsáveis pela implementação de processos de inovação foram sofrendo alterações ao longo do tempo, passando do principal empreendedor individual, para os mais recentes departamentos de pesquisa e desenvolvimento, capazes de tornar todo o processo de inovação mais rápido, eficaz e “rotinizado” (Freeman, Clark, & Soete, 1982).

Esta ideia de inovação está igualmente expressa na definição apresentada pela Comissão Europeia, no seu “Livro Verde sobre Inovação”, publicado em 1995, que considerava inovação como “... *sinónimo de produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade nos domínios económico e social (...) [e que] traz consigo soluções inéditas para os problemas e permite responder às necessidades das pessoas e da sociedade.*” (Comissão Europeia, 1995). De acordo com a conceção da Comissão Europeia (1995), a inovação detém um múltiplo propósito, permitindo a introdução de alterações na gestão, na organização do trabalho e nas condições de trabalho, bem como nas qualificações dos trabalhadores.

Apesar de apresentada já quase no final do séc. XX, esta operacionalização do conceito traduz ainda a teoria tradicional de inovação que já não denota grande contextualização na atualidade, uma vez que não contempla elementos vistos como essenciais na evolução e caracterização dos processos de inovação (Malheiro, 2013). Neste sentido, devido às críticas apontadas à anterior teoria e à constante evolução vivida, surgiu uma nova visão, sendo apresentada a teoria de inovação moderna, que promove um enfoque em características que não tinham sido valorizadas outrora, tais como o facto de o processo de inovação ser um sistema não linear, marcado pela sua interatividade e atuação em rede que valoriza bastante o contexto em que se insere (Malheiro, 2013).

Assim, a teoria de inovação moderna surgiu perante o aumento da inadequação à realidade e descontentamento perante a teoria tradicional, específica da época Fordista, que denotava um

caráter linear, baseado no conhecimento formal obtido pela investigação científica e na existência de um sistema nacional de inovação incapaz de adequar a atuação consoante o contexto em causa (Asheim, 1995). Perante este cenário, tornou-se necessário desenvolver um novo modelo capaz de responder às necessidades atuais do território, das empresas e das populações, bem como adequar os processos de inovação à evolução experimentada. Neste panorama, o conhecimento científico, obtido através de pesquisas, cedeu lugar ao conhecimento tácito, ou seja, aquele conhecimento proveniente da experiência, traduzindo-se, assim, num conhecimento através “da prática, do uso e da interação” (Lundvall, 2011). Este conhecimento provém de métodos de aprendizagem coletivos, capazes de difundir uma elevada criatividade local, capacitação para inovar produtos e produções e criação tecnológica, valorizando, neste sentido, a interação e a cooperação, como elementos fundamentais nos processos e estratégias de inovação (Asheim, 1995).

Ao nível empresarial nacional também se destacam boas práticas capazes de promover um ambiente de maior equilíbrio e sucesso, sendo a chave para o sucesso a promoção de um equilíbrio entre cooperação e competição entre firmas, uma vez que, perante um mercado global altamente competitivo, apenas a inovação pode desenvolver maiores vantagens e atratividade, sendo, por sua vez, necessária a existência de cooperação doméstica para que se verifique um crescimento empresarial (Porter, 1990). Assim, por um lado, através da cooperação torna-se possível a integração das diversas firmas no plano estratégico, e, por outro, através da competição abre-se caminho para uma maior flexibilidade e inovação, potenciando uma melhor gestão e utilização dos recursos existentes, bem como uma maior integração e capacidade de desenvolver projetos criativos (Ottati, 1994). Neste âmbito, teoricamente, pode ser desenhada uma rede de organização empresarial, agrupando firmas ao nível global de um determinado país ou região, potenciando, assim, o desenvolvimento deste mesmo ambiente de cooperação, perspectivado como ferramenta de controlo e de proteção das empresas pertencentes a esta plataforma de “networking” face às firmas concorrentes, pertencentes ao meio exterior (Asheim, 1995).

Numa ótica direcionada para o estudo da competitividade das cidades, a inovação também surge como um fator de destaque, viabilizando uma atuação melhorada, capaz de produzir mudanças altamente flexíveis e versáteis, com perceptíveis impactos no sucesso, tanto municipal, como regional e, conseqüentemente, ao nível global da realidade nacional (Salvador, 2008).

Coerentemente, num contexto de organização em rede, as interações pessoais presenciais, geralmente mencionadas como “face-to-face”, detêm um papel essencial, na medida em que permitem uma maior eficácia na transmissão de conhecimento. No que concerne à transmissão de conhecimento, esta é efetuada através de métodos de aprendizagem coletiva, através de uma elevada mobilidade da força laboral e de uma forte relação entre as empresas e os respetivos fornecedores e clientes (Hauser, Tappeiner, & Walde, 2007).

Contudo, através dos renovados processos de inovação, a criação de bases de conhecimento e de competências, referentes aos diversos setores económicos, passaram a deter um carácter bastante distinto do que era anteriormente conhecido, adotando multiplamente uma maior “complexidade, diversidade e interdependência” (Asheim, Boschma, & Cooke, 2011). Assim, contrariamente ao que anteriormente era conhecido, passou a ser disponibilizada uma maior variedade de fontes de conhecimento, possíveis de serem alocadas nos diferentes processos produtivos das empresas, bem como uma maior colaboração e divisão harmoniosa de tarefas laborais pelos vários agentes (Asheim et al., 2011).

Deste modo, ao tentar conciliar os campos do conhecimento com a inovação, o elemento variedade é apresentado como um conceito bastante importante, na medida em que cada território ou empresa apresenta as suas próprias características, sendo bastante variável o tempo que dispõem até alcançar um crescimento e desenvolvimento notável (Boschma, 2004). Relativamente a este elemento de análise, são concentrados componentes intangíveis, tornando muito difícil a cópia ou imitação de setores que já se encontram previamente desenhados e desenvolvidos, projetando uma noção de variedade assente nas especificidades de cada região (Asheim et al., 2011).

Portanto, o sucesso de uma determinada empresa numa região depende de vários fatores, entre os quais (Doloreux, 2002):

- a) Conjuntura dos elementos territoriais locais;
- b) Conjuntura da procura;
- c) Estratégias de relacionamento e apoio entre empresas;
- d) Estratégia, estrutura e rivalidade individual de cada empresa;

- e) Acesso aos recursos necessários para a atividade produtiva;
- f) Ambiente setorial coincidente com a produção da empresa;
- g) Organização social de inovação baseada na confiança;
- h) Existência de conexões múltiplas em rede entre todas as empresas.

Desta forma, o desenvolvimento e inovação alcançados assumem o formato de resultado das interações experimentadas entre os diversos *stakeholders* intervenientes, sendo desta forma a inovação abrangente a todos os setores e entidades envolvidas. Assim, perante a análise realizada à nova teoria da inovação, torna-se possível identificar os elementos centrais e orientadores deste sistema (Malheiro, 2013):

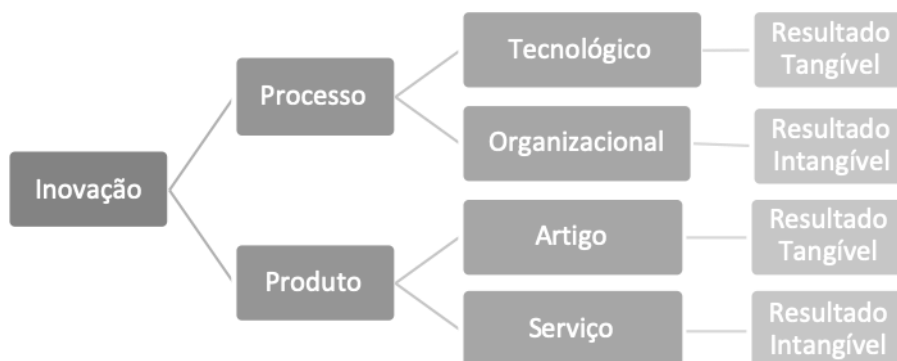
- a) Não linear;
- b) Espontâneo;
- c) Difuso;
- d) Interativo;
- e) Multidimensional;
- f) Coletivo;
- g) Contextual;
- h) Cooperativo;
- i) Sistémico;
- j) Atuação em rede;
- k) Baseado em feedbacks;
- l) Procura a resolução de problemas.

No que concerne aos resultados obtidos, podem ser distinguidas duas vertentes de inovação, capazes de produzir efeitos bastante díspares, tanto ao nível da criação de emprego, como das habilitações essenciais que os trabalhadores devem possuir, destacando-se a inovação de processo, “*forma como as coisas são produzidas*”, da inovação de produto, “*o que é produzido*” (OECD, 2001).

Apesar de diferentes, as duas variantes de inovação apresentam uma interação bastante importante, uma vez que a criação de um novo produto ou serviço requer a introdução de novos processos tanto tecnológicos como organizacionais, capazes de acompanhar o desenvolvimento deste novo produto. No que concerne à inovação de processo, as vertentes tecnológicas e organizacionais denotam uma elevada proximidade e complementaridade, uma vez que, quando introduzida uma inovação tecnológica, geralmente torna-se necessária a atualização organizacional com o fim de proteger os benefícios produtivos proporcionados pela inovação tecnológica implementada. Também no contexto da inovação de produto se verifica a mesma tendência de proximidade entre as diferentes vertentes, sendo os novos produtos intrinsecamente ligados aos novos serviços, exemplo desta ligação são os telemóveis (artigo) e os serviços de telecomunicações (serviço) (OECD, 2001).

Relativamente aos resultados obtidos, a inovação de processo ao nível tecnológico e a inovação de produto ao nível dos artigos conduzem à produção de efeitos tangíveis, ou seja, a produção de resultados materiais. Noutro campo, a inovação de processo, ao nível organizacional e a inovação de produto referente aos serviços, produzem resultados intangíveis ou imateriais, como representado na Figura 1 (OECD, 2001).

Figura 1. Vertentes de inovação e resultados



Fonte: (OECD, 2001)

No contexto de inovação territorial acima descrito, o conceito “inovação” não é apresentado de forma isolada, sendo necessário abordar os conceitos “aprendizagem” e “conhecimento”, com o objetivo de melhorar a compreensão e enquadramento desta temática, sendo o conhecimento um recurso fundamental e a aprendizagem o mais importante processo, capazes de potenciar externalidades positivas no âmbito da inovação (Lundvall & Johnson, 1994).

Deste modo, o conhecimento pode ser definido como um “input” essencial para o desenvolvimento de processos de inovação, correspondendo à base de recursos teóricos e práticos obtidos pelos indivíduos, capacitando-os para a formação de inovação, aliada a uma atividade económica bastante competitiva e em crescimento (OECD, 2001). Paralelamente, a aprendizagem também denota uma importância fulcral, uma vez que se assume como a principal forma de transmissão de conhecimento, dinamizando e promovendo a inovação, destacando-se por ser uma ferramenta que permite a obtenção de “*conhecimento, informação, métodos, enquadramentos, formas de realizar, analisar e planear*” (Malheiro, 2013).

Atualmente, a vasta diversidade de indústrias e serviços existentes requer uma maior disponibilidade de conhecimentos capazes de preparar os indivíduos para uma economia cada vez mais marcada pela complexidade e variedade, adjacente aos processos de inovação e criação de novas bases de conhecimento (Asheim et al., 2011). Deste modo, para acompanhar o crescimento e objetivos dos diversos setores de atividade, tornou-se necessário aumentar as bases e ampliar as fontes de conhecimento, sendo este conhecimento dividido em dois grandes padrões, um mais ligado à prática e ao saber adquirido pelos indivíduos através das interações e teorias passadas de gerações em gerações, e outro relacionado com as bases científicas devidamente experimentadas e formuladas, correspondendo estes respetivamente ao conhecimento tácito e ao conhecimento codificado (Malheiro, 2013).

Neste sentido, foram desenhados dois grandes modelos de inovação, STI e DUI, capazes de distinguir o binómio de conhecimento existente: o modelo de “*science* (ciência), *technology* (tecnologia), *innovation* (inovação)” relativo ao conhecimento codificado (Lundvall, 2011), altamente ligado a uma estratégia tecnológica promovida pela ciência, capaz de provocar inovações radicais (Asheim, 2012); e o modelo “*doing* (fazer), *using* (usar), *interacting* (interagir)” referente ao conhecimento tácito (Lundvall, 2011), baseado em processos informais de obtenção de conhecimento e experiência e competências baseadas no “saber fazer”, produzindo inovações incrementais (Asheim, 2012).

O desenho destes modelos também procura fomentar uma cultura de interação entre estes, expondo as suas falhas e limitações com o objetivo de reconhecer a necessidade de aliar aos setores e serviços tradicionais, bastante caracterizados pela existência de conhecimentos tácitos, uma vertente mais codificada, capaz de distribuir mais e novos conhecimentos através da criação de uma nova rede de interações (Jensen, Johnson, Lorenz, & Lundvall, 2007). Assim, as pequenas e médias empresas passam a ter a capacidade de adicionar às suas bases de conhecimento informais, reveladoras de elementos altamente tácitos, componentes originários do modelo de conhecimento codificado, implementando uma estratégia de investigação e desenvolvimento, capaz de provocar inovações mais rápidas e radicais (Asheim, 2012).

Contudo, o conhecimento e a inovação não devem ser entendidos como dependentes dos processos de investigação & desenvolvimento, uma vez que as atividades inovadoras apresentam bases de conhecimento bastante amplas, não sendo restritas a fontes científicas. Neste sentido, a base de conhecimento específica de uma região denota uma dimensão maior que a base científica aplicável (Asheim, 2012).

O conhecimento codificado sempre denotou uma relativa sobrevalorização relativamente ao tácito, devido ao formato da sua elaboração, uma vez que a ciência se apresenta como uma fonte segura de desenvolvimento de conhecimento. No entanto, esta noção sofreu alterações aquando da mudança de paradigma, sendo implementado um modelo tecno-económico capaz de atribuir uma maior importância a vetores como o contexto, a interação social e a técnica processual (Malheiro, 2013).

Assim, o conhecimento tácito passou a assumir um carácter mais importante nos processos de inovação, uma vez que a aprendizagem interativa se apresenta como uma característica predominante deste tipo de conhecimento, sendo transmitidos saberes que não foram formulados cientificamente, mas antes desenvolvidos através da prática e transmitidos de gerações em gerações (Malheiro, 2013).

Contudo, como já foi referido anteriormente nesta dissertação, o melhor resultado em termos de inovação, provém da conciliação entre características tácitas e codificadas, aliadas a uma forte interação entre os diversos agentes, promovendo, assim, uma noção de inovação como sendo um processo *“interativo, coletivo, territorializado e intensivo em conhecimento”* (Malheiro, 2013).

Neste sentido, surge uma nova concepção que pretende analisar e diferenciar o conhecimento para além do binómio tácito-codificado, promovendo um estudo aprofundado relativamente às bases de conhecimento e competências presentes nos mais variados setores laborais (Asheim, 2012). No que concerne às bases de conhecimento, estas denotam características bastantes díspares, uma vez que contêm misturas de conhecimentos tácitos e codificados distintos, capazes de responder a diferentes necessidades de proximidade geográfica, competências, limites, aptidões e pressões, sendo assim, cada base de conhecimento direcionada para determinados desafios específicos relacionados com os processos de inovação (Asheim et al., 2011). Assim, são apresentadas bases de conhecimento sintéticas, analíticas e simbólicas, capazes de alargar o espectro de análise do conhecimento (Asheim, 2012).

Relativamente à base sintética de conhecimento, esta contempla as atividades económicas que verificam a existência de inovação através da integração e combinação de conhecimentos pré-existentes (Asheim et al., 2011). Neste âmbito, promove-se o desenvolvimento de conhecimentos funcionais, geralmente relacionados com as ciências da engenharia (Malheiro, 2013), através de processos indutivos de experimentação, teste, simulação e trabalho prático, onde o conhecimento tácito revela uma importância preponderante, na medida em que os resultados só são obtidos através da experiência adquirida no local de trabalho, através do *“doing, using and interacting”* (Asheim et al., 2011). Desta forma, o principal objetivo desta base de conhecimentos é a resolução de problemas específicos (Malheiro, 2013), provocando inovações incrementais capazes de modificar produtos e processos existentes (Asheim et al., 2011). Devido ao formato pouco modificador ou destrutivo das rotinas e organizações processuais existentes, a base de conhecimentos sintética encontra-se geralmente alocada em firmas onde se verifica uma baixa frequência de *“spin-offs”* (Asheim et al., 2011), ou seja, a criação de uma empresa através de outra já existente, ou através de uma universidade ou instituto, com o objetivo de promover um determinado produto no mercado (Sequeira, 2013).

Por outro lado, a base de conhecimento analítica, compreende atividades económicas reveladoras de uma grande dependência relativamente ao conhecimento científico, obtido através de modelos formais e de processos de codificação (Asheim et al., 2011). Neste sentido, esta concepção procura melhorar a compreensão relativamente às ciências, promovendo o *“saber porquê”* em vez do *“saber como fazer”* (Malheiro, 2013), verificando-se parcerias entre as universidades e as indústrias com o objetivo de desenvolver redes de investigação capazes de

criar inovações em áreas de estudo como a biotecnologia ou nanotecnologia, por exemplo (Asheim et al., 2011). Neste campo de ação, apesar de se verificar a existência de conhecimentos tácitos, a predominância refere-se aos conhecimentos codificados devido ao formato dos processos de criação de conhecimento. Primeiramente, o conhecimento, que atua como input, resulta de estudos e trabalhos já realizados, sendo posteriormente a criação de conhecimento baseada em métodos e princípios científicos, formalmente organizados e desenvolvidos por departamentos de investigação e desenvolvimento. Por fim, o conhecimento produzido não será armazenado na forma de *skills* da força trabalhadora mas antes documentado em relatórios e armazenado em ficheiros eletrónicos (Asheim et al., 2011).

Desta forma, será expectável que os trabalhadores detenham mais habilitações e maior experiência ao nível da investigação, sendo capazes de acompanhar e corresponder às necessidades específicas das atividades realizadas (Asheim et al., 2011). Assim, o principal objetivo desta base de conhecimento relaciona-se com a criação de patentes e licenças bem como o desenvolvimento de inovações radicais (Malheiro, 2013). Portanto, uma vez que esta base de conhecimento fomenta a produção de inovações radicais, tanto ao nível de produtos como de processos, a sua alocação será notória em novas empresas ou empresas afirmadas por processos de “spin-off” (Asheim et al., 2011).

Perante a exponencial complexidade dos mercados regionais, nacionais e globais, as empresas necessitam de incorporar novos conhecimentos que as capacitem com ferramentas capazes de aumentar a sua competitividade e conseqüente integração em projetos de inovação em rede. Assim, a aprendizagem surge como um processo extremamente importante na medida em que permite a ligação entre o conhecimento e os processos de inovação, sendo estes vetores altamente correlacionados e dependentes (Malheiro, 2013).

Neste sentido, os modos de aprendizagem variam e adequam-se às bases de conhecimentos existentes, podendo, por um lado, verificar-se uma aprendizagem com bases científicas, recorrendo a processos de investigação e desenvolvimento, onde se destacam os trabalhadores com habilitações académicas e colaborações com cientistas e investigadores tanto de universidades como de organizações científicas (Lundvall, 2011). Por outro lado, o modo de aprendizagem também pode refletir bases tácitas e experimentais, sendo este processo altamente focado nas práticas existentes ao nível organizacional, sendo promovida a criação de grupos de trabalho interdisciplinares com o objetivo de potenciar uma aprendizagem transmitida

através das interações tanto entre trabalhadores, como com clientes e baseada no saber fazer (B.-A. Lundvall, 2011).

Assim, torna-se possível entender que o modo de aprendizagem aliado à base de conhecimentos existente denota grande influência perante o formato dos processos de inovação, verificando-se, assim, a perspectiva de uma economia de aprendizagem, onde o conhecimento assume o caráter de recurso fundamental e a aprendizagem o papel de processo primordial, atuando em conjunto com o objetivo de desenvolver estratégias inovadoras e competitivas (Asheim, 1995).

2.1.2. Modelos de Inovação Territorial

Neste sentido, surgem exemplos de boas práticas que revelaram sucesso ao nível das dinâmicas e trajetórias de inovação territorial, que podem ser designadas como Modelos de Inovação territorial, os quais se referem às dinâmicas institucionais levadas a cabo ao nível local, capazes de provocar grandes mudanças (Moulaert & Sekia, 2003). Assim, a existência destes modelos permite entender a importância e influência que o contexto territorial denota ao nível dos processos de inovação (Malheiro, 2013), sendo, contudo, apenas um destes modelos alvo de interesse no âmbito desta dissertação. Deste modo, será apresentada uma breve análise de todos os modelos, sendo aprofundado apenas o modelo “*learning region*”, uma vez que se apresenta como sendo o modelo que mais se aproxima e relaciona com as parcerias estudadas nesta dissertação, devido à valorização que revela relativamente ao papel das instituições de ensino e investigação, nomeadamente através da contínua criação de novos conhecimentos (Florida, 1995) e perante as interações que este modelo prevê entre os níveis económicos e sociais (Moulaert & Sekia, 2003).

No que concerne aos modelos de inovação territorial, verificam-se várias disparidades, tanto ao nível dos termos em que se definem os modelos, como no que respeita à própria conceção das dinâmicas regionais, sendo adotadas e valorizadas diferentes ferramentas, através das quais as regiões se tornam capazes de fornecer ou gerar condições essenciais para que se verifique a consecução de inovação e crescimento (Shearmur, 2011). Desta forma, os modelos de inovação territorial são:

- **Meio Inovador** “*valoriza a cultura local, as tradições e a confiança, que conduzem à troca de conhecimento e colaboração entre empresas*” (Shearmur, 2011). Neste cenário, verifica-se uma elevada capacidade de as firmas inovarem através das relações que desenvolvem com outros agentes pertencentes ao mesmo meio, sendo de destacar o papel desempenhado pelas instituições de pesquisa e investigação, tais como universidades e agências públicas (Moulaert & Sekia, 2003). A formação deste modelo segue uma lógica de aprendizagem que capacita os atores a modificarem comportamentos, acompanhando as transformações que se registam no seu meio de atuação, definindo, por exemplo, “*normas de comportamento*” que estabelecem as relações com atores internos e externos ou a formação de “*saber fazer*”, potenciando o desenvolvimento de novos produtos (Maillat, Quévit, & Senn, 1993).
- **Sistema de Inovação Regional** “*aplica ênfase nas instituições e culturas locais*” (Shearmur, 2011). Neste panorama, a inovação é apreendida como sendo resultado de um processo específico e interativo de pesquisa e desenvolvimento, revelando um elevado grau de dependência relativamente a estes processos. Verifica-se, no entanto, a existência de uma rede marcada pela “*aprendizagem interativa*”, assumindo a interação o papel de fonte de aprendizagem (Moulaert & Sekia, 2003). Este modelo revela uma política bastante orientada e focada na região, avaliando esta como a melhor dimensão para atingir sucesso e inovação por parte das empresas, incluindo medidas como a interação com instituições de cariz científico, atribuição de incentivos financeiros para as novas empresas de base tecnológica ou promoção de uma difusão de conhecimento, com o objetivo de melhorar a atuação das economias regionais (Doloreux, 2002).
- **Distritos Industriais** “*atribuem mais importância às relações entre fornecedores e clientes dentro de setores específicos, divisão de trabalho, e mercados de trabalho partilhados*” (Shearmur, 2011). Neste modelo, o espaço territorial é visto como um espaço marcado pela solidariedade, flexibilidade e harmonia, capacitando os atores a implementar inovações, neste que é um sistema de “*valores comuns*”. Assim, esta rede de trabalho permite que se verifique uma maior regulação e disciplina, essenciais para que se denote um ambiente de cooperação e competição moderada (Moulaert & Sekia, 2003). Os distritos industriais apresentam uma elevada atratividade, devido a fatores como as suas

condições físicas, acessibilidades e proximidade relativamente à mão de obra, capazes de tornar estes espaços altamente vantajosos para a fixação industrial (Marshall, 1890).

- **Clusters Regionais** *“apresentam a ideia de vantagem competitiva regional, construída localmente através de estratégias de especialização, colaboração e competição entre empresas, e políticas (como a educação e infraestrutura especializada) condutoras para um realce desta especialização”* (Shearmur, 2011). A teoria associada aos clusters defende a existência de vantagens competitivas associadas às empresas que se localizem em determinadas localizações (Malheiro, 2013), definindo como fatores de sucesso a combinação entre uma economia de aglomeração, que revele uma forte organização industrial, constituída por sistemas de produção flexíveis e com uma governação ao nível regional (Moulaert & Sekia, 2003). Assim, um determinado cluster pode registar diferentes resultados consoante as regiões onde se insere, devido às disparidades existentes entre localizações ao nível de produtividade, sofisticação tecnológica, ambiente de cooperação e competição moderada e mesmo o custo de vida (M. Porter, 2003).
- **Região de Aprendizagem** *“enfatizam as capacidades regionais para capturar e utilizar conhecimento codificado e tácito, e valoriza o papel das instituições de investigação e dos trabalhadores qualificados”* (Shearmur, 2011). Neste cenário denotam-se semelhanças com o modelo do Sistema de Inovação Regional, se bem que se verifica uma forte tendência nas interações entre a vida económica e a sociocultural, destacando-se uma robusta rede de trabalho entre os vários agentes. Este modelo apresenta dois grandes paradigmas, sendo que, por um lado, é valorizado o investimento em dinâmicas tecnológicas e tecno-organizacionais e, por outro, é realçada a importância das dinâmicas socioeconómicas e institucionais (Moulaert & Sekia, 2003). Este modelo denota, portanto, vantagens obtidas devido à criação de conhecimento e contínua investigação e melhoria registada nos processos de criação deste mesmo, apoiada pelas fortes redes de trabalho entre as empresas e os seus fornecedores e pela formação e constante melhoria da capacitação dos recursos humanos que operam nas empresas. Deste modo, o modelo *“Learning Region”* providencia os inputs essenciais, necessários para a ascensão e crescimento de economias organizadas, assentes numa ideologia de conhecimento intensivo (Florida, 1995).

2.2. Regiões de Aprendizagem e Governança Territorial

2.2.1. O modelo das Regiões de Aprendizagem

Atualmente, as regiões denotam um papel essencial ao nível dos mercados globais, uma vez que, devido às dimensões reduzidas destas áreas geográficas, torna-se possível verificar a existência de um ambiente de cooperação entre empresas, registando-se uma grande aposta na criação de novos conhecimentos, que se traduzem posteriormente em inovações que potenciam um rápido crescimento económico destes espaços territoriais (Asheim, 2012).

Neste sentido, as regiões, ao concentrarem no seu espaço territorial uma vasta quantidade de infraestruturas e empresas, assumem um formato de núcleo ou repositório de conhecimentos e ideias, promovendo, assim, uma maior fluidez ao nível da transmissão e aprendizagem de conhecimentos. Assim, perante o capitalismo global intensivo em conhecimento, torna-se possível afirmar que as regiões detêm um papel fundamental no que concerne aos processos de inovação, passando efetivamente a possuir o estatuto de “*Learning Region*” ou região de aprendizagem (Florida, 1995).

O conceito *learning region* não apresenta uma definição consensual e linear, sendo a sua caracterização bastante variável e dependente da ótica de análise. Deste modo, o conceito pode ser analisado por intermédio de vertentes relacionadas com o desenvolvimento regional ao nível social, ao nível institucional ou ao nível económico e político. Assim, torna-se possível realçar diferentes perspetivas no que concerne aos objetivos dos processos de inovação territorial ao nível regional (Malheiro, 2013).

Por um lado, ao nível social, as *learning regions* permitiram que se verificasse uma crescente valorização dos trabalhadores, através das mudanças de paradigma associadas à criação de conhecimento. Assim, as *learning regions* modificaram completamente o paradigma social, passando a inteligência e trabalho intelectual a assumir um lugar de destaque como principal fonte de valor e lucro, ao invés da força física laboral (Florida, 1995). Portanto, este renovado capitalismo promove a utilização do ser humano na sua totalidade, valorizando a sua criatividade e capacidades cognitivas, sendo as interações entre trabalhadores e cientistas, através da formação de equipas de trabalho, um dos principais pontos fortes deste modelo de inovação territorial, que acaba com a conceção de conhecimento individual em detrimento da ideia de agentes coletivos de inovação (Florida, 1995).

Por outro lado, no plano institucional, as *learning regions* destacam-se pela alteração do paradigma de interações entre instituições, ultrapassando o ambiente de alta competitividade para um caracterizado pela cooperação e dependência entre organizações. Neste sentido, apesar da globalização e diminuição relativa das distâncias, as economias regionais continuam a deter um papel preponderante ao nível dos processos de inovação, uma vez que a proximidade entre produtores e clientes permite uma melhor troca de informação e conseqüente evolução e adequação dos processos (Morgan, 1997). Neste cenário, são de realçar as interdependências regionais, ao nível dos mercados de trabalho, das convenções, valores e normas e das instituições públicas e semipúblicas, que atuam como linha orientadora capaz de guiar todo o processo de aprendizagem organizacional, bem como a formação de uma rede de coordenação e cooperação que viabiliza a obtenção de benefícios generalizados, sendo o sucesso económico regional dependente da força das instituições e convenções regionais (Morgan, 1997).

Por último, mas não menos importante, o cenário político e económico também revela características diferenciadoras ao nível regional, denotando-se a existência de instituições próprias de âmbito local que facilitam tanto a aprendizagem individual como organizacional, através da coordenação de redes flexíveis de atores económicos e políticos. Neste sentido, as políticas adotadas pelos Estados e outras entidades são essenciais para assegurar a adequação de processos de mudança institucional ao nível regional (OECD, 2001).

Desta forma, as *learning regions* podem ser analisadas como sendo uma estratégia que visa a formulação de parcerias a longo prazo, com o intuito de criar bases de conhecimento, aliadas a processos de aprendizagem, que visam a obtenção de inovação e mudança. Assim, através das redes de trabalho e das interações experimentadas entre vários atores pertencentes a uma comunidade regional, torna-se possível entender estas interações como sendo “*coligações de desenvolvimento regional*” (Asheim, 2012).

Neste contexto, as inovações denotam bases assentes na interatividade e localização dos processos de aprendizagem, influenciadas e despertadas pelas questões relacionadas, entre outras, com a proximidade geográfica, social, cultural e institucional, revelando poucas ou nenhuma interações com instituições ou organizações de investigação e desenvolvimento, tais como universidades ou institutos (Asheim, 2012). Desta forma, apenas a conjugação entre as várias vertentes de proximidade permite realçar a importância da proximidade na sua generalidade, uma vez que, por um lado, a proximidade social e institucional pode resultar e

produzir efeitos positivos mesmo existindo uma grande distância entre territórios e, por outro, a proximidade geográfica revela uma grande importância no que diz respeito às interações pessoais, inesperadas e informais (Shearmur, 2011).

Deste modo, as *learning regions* integram quatro grandes fatores chave, capazes de explicar, tanto o impacto destas unidades territoriais, como o interesse que estas plataformas revelam entre a comunidade científica. Assim, estas dimensões são (Healy & Morgan, 2009):

- Existência de uma rede de trabalho, que integra empresas de aprendizagem bem-sucedidas
- Formato bastante rico e interativo da rede de trabalho denotando atividades de aprendizagem entre empresas e outras organizações
- Presença de instituições de cariz sociocultural facilitadoras dos processos de aprendizagem
- Integração de atores regionais reflexivos, capazes de aprender e adaptarem-se às novas circunstâncias, evitando assim restringirem-se aos modos de produção antigos

Assim, este conceito denota uma grande atratividade, uma vez que promete a obtenção de vários resultados ambicionados por grande parte dos atores políticos e elaboradores de políticas públicas, promovendo, desta forma, um grande crescimento económico, aliado à criação de novos empregos, confluindo numa ambicionada coesão social (Asheim, 2012).

Neste sentido, este modelo de inovação territorial é perspectivado como sendo uma resposta bastante interessante para as regiões menos desenvolvidas, no que concerne às bases de competências territoriais. Logo, estes territórios, incapazes de competir perante as constantes mudanças relativas ao panorama económico global, podem beneficiar do papel estratégico que o capital social (ou seja, os indivíduos pertencentes a este local) pode representar, nomeadamente no que diz respeito à promoção de ações e esforços coletivos, relacionados com a defesa de questões sociais ou culturais específicas desse mesmo território (Asheim, 2012).

No entanto, estas regiões desfavorecidas geralmente denotam a existência de uma cultura vastamente marcada por um clima de autoridade, controlo e hierarquia, impossibilitando, deste modo, a formação de pensamento crítico e de uma cultura reflexiva entre grande parte das instituições económicas destes territórios (Amin, 1999). Assim, não se verifica uma promoção ou estimulação da racionalidade, com vista à obtenção de aprendizagem e consequente adaptação, sendo extremamente necessária a supervisão política, tanto relativamente à natureza organizacional e cultura de gestão existentes, como aos vários agentes pertencentes aos principais órgãos institucionais.

Portanto, estas regiões necessitam de reunir um conjunto de condições que as capacitem para integrar um plano de aprendizagem, inovação e prosperidade, detendo neste cenário os agentes políticos e administrativos um papel preponderante (OECD, 2001). Deste modo, o modelo *learning region* revela a necessidade de reformular estes agentes, entre outros, tornando-os mais reflexivos e promotores de estimulação ao nível de novas iniciativas e pensamentos, potenciando, assim, um descongelamento das barreiras que se impunham à renovação e desenvolvimento regional (OECD, 2001).

Neste âmbito, verifica-se uma mudança de paradigma, sendo a política regional centrada nas infoestruturas aos invés das infraestruturas, revelando, assim, a importância e valorização da mudança de opiniões e valores, mais do que as mudanças referentes às obras públicas físicas (Hassink & Lagendijk, 2001). Assim, os principais atores envolvidos nos processos de inovação territorial são os políticos, os decisores políticos, câmaras de comércio, os sindicatos, as instituições de ensino superior, os estabelecimentos públicos de pesquisa e investigação, as universidades, as agências de suporte à inovação, as instituições financeiras e as empresas (Hassink & Lagendijk, 2001).

Assim, as *learning region* oferecem os principais inputs necessários, para que se verifique um crescimento económico assente numa ideologia de conhecimento intensivo. Desta forma, teoricamente, verifica-se a existência de (Florida, 1995):

- Infraestrutura empresarial, interconectada entre vendedores e fornecedores
- Infraestrutura física e de comunicação, facilitadora da partilha de informações, trocas eletrónicas e entregas de bens e serviços, assentes na política “just-in-time”

- Infraestrutura humana, capacitada com recurso a trabalhadores com conhecimento, capazes de formar novos trabalhadores através de equipas de trabalho, promovendo uma aprendizagem vitalícia

Contudo, a análise das *learning regions* depende bastante do contexto em que se insere o território em estudo, podendo denotar-se, por um lado, uma abordagem baseada no modelo “meio inovador”, ou, por outro lado, uma abordagem assente no modelo “sistema regional de inovação” (Malheiro, 2013). No que concerne à primeira abordagem, denota-se a existência de uma conceção que valoriza a integração e desenvolvimento de variadas atividades intensas em conhecimento. Neste âmbito, as redes de trabalho, interação, partilha e difusão de informações e conhecimento procuram potenciar a obtenção de inovação e de vantagens económicas não transacionáveis (Malheiro, 2013).

Relativamente à segunda abordagem, verifica-se um destaque referente à ação política, sendo esta perspectivada como detendo um formato capaz de dinamizar a criação de conhecimento e de processos inovadores (Malheiro, 2013). Neste cenário, as redes de trabalho, interação, partilha e difusão de informações e conhecimento também denotam um papel fundamental na procura de obtenção de inovação e de vantagens económicas não transferíveis. Contudo, ao contrário da primeira abordagem, verifica-se uma grande valorização relativa à ambição e ação política, sendo esta defendida como principal via de capacitação das dinâmicas e processos interativos e coletivos de âmbito regional (Malheiro, 2013).

Apesar de este modelo de inovação territorial demonstrar um imenso potencial, não é possível verificar a existência de exemplos reais de *learning regions*, uma vez que as regiões não evidenciam a presença de características que encaixem nos critérios estabelecidos (OECD, 2001). Neste sentido, as regiões que adotaram uma estratégia política e institucional referente ao modelo *learning region* revelaram trajetórias bastante diferentes do que seria expectável, muito devido a fatores como as diferentes políticas adotadas e as disparidades relativas às circunstâncias sociais e económicas dos diferentes territórios. Assim, é possível afirmar que apenas através da mudança efetiva das instituições que caracterizam uma determinada região, tanto ao nível social, como económico e político, se torna possível capacitar as regiões, no sentido de desenvolverem um real dinamismo e crescimento característico de uma *learning region* (OECD, 2001).

Segundo uma ótica mais objetiva, o modelo *learning region* pretende explicar qual a relação entre o espaço e a inovação, sendo que este pode evidenciar duas vertentes interativas (Rutten & Boekema, 2013). Assim, por um lado, pode se verificar uma rede de interações entre empresas e, por outro, uma rede de interações entre as autoridades regionais, organizações intermediárias e representantes industriais, ou seja, interações politizadas (Rutten & Boekema, 2013). Deste modo, a principal questão relativa às *learning regions* prende-se com a necessidade de aferir de que forma as redes de interação inovadoras se relacionam e conectam com o espaço, procurando, assim, entender qual o papel desempenhado pelas interações entre os diferentes agentes e qual a importância destas para o sucesso das *learning regions* (Rutten & Boekema, 2013).

2.2.2. A importância da Governança Territorial no modelo das Regiões de Aprendizagem

A dimensão política denota grande importância no que concerne ao estudo e investigação das questões relacionadas com a inovação regional. Deste modo, uma característica capaz de diferenciar um território de outro é precisamente o nível de intervencionismo público por parte dos órgãos soberanos, potenciando uma maior ou menor efetividade e adequação, relativamente às políticas implementadas (OECD, 2001).

Neste âmbito, o conceito de governança denota um grande interesse de investigação e debate, devido à mudança de paradigmas que resultou na mudança de governo para governança (Davoudi, Evans, Governar, & Santangelo, 2008). Através desta alteração, verificou-se uma mudança bastante significativa no que se refere à quantidade e tipologia de atores envolvidos (Davoudi et al., 2008). Por outro lado, a governança espelha um cenário marcado pelas interações múltiplas e complexas construídas entre vários atores, internos e externos à arena política (Davoudi et al., 2008), compreendendo, assim, uma grande diversidade de instituições que detêm diferentes tipologias, origens e histórias, como são exemplos as organizações não governamentais, instituições de voluntariado e mesmo as empresas pertencentes a determinada unidade territorial (Painter & Goodwin, 1995).

Nesta abordagem, torna-se evidente a necessidade de reformular o papel que o território desempenha nas *learning regions*, podendo diferentes definições do conceito conduzir a

diferentes concepções, podendo o território assumir um formato de “construção social e política” ou de “capital territorial” (Davoudi et al., 2008).

Relativamente à concepção de território como uma “construção social e política”, a ação coletiva é bastante valorizada, correspondendo a todas as ações desenroladas por um conjunto de atores que se encontram diretamente relacionados e capacitados para resolver os problemas coletivos. Perante este cenário, encontra-se uma governação assente numa ideologia urbana, que responde às questões macroregionais, regionais e locais, promovendo a integração e definição de diferentes organizações e grupos sociais, com o intuito de desenvolver estratégias de mercado fortes e unificadas, bem como de representar os interesses territoriais perante os atores externos (Davoudi et al., 2008). Este modelo revela, portanto, uma vertente organizacional bastante forte, assumindo uma importância central baseada nos atores públicos e privados e respetivas interações entre estes (Davoudi et al., 2008). Nesta concepção, a governança denota três grandes fases de atuação: primeiramente, através da construção de um consenso entre os diversos atores, com o objetivo de definir objetivos comuns; de seguida, verifica-se a definição dos papéis e contribuições de cada interveniente para atingir os objetivos; e, por último, definição de uma ideologia comum referente ao futuro do território (Davoudi et al., 2008).

Noutro contexto, a visão do território como “capital territorial” defende que cada região detém as suas próprias características ou formas de capital, tanto intelectuais, como sociais ou políticas. Neste âmbito, podemos distinguir várias vertentes de capital territorial, desde físicas e espaciais, incluindo tanto a localização geográfica como o tamanho e quantidade de recursos existentes em determinada região, a especificidades cognitivas, sociais e culturais, abrangendo todas as características intangíveis capazes de promover criatividade e inovação, ou mesmo fatores relacionais e diversos como a qualidade de vida, tradições regionais existentes ou mesmo a qualidade da governança (Davoudi et al., 2008).

A noção de capital territorial denota uma valorização efetiva do território, sendo este mais ou menos atrativo e propenso a experimentar desenvolvimento, consoante as características que o distingam dos demais (Davoudi et al., 2008). Assim, o território assume um carácter de localização de bens comuns que não podem ser adquiridos de forma privada, sendo os bens existentes as principais características específicas de determinada localização. Deste modo, uma determinada região denota a existência de fatores, conhecimentos e modos de produção que a tornam única e específica, sendo o território a principal fonte de desenvolvimento (Davoudi et al., 2008).

Desta forma, a política regional denota uma crescente integração das instituições e organizações locais, na arena de gestão económica, social e política, sendo de realçar a territorialização das políticas públicas como principal mecanismo capaz de promover uma eficiência relativa à administração e controlo dos processos de desenvolvimento territorial (Malheiro, 2013). Neste panorama, os agentes locais assumem um papel preponderante, na medida em que lidam diretamente com as questões relacionadas com determinado território, viabilizando e valorizando assim a territorialização da política no seu geral (Malheiro, 2013).

Neste plano de reconhecimento do território e das suas especificidades no âmbito político surge o conceito de “governança territorial”, denotando uma dimensão organizacional com vista à construção de consensos e de ideologias comuns. Para isto, verifica-se um reconhecimento do capital territorial, que caracteriza cada território, com o intuito de desenvolver um ambiente de coesão territorial sustentável (Davoudi et al., 2008).

No que concerne a este conceito, a sua definição não é consensual entre a comunidade científica, apresentando, contudo, alguns pontos em comum. Desta forma, genericamente, a governança territorial corresponde a um modelo de desenvolvimento e implementação de políticas públicas, programas e projetos de desenvolvimento de determinado local, que integra tanto instituições formais como informais, registando a partilha de valores, normas e modos ou procedimentos de trabalho (Nadin, Zonneveld, Stead, & Dabrowski, 2018). Segundo os autores Vincent Nadin, Wil Zonneveld, Dominic Stead e Marcin Dabrowski, no âmbito do projeto COMPASS, a governança territorial *“compreende as instituições que auxiliam uma cooperação ativa entre os atores de governo, mercado e sociedade civil, para coordenar a tomada de decisão e ações que têm impacto na qualidade dos locais e seu desenvolvimento”* (Nadin et al., 2018).

Assim, esta conceção realça a importância de se registar uma coordenação entre os atores, de forma a atingir um ritmo de exploração sustentável do capital territorial, permitindo, deste modo, a maior abertura a modelos de cooperação transnacionais, combatendo a fragmentação existente no nível supranacional e implementando o modelo de subsidiariedade no patamar subnacional, facilitando a resolução de problemas (Davoudi et al., 2008). Desta forma, a governança territorial prevê a formação de condições, que permitam desenvolver um estado de coesão territorial nas várias escalas espaciais, assumindo como pilares centrais (Davoudi et al., 2008):

- Integração de atores governamentais, não governamentais e cidadãos na arena política;

- Edificação de uma rede de governança multicanal horizontal, capaz de motivar relações entre os vários agentes;
- Promoção de uma governação multinível, de âmbito vertical, adequando a intervenção política segundo o plano espacial em que se insere;
- Desenvolvimento de políticas setoriais, específicas e com efeitos práticos no território.

Através da implementação destas relações verticais e horizontais, torna-se possível conjeturar um ambiente de *“integração e coerência entre diferentes responsabilidades, competências e visões dos territórios”* (Davoudi et al., 2008). No entanto, importa entender quais são os fatores capazes de criar as condições plenas para a existência de uma governança territorial, contanto, para isso, o contexto, as políticas e as ações de governança territorial. Relativamente ao contexto, importa identificar quais são as principais dinâmicas e características estruturais de determinado território, de modo a reconhecer a existência de condições viáveis para a implementação do modelo de governação territorial (Davoudi et al., 2008).

No que concerne às políticas, emerge a necessidade de avaliar as condições institucionais em vigor em determinado território, avaliando tanto as políticas existentes como os instrumentos e processos de gestão (Davoudi et al., 2008). Por último, as ações de governança territorial englobam aspetos como as experiências, projetos ou programas capazes de estimular a ação da governança territorial. Neste plano, evidencia-se a necessidade de avaliar tanto os processos como os resultados e a interação entre estes, aferindo de que forma um bom processo conduz diretamente a um bom resultado (Davoudi et al., 2008).

Segundo o autor Dominic Stead, através do estudo de vários discursos políticos, torna-se possível identificar as principais linhas orientadoras desta conceção governativa. Assim, são apresentados aspetos individuais que, quando interligados, potenciam a obtenção de resultados bastante favoráveis, sendo eles a coordenação de políticas e atores, aliada a uma promoção intensiva da participação e obtenção de consensos entre os agentes intervenientes, tanto públicos como privados e a descentralização de poderes e recursos dos governos centrais para os governos locais e regionais, promovendo, deste modo, a construção de visões territoriais capazes de conduzir a um estado de desenvolvimento e coesão territorial (Stead, 2013).

Neste sentido, esta abordagem governativa procura reconhecer a capacidade dos níveis locais e regionais relativamente à promoção e desenvolvimento de políticas públicas. Para isso, destaca-se a delegação de competências para estes níveis, de forma a capacitá-los com poder e ferramentas, para implementar ações governativas territoriais (Davoudi et al., 2008). Deste modo, poderá ser possível alcançar um estado de desenvolvimento sustentável, que espelhe uma redução das desigualdades e desequilíbrios territoriais, bem como uma maior coerência política, denotando paralelamente uma valorização das políticas setoriais capazes de potenciar efeitos reais no espaço territorial (Davoudi et al., 2008). Contudo, as políticas setoriais apenas surtem efeitos caso sejam territorializadas, ou seja, apresentem bases de ação provenientes de atores locais, capazes de reconhecer e valorizar os recursos territoriais existentes (Davoudi et al., 2008).

Desta forma, a governança territorial difere bastante do modelo de governança tradicional, devido a dois grandes fatores, relacionados com a quantidade de atores intervenientes nos processos de gestão e a articulação entre os vários níveis espaciais de ação territorial (Malheiro, 2013). Neste novo panorama os objetivos enaltecidos passam, portanto, pela eficaz implementação de uma integração vertical e horizontal, promoção de uma participação ativa e a territorialização das políticas, estando a qualidade governativa dependente da eficiente articulação entre estes.

A governança territorial, como qualquer outro modelo, apresenta pontos positivos e pontos negativos, sendo importante analisar ambos os lados da moeda, de forma a entender que vantagens pode esta conceção oferecer às *learning regions*. Entre as vantagens proporcionadas pela governança territorial destacam-se a consecução de amplitude territorial e ganhos de eficiência, a transferência de conhecimento e aptidões com vista à aprendizagem coletiva e a distribuição de riscos pelos vários atores, uma vez que estes ambicionam alcançar objetivos comuns (Malheiro, 2013).

Por outro lado, também se registam alguns constrangimentos, destacando-se, entre outros, as dificuldades encontradas na definição de objetivos e interesses comuns, as adversidades verificadas na construção de redes de interação e de relações de confiança entre os diversos agentes, ou mesmo as problemáticas referentes à mediação e resolução de conflitos entre agentes, decorrentes de discordância referente aos objetivos e interesses individuais não compatíveis (Malheiro, 2013).

Assim, através da investigação científica e literária, tornou-se possível identificar as principais dimensões da governança territorial, capazes de ilustrar de uma forma simplificada o funcionamento das redes de trabalho e interação presentes nesta conceção (Borges, Eusébio, & Carvalho, 2014). Deste modo, este modelo de desenvolvimento territorial regista uma *“cultura positiva, comunicação construtiva e comunidades interligadas”*, capazes de espelhar um ambiente de *“transparência e prestação de contas”, “visão e liderança”, “aceitação da diversidade e a promoção da equidade e inclusão”,* procurando, assim, fomentar o *“desenvolvimento de conhecimentos, aprendizagens e partilha de experiências”* e a *“clarificação das funções e responsabilidades dos participantes, das estruturas operacionais e dos processos referentes às redes de trabalho”* (Borges et al., 2014)

O futuro da governança territorial passa, portanto, por desenvolver uma transformação relativamente às dimensões estruturais e ideológicas dos territórios, aliada à existência de atores, tanto individuais como coletivos, fortes e com poderes capazes de implementar mudanças territoriais nas *learning regions* (Lidström, 2007). As parcerias colaborativas entre as diversas organizações, incluindo o estado e as agências públicas, assumem uma importância bastante significativa na construção de estratégias conjuntas com vista à melhoria das interações entre agentes e consequente aumento de eficiência económica das regiões (OECD, 2001). Desta forma, será possível desenvolver uma contextualização das intervenções políticas ao nível do território, valorizando o capital territorial e as bases culturais e sociais específicas de cada região, conduzindo à ambicionada coesão social (Malheiro, 2013).

2.3. Turismo Regional como motor de Inovação

No contexto regional, os processos de inovação assumem uma grande influência por parte das características específicas do território, onde se inserem as diversas empresas e organizações responsáveis pela criação de condições que viabilizem a obtenção de desenvolvimento territorial (Brandão, 2014). Neste sentido, o turismo pode atuar como um dos principais setores capazes de promover a obtenção de desenvolvimento, tanto económico, como social, ambiental ou mesmo cultural (Veloso, 2009). Desta forma, as regiões que denotem a presença de características distintivas, capazes de desenvolver um produto competitivo e atrair população exterior,

certamente poderão beneficiar das vantagens proporcionadas pelo setor turístico, evidenciando “*vocação turística*” (Veloso, 2009).

Neste âmbito, surgem várias razões com vista a explicar a importância da atividade turística ao nível regional, sendo, contudo, evidente que as vantagens económicas representam a principal motivação para o desenvolvimento deste setor, que afeta o panorama regional em várias dimensões (Veloso, 2009). Assim, a influência que o turismo pode revelar numa região depende de vários fatores, tais como a existência de atrações e condições ao nível das infraestruturas e empreendimentos turísticos, nível de desenvolvimento económico e social do destino, a base económica central da região, a intensidade e cultura turística existente, o nível de proximidade, coordenação e conectividade entre os diversos agentes intervenientes na prestação de serviços turísticos, a adaptação do destino à sazonalidade da procura, bem como a distribuição dos lucros provenientes da atividade turística pelos vários atores (Veloso, 2009).

Relativamente ao turismo, este assume um formato de relativa interdependência e fortes interações entre empresas e organizações, não podendo ser definido como uma indústria normal, uma vez que o sucesso deste setor depende do trabalho conjunto entre todos os agentes, traduzindo-se ações individuais em efeitos coletivos (Brandão, 2014). No contexto das *learning regions*, a atividade turística pode, portanto, desempenhar um papel bastante significativo no quadro de desenvolvimento regional, sendo, assim, valorizada a elaboração de planos de ação por parte das autoridades, organizações e agências locais, com vista a dinamizar as potencialidades territoriais, através da implantação de redes de trabalho e parcerias que denotem objetivos comuns (Stobart & Ball, 1998). Desta forma, é projetado um desenvolvimento regional sustentado pelos diversos agentes locais que, conciliado com uma abordagem política democrática de proximidade, pode conduzir à obtenção de investimentos externos nas unidades territoriais regionais (Stobart & Ball, 1998).

Portanto, no que concerne ao turismo, é de salientar a sua adequada organização ao nível regional e local, encarando este setor como um sistema capaz de promover um destino na sua totalidade e transformar um território, alterando a sua vocação e produtos oferecidos, potenciando, assim, a inovação territorial ao nível dos processos e produtos (Brandão, 2014). Este setor de atividade, ao contrário de outros, denota a existência de uma elevada abertura à interação com outros setores, desenvolvendo variadas interações e dinâmicas de trabalho, essenciais para a transferência e atualização de conhecimentos, necessários para a gestão,

planeamento e aprendizagem coletiva, ingredientes essenciais para a obtenção de inovação territorial (Brandão, 2014). Neste plano, importa referir a importância acrescida das ações coletivas, realizadas em prol dos objetivos comuns, previamente definidos com o intuito de evitar a estagnação ou declínio das regiões (Brandão, 2014). Deste modo, o setor turístico pode ser analisado como sendo um sistema que, integrando diferentes elementos, correspondentes à procura e à oferta que, ao interagirem, irão provocar um desenvolvimento relativo a vários setores de atividade e conseqüente progresso nos planos políticos, tecnológicos, económicos, sociais e humanos das *learning regions* (Brandão, 2014).

Este ramo de atividade demonstra, portanto, um grande potencial e capacidade de produção de inovação e conseqüente promoção de diversos setores de atividade que se relacionam com o turismo (Hjalager, 2010). Assim, a inovação em turismo pode ser dividida por várias categorias, onde se destacam a inovação ao nível dos produtos e serviços, a inovação dos processos, inovação no âmbito da gestão, inovação administrativa e inovação institucional (Hjalager, 2010). Relativamente à inovação dos produtos e serviços, são integradas todas as novidades e mudanças observadas diretamente pelos turistas, apresentando, assim, um produto novo, diferente e capaz de captar a atenção e interesse dos indivíduos (Hjalager, 2010). No que concerne à inovação dos processos, são avaliadas tanto a eficiência, como a produtividade e celeridade dos procedimentos, merecendo destaque os investimentos na tecnologia que permitem alargar a capacidade de armazenamento de informação e conhecimento (Hjalager, 2010).

No que diz respeito à inovação no âmbito da gestão, estão incluídas todas as medidas e estratégias com vista à organização de questões como a colaboração interna, construção de carreiras e valorização dos trabalhadores, procurando atingir um estado de elevada satisfação no trabalho e constante formação do capital humano com recurso a conhecimentos e competências (Hjalager, 2010). Também a inovação administrativa denota uma grande importância, na medida em que são promovidas medidas capazes de potenciar uma maior proximidade e comunicação entre os prestadores de serviços e os clientes, detendo também o marketing um papel essencial na promoção dos destinos, ao facilitar a pesquisa e compra de produtos turísticos, sem ser necessário recorrer a intermediários físicos, como por exemplo as agências de viagens (Hjalager, 2010). Por último, a inovação institucional, prevê a formação de uma estrutura organizacional e colaborativa, composta por organizações dispostas a conceber acordos bilaterais com vista à criação de parcerias e redes de trabalho (Hjalager, 2010).

No contexto desta dissertação, importa focar a atenção na inovação institucional, uma vez que esta vertente inovadora procura redefinir os padrões de cooperação e participação dos vários agentes intervenientes no sistema turístico das regiões (Mazaro, 2017). Deste modo, sendo a inovação um processo altamente territorial, localizado e dependente dos recursos existentes numa localização específica, o desenvolvimento turístico de uma determinada região depende de fatores como a adaptação às diferentes circunstâncias e cenários, a flexibilidade perante a organização e mudanças de produção, a constante promoção e criação de inovação e conhecimento, bem como a capacidade de mudança ou transformação das instituições existentes (Mazaro, 2017). Assim, as unidades territoriais regionais e locais apresentam-se como espaços de eleição para a obtenção de inovação ao nível do turismo, devido aos atributos e recursos existentes que diferenciam estes espaços, tornando-os únicos e valorizados segundo o nível de originalidade que denotam (Mazaro, 2017).

Relativamente à configuração do sistema turístico, esta pode denotar uma variedade de formatos, dependendo da conciliação entre dois grandes fatores, que correspondem ao nível de centralização das funções governativas e ao grau de interdependência entre os agentes (Bonetti, Petrillo, & Simoni, 2006). No que concerne ao nível de centralização das funções governativas, é analisada a distribuição de poderes entre os diversos agentes, de forma a entender quem é que se encontra capacitado para influenciar as dinâmicas territoriais. Para isto, são avaliados, tanto “*o reconhecimento do corpo governativo*”, por parte dos diversos atores, como “*o nível de formalização das estratégias*”, ou mesmo “*o grau de centralidade das organizações*” (Bonetti et al., 2006).

Assim, num contexto marcado por um baixo nível de centralização, as diversas organizações internas e externas não reconhecem o corpo governativo como sendo o ator central, denotando um reduzido grau de formalização no que se refere às estratégias e uma centralidade limitada das redes de trabalho. Neste cenário, as funções são distribuídas de forma igualitária entre os diversos agentes, sendo a tomada de decisões feita entre estes com recurso a acordos mútuos (Bonetti et al., 2006). Inversamente, num panorama de alto nível de centralização, verifica-se a adoção de estratégias hierárquicas, sendo atribuídas distintas funções e importâncias a diferentes agentes, estando, portanto, reconhecida a existência e superioridade do corpo governativo, bem como a clara formalização das estratégias a implementar e a centralidade das redes de trabalho (Bonetti et al., 2006).

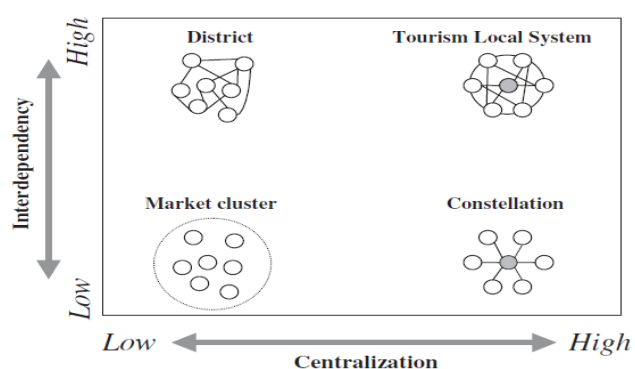
No que se refere à interdependência entre os agentes, é analisada a influência que um ator pode exercer perante outros *stakeholders*, com o intuito de entender de que modo estes se relacionam e dependem uns dos outros. Neste sentido, são estudadas diferentes dimensões, como “*a densidade das relações entre agentes de turismo*”, “*o grau de intenção*” dos agentes em participar neste sistema de dependência mútua e “*a existência de confiança mútua*” entre os agentes (Bonetti et al., 2006). Neste sentido, perante um paradigma de baixo nível de interdependências, as organizações pertencentes à mesma região ou localidade apenas se encontram ligadas pela proximidade territorial e relações de mercado, verificando-se interdependências reduzidas e espontâneas, conduzindo a uma baixa densidade de relacionamentos e baixo nível de confiança entre agentes (Bonetti et al., 2006). Por outro lado, um ambiente de elevadas interdependências, revela uma partilha de estratégias e objetivos por parte das diversas organizações pertencentes à mesma área territorial, promovendo assim um clima de cooperação capaz de potenciar o crescimento e desenvolvimento territorial. Assim, verifica-se, neste cenário, uma elevada confiança entre os *stakeholders*, traduzindo-se numa elevada densidade de relações de interdependência devidamente planeadas e estabelecidas (Bonetti et al., 2006).

Perante a análise destas duas dimensões, são apresentados quatro modelos de sistemas turísticos (cluster de mercado, distrito, sistema de turismo local e constelação), capazes de espelhar as disparidades que este setor pode revelar, consoante o território em que se insere (Bonetti et al., 2006). Deste modo, o “cluster de mercado” refere-se a um cenário caracterizado pela ausência de reconhecimento de um corpo governativo e pela independência e ausência de cooperação entre os agentes, apesar de pertencerem à mesma área territorial. Assim, este sistema é determinado por fatores como as dinâmicas de mercado, escolhas individuais e competição entre atores (Bonetti et al., 2006). Num contexto semelhante, é apresentado o “sistema de distrito” que denota a inexistência de um corpo governativo reconhecido, contudo os diversos atores procuram estabelecer relações de cooperação e interdependência. Assim, são valorizadas, tanto as escolhas e objetivos comuns como a tomada de decisões partilhada por todos os agentes, de forma a guiar e promover o sucesso do sistema (Bonetti et al., 2006).

No que concerne ao “sistema de turismo local”, são valorizadas as relações entre os diversos agentes, aliadas ao reconhecimento do corpo governativo como ator central. Neste sistema, portanto, o agente central é responsável por guiar e orientar a tomada de decisões, que são posteriormente adotadas em conformidade pelos diversos agentes que atuam na base de

interdependências (Bonetti et al., 2006). Num contexto de centralidade semelhante, é exposto o “sistema de constelação”, que denota a prevalência de um agente governativo central, capaz de guiar e dirigir as redes de trabalho. Neste âmbito, os *stakeholders* revelam interações bastante reduzidas entre eles, cingindo-se às interdependências de mercado, contudo estabelecem relações de hierarquia com o poder central, executando as decisões tomadas por este órgão superior (Bonetti et al., 2006).

Figura 2. Diferentes Sistemas de Turismo



Fonte: (Bonetti et al., 2006)

Contudo, surgem algumas dúvidas e questões relativas ao funcionamento deste sistema, sendo, assim, importante entender (Brandão, 2014):

- De que forma é que os agentes interagem e até que ponto a competição entre estes valoriza e promove o setor turístico?
- Como é que os recursos são geridos e organizados?
- Quais são as expectativas dos agentes no que se refere ao futuro e sucesso deste sistema?

Neste sentido, importa compreender a correlação existente entre os conceitos de desenvolvimento e planeamento no âmbito turístico, uma vez que, através de um planeamento estratégico eficaz, torna-se possível alcançar um desenvolvimento territorial a vários níveis, entre os quais se destacam a ampliação dos benefícios económicos, sociais e ambientais (Dinis & Costa, 2014). Assim, a alavanca necessária para impulsionar as regiões e capacitá-las para a criação de inovação e obtenção de desenvolvimento passa pela conjugação de estratégias e visões, fortalecendo um *“planeamento do desenvolvimento do turismo”* (Dinis & Costa, 2014).

Esta planificação deve ser capaz de promover a captação de investimentos externos, conduzindo, assim, a uma dinamização dos diferentes setores de atividade, comércio, indústria e serviços, aumentando, assim, a empregabilidade, os rendimentos, as receitas regionais e a construção de infraestruturas capazes de captar mais turistas e estimular, cada vez mais, as economias regionais (Dinis & Costa, 2014). Neste contexto, o papel das organizações e entidades públicas é preponderante, tanto ao nível da regulação, como da coordenação, educação, mediação e orientação das estratégias de desenvolvimento deste setor, nas plataformas territoriais locais e regionais, assumindo à partida que o turismo denota uma conotação de *“fenómeno económico”* capaz de *“influenciar as economias nacionais, regionais e locais”* (Dinis & Costa, 2014).

Desta forma, a implementação de um sistema turístico num determinado território irá promover a adoção de novas formas de organização e interação entre os diversos agentes pertencentes a este sistema (Brandão, 2014). Assim, devido ao formato aberto destes sistemas, será expectável verificar uma grande dependência, tanto entre diferentes setores de atividade como entre diferentes níveis territoriais (locais, regionais, nacionais ou internacionais), sendo que medidas tomadas ao nível local podem espelhar consequências num plano nacional ou global (Brandão, 2014). Neste panorama, destaca-se a complexidade de relacionamentos entre agentes internos e externos, sendo de realçar as ligações entre agentes de territórios geradores de turistas e agentes de territórios recetores de turistas, potenciando uma maior promoção das regiões como destinos turísticos e entrada de novos conhecimentos no sistema, prevenindo possíveis cenários de *“lock in”* (Brandão, 2014).

As regiões que denotam atividade turística podem refletir dois tipos de turismo diferenciados, marcados, por um lado, pela sazonalidade e, por outro, pelas características espaciais. Neste sentido, importa definir concretamente qual o papel e função de cada agente interveniente neste sistema de desenvolvimento territorial, reconhecendo quem são os *“empreendedores”*, os

“órgãos de decisão” e os *“investidores”* (Brandão, 2014). Através desta adequada organização, torna-se possível projetar e criar redes de trabalho e interdependências, capazes de promover a intensificação dos processos de inovação que, caso durem no tempo, serão um elemento impulsionador para o sucesso futuro das *learning regions* (Brandão, 2014).

No entanto, apesar de o turismo revelar bastantes pontos positivos para o desenvolvimento das regiões, também devem ser mensurados os custos que este acarreta, sendo essencial estabelecer um equilíbrio na balança de custos e benefícios, de forma a promover uma evolução territorial sustentável (Velo, 2009). Deste modo, relativamente aos benefícios, destacam-se a *“contribuição da entrada de divisas para a balança de pagamentos”*, a *“geração de renda”*, a *“geração de emprego”*, o *“aumento das receitas do estado”*, a *“melhoria da estrutura económica”*, o *“incentivo à atividade empresarial”*, o *“estímulo às economias regionais”* e a *“diminuição das desigualdades económicas regionais”* (Velo, 2009). Por outro lado, no que respeita aos custos, emergem o *“perigo de uma excessiva dependência do turismo”*, o *“aumento da inflação e do preço dos terrenos”*, a *“maior propensão à importação”* e a *“sazonalidade da produção e baixa taxa de retorno dos investimentos”* (Velo, 2009).

Assim, apesar dos debates e controvérsias associadas a esta temática, podemos concluir que o turismo assume um cariz de mecanismo integrante da política de desenvolvimento regional, potenciando uma fortificação e valorização das economias locais (Stobart & Ball, 1998). Neste sentido, cada território deve ser analisado de forma distinta, avaliando as diferentes especificidades de cada destino, com o intuito de aplicar modelos de desenvolvimento que preservem e respeitem as características tanto sociais, como ambientais ou estruturais das diferentes regiões, promovendo a participação ativa das comunidades nestes processos (Velo, 2009).

Contudo, o poder do turismo relativamente à dinamização e desenvolvimento das regiões encontra-se correlacionado com o próprio nível de desenvolvimento dos territórios, sendo assim importante verificar um crescimento referente a todos os setores das economias locais e não apenas do setor turístico (Sharpley & Telfer, 2002). Deste modo, a aposta passa por evoluir a dependência entre os diferentes setores, envolvendo-os com o intuito de responder à procura turística e obter conseqüentemente maiores rendimentos e inovações territoriais (Sharpley & Telfer, 2002).

2.3.1. O Turismo de Surf em Portugal e na região Centro de Portugal

Perante o crescimento do setor turístico ao nível europeu, as instituições europeias promoveram a alteração da legislação, descentralizando alguns poderes, atribuindo um maior grau de responsabilização aos vários níveis de ação, tanto nacionais, como regionais e locais (Ramos, 2016). Através desta modificação de paradigmas, procura-se adaptar as diferentes abordagens territoriais, consoante as características específicas de cada território, melhorando a eficácia dos planos de ação, a eficiência relativa aos processos de controlo e monitorização e respetiva atribuição de fundos europeus, aplicados segundo uma ótica de prioridades territoriais (Ramos, 2016).

Desta forma, passa a ser adotada uma abordagem política capaz de potenciar uma maior coesão, através da integração de estratégias de âmbito regional, coincidentes com as características e necessidades dos diferentes territórios, valorizando as dimensões económicas, sociais e ambientes (Ramos, 2016). Assim, as instituições públicas passam a deter um maior poder de decisão e conseqüente aumento da produtividade e qualidade dos resultados, verificando-se, globalmente, uma maior transparência referente à gestão dos fundos europeus atribuídos e um maior desenvolvimento ao nível das redes de trabalho, interação e apoio, sendo assim desenhado e aplicado um modelo de governança “à medida” de cada território (Ramos, 2016).

Neste sentido, as linhas orientadoras desta nova visão europeia promovem um crescimento sustentável, capaz de motivar o desenvolvimento da capacidade inovadora das regiões com recurso a modelos de governança eficazes (Ramos, 2016). Assim, os principais objetivos deste novo paradigma passam pela “*qualificação dos recursos humanos*” e pela “*valorização da ciência, da tecnologia e do conhecimento*”, fatores essenciais para a modernização e progresso dos territórios e das populações (Ramos, 2016).

Deste modo, verifica-se uma maior proximidade entre as instituições decisórias e os diversos agentes, que integram o turismo de surf nas localizações regionais, passando, assim, o turismo a ser analisado como sendo uma marca, capaz de associar determinados produtos, experiências ou serviços a locais específicos (Araújo, 2016). Assim, o surf denota uma multiplicidade de vertentes, uma vez que pode ser analisado como um simples desporto ou como atividade económica e turística, capaz de desenvolver locais remotos ou pouco desenvolvidos que, sem as ondas, não teriam qualquer atratividade (Araújo, 2016).

No que concerne ao conceito de turismo de surf, a sua definição varia de acordo com as diferentes óticas de análise que os investigadores ou autores utilizam, revelando, contudo, um relativo consenso. Desta forma, segundo Martin Fluker, o *“turismo de surf pode ser definido como sendo o ato de viajar por parte de pessoas, tanto para localizações domésticas durante um período de tempo que não exceda os 6 meses, como para localizações internacionais durante um período que não exceda os 12 meses, permanecendo pelo menos uma noite no destino e participando ativamente no surf enquanto desporto”,* sendo neste caso, *“o poder das ondas a motivação primária para a seleção do destino”* (Dolnicar & Fluker, 2003).

Esta conceção é partilhada pelo autor Jess Ponting, que analisa o conceito com recurso a duas dimensões: por um lado, as viagens realizadas pelos surfistas e, por outro, o turismo de surf comercial, lúdico e cultural (Ponting, 2008). Assim, para este autor, o turismo de surf corresponde às *“viagens e estadias temporárias, realizadas por surfistas, envolvendo a estadia de pelo menos uma noite longe da região domiciliária usual dos surfistas, realizada com expectativas primárias de surfar ondas”* (Ponting, 2008).

Assim, no âmbito do turismo de surf, Portugal revela características físicas que tornam este país bastante atrativo e competitivo, revelando a existência de uma faixa costeira continental bastante diversificada, tanto ao nível paisagístico, como cultural, que se estende ao longo de 800 quilómetros, garantindo a existência de condições apropriadas para a prática de surf (Araújo, 2016). Dentro deste país de pequenas dimensões, encontram-se alguns locais vastamente reconhecidos e procurados pelos turistas, entre os quais se destacam a Ericeira, autenticada como reserva mundial de surf, Peniche, enquanto local que integra uma etapa do campeonato mundial de surf, Nazaré, conhecida pelos sucessivos recordes de ondas gigantes, ou mesmo a Figueira da Foz, que exhibe uma das ondas mais compridas da Europa (Araújo, 2016).

No que concerne ao âmbito da investigação nesta dissertação, será investigado o papel que o surf pode ter na promoção do desenvolvimento territorial, nomeadamente na região centro de Portugal. Neste sentido, será analisada a região Oeste, uma vez que evidencia uma maior proporção de organizações e empresas direcionadas para o turismo de surf. Esta região apresenta um elevado dinamismo e diversidade territorial, registando-se um desenvolvimento constante e contínuo, favorecido pelas características naturais desta região, que oferece uma conjugação entre ambientes urbanos e rurais (Ramos, 2016). Esta região é composta por 12 municípios, integrando assim, *“Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha,*

Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras” (Ramos, 2016), evidenciando uma longa faixa costeira que se estende desde *“Santa Cruz, concelho de Torres Vedras, até São Pedro de Moel, Concelho da Nazaré”* (Ramos, 2016).

No âmbito regional e local, as localizações que oferecem boas condições para a prática de surf, denotam um grande crescimento e projeção, assumindo este desporto, uma índole de impulsionador capaz de conduzir as regiões ao ambicionado desenvolvimento e inovação, característicos das *learning regions* (Moura, 2017). Assim, segundo o autor Gonçalo Cadilhe, a existência de uma *“onda perfeita de surf pode ser o motor da economia de uma região inteira. Pequenas localidades que nunca teriam saído do anonimato, que teriam permanecido esquecidas na periferia do mundo, são hoje internacionalmente famosas em todo o mundo pelo simples facto de possuírem uma onda perfeita ao fundo da rua”* (como citado em, Moura, 2017).

Este género de atividade turística denota várias diferenças relativamente aos restantes tipos de turismo, sendo a sua sustentabilidade, consistência e continuidade as maiores valências, uma vez que o turismo de surf é praticado durante todo o ano e ao longo da faixa litoral, evitando, assim, situações de excesso populacional e sobrecarga costeira em determinada localização territorial ou mesmo a sazonalidade turística, potenciando a criação de novos negócios e empregos, contribuindo positivamente para o desenvolvimento das regiões (Araújo, 2016).

Perante o desenvolvimento e crescimento exponencial do surf enquanto vertente turística, surge a necessidade de implementar novas estratégias que capacitem os territórios a lidar com este novo paradigma, que engloba um conjunto de novas redes de trabalho, novas interações, novas organizações comerciais e infraestruturas (Araújo, 2016). Neste sentido, segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo devem ser adotadas medidas que assentem em 5 eixos basilares, *“Território, Destino e Produtos”, “Marcas e Mercados”, “Qualificação de Recursos”, “Distribuição e Comercialização”, “Inovação e Conhecimento”* (Portugal, 2007).

Também segundo o Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste, são apresentados estes 5 eixos, presente no (Anexo 1), contudo com diferentes denominações, correspondendo o eixo I ao *“Desenvolvimento de um Pólo Turístico Relevante, Inovador e Sustentável”*, o eixo II à *“Construção e Afirmação de uma Ruralidade Moderna”*, o eixo III ao *“Desenvolvimento em Complementaridade da Atratividade dos Pólos Urbanos”*, o eixo IV à *“Captação e Aglomeração de Atividades*

Empresariais Competitivas” e o eixo V ao “Desenvolvimento de um Sistema de Governança Regional” (AMO, 2008).

Neste sentido, é essencial desenvolver modelos de gestão capazes de prever a capacidade de resposta das regiões, estabelecendo os limites e regulando a entrada e permanência de turistas nos territórios, de forma a evitar consequências tanto ao nível ambiental como social, promovendo assim, a manutenção da atratividade dos destinos regionais no que respeita ao turismo de surf (Araújo, 2016). Para isto, é fundamental potenciar a criação de um ambiente de cooperação entre organizações privadas, instituições públicas e organizações não governamentais, de modo a desenhar parcerias que visem a obtenção de objetivos comuns e vantagens coletivas (Araújo, 2016). Assim, relativamente às instituições públicas, estas detêm a função de implementação das políticas públicas ao nível local, apoiadas pelas organizações não governamentais, que exercem uma função de grande proximidade com a sociedade civil, procurando educar e formar as populações, bem como conservar e promover os territórios, através de programas ativos de consciencialização (Cabeleira, 2011).

Noutro plano, no que concerne às organizações privadas, estas são responsáveis por oferecer bens e serviços que respeitem os princípios de sustentabilidade, reforçando a sua importância no desenvolvimento e dinamização dos produtos turísticos, através da delimitação e supervisão relativa às estratégias de marketing e da formação e consciencialização do setor industrial, promovendo a adequação e aplicação de comportamentos sustentáveis e exemplos de boas práticas (Cabeleira, 2011). Assim, a sustentabilidade do turismo de surf ao nível regional, encontra-se dependente da conciliação e parceria entre os diferentes *stakeholders*, uma vez que, através de um adequado planeamento turístico capaz de envolver e integrar todos os agentes intervenientes, será mais viável atingir um estado de sustentabilidade e competitividade regional (Cabeleira, 2011).

Neste plano, no que se refere aos 5 eixos acima mencionados, importa entender que abordagens são valorizadas e quais os atores intervenientes nesses processos, de forma a entender que tipo de cooperação e parcerias existem no ambiente regional, mais precisamente na região Oeste que assume um foco central neste estudo de caso. Relativamente ao primeiro eixo, são apresentados dois grandes objetivos, que passam pelo desenvolvimento dos produtos turísticos do litoral e pelo prestígio do património e crescimento da atividade turística (AMO, 2008), através da oferta de produtos atrativos, promovidos de forma consistente e contínua no tempo, valorizando o

equilíbrio sustentável na resposta às necessidades da população residente e à procura da população turista (CIM Oeste, 2006). Neste âmbito, verifica-se a interação entre diversos agentes, destacando-se a *“Associação de Municípios do Oeste”*, os próprios *“Municípios do Oeste”*, variados *“Organismos da Administração Central”*, *“Empresas”*, *“Instituições de Ensino Superior”* e *“Entidades do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional)”* (AMO, 2008).

No que respeita ao segundo eixo, os principais objetivos passam pela dinamização do setor empresarial, promovendo um ambiente de empreendedorismo e iniciativa e pela valorização equilibrada entre os ambientes urbanos e rurais (AMO, 2008), sendo, assim, defendida a adoção de processos que certifiquem a produção e comercialização de produtos de origem regional, bem como a atualização e reformulação das principais zonas rurais e respetivas zonas habitacionais (CIM Oeste, 2006). Neste panorama, os principais agentes envolvidos são, a *“Associação de Municípios do Oeste”*, os *“Municípios do Oeste”*, vários *“Organismos da Administração Central”*, *“Instituições de Ensino Superior”*, *“Entidades do SCTN”*, *“Empresas”*, *“ONG’s”*, *“Agências de Desenvolvimento Regionais”*, *“Associações Sectoriais”*, *“Atores Locais”*, *“Produtores”* e *“Cooperativas”* (AMO, 2008).

No que concerne ao terceiro eixo, os objetivos específicos derivam da necessidade de prosperar ao nível dos equipamentos, infraestruturas e serviços, melhorando também as condições de mobilidade e acessibilidade, de forma a tornar esta localização atrativa no contexto residencial (AMO, 2008), apontando como dimensões essenciais, tanto a melhoria e otimização dos equipamentos e serviços, de forma a obter vantagens no capítulo da competitividade urbana, como a localização de diversos serviços ao nível regional, promovendo assim a construção de um modelo regional relativo às questões da qualidade da mobilidade e acesso aos serviços (CIM Oeste, 2006). Aqui, são apontados como principais atores, a *“Associação de Municípios do Oeste”*, *“Municípios do Oeste”*, *“Organismos da Administração Central”*, *“Instituições de Ensino Superior”*, *“Associações Comerciais”*, *“Empresas Públicas”* e as *“IPSS”* (AMO, 2008).

Noutro contexto, segundo o quarto eixo, os principais objetivos encontram-se ligados com a necessidade de aumentar a competitividade empresarial e promoção de práticas sustentáveis no âmbito das atividades económico (AMO, 2008), sendo valorizada a colaboração intermunicipal nos momentos de governança, potenciando uma maior capacidade de resposta tanto às famílias como às empresas e a criação de condições que permitam reunir ao nível regional um elevado número de empresas e empregos (CIM Oeste, 2006). Também neste âmbito, os atores

mencionados anteriormente denotam um papel significativo, destacando-se, a *“Associação de Municípios do Oeste”*, *“Municípios do Oeste”*, *“Administração Central”*, *“Instituições de Ensino Superior”*, *“Associações Comerciais”*, *“Associações de Desenvolvimento Empresarial”*, *“Empresas Públicas”*, *“ONG`s”* e as *“IPSS”* (AMO, 2008).

Por último, no que diz respeito ao quinto eixo, é defendido que se deve procurar uma maior capacitação institucional (AMO, 2008), através de medidas que potenciem uma maior cooperação intermunicipal e colaboração com o governo central, procurando atingir a ambicionada competitividade e coesão social (CIM Oeste, 2006). Neste cenário, os atores que integram os processos são, a *“Associação de Municípios do Oeste”*, *“Municípios do Oeste”*, *“Empresas”*, *“Administração Central”* e as *“Instituições de Ensino superior”* (AMO, 2008).

Relativamente ao papel do surf como dinamizador territorial na região Oeste, torna-se evidente a criação de condições capazes de aumentar a quantidade e variedade de recursos disponíveis, sendo Peniche um grande exemplo disto mesmo, ao apostar no surf como imagem de marca da nova identidade desta localização, internacionalmente reconhecida pela qualidade dos seus recursos naturais, aliados a um grande desenvolvimento económico, social e administrativo capaz de responder à procura e crescimento exponencial deste local pertencente à região Oeste (Cabeleira, 2011). Este crescimento bastante acentuado deve-se, em parte, à realização de eventos desportivos relacionados com o surf, que permitem o aumento da afluência de turistas, conduzindo assim à redução da sazonalidade e consequente obtenção de benefícios, entre os quais se destacam a *“promoção turística”*, a *“valorização política”*, o aumento das *“receitas fiscais”*, a *“rentabilização de estruturas locais”*, ou mesmo a *“dinamização económica”* (Cabeleira, 2011).

Contudo, para que se verifique um desenvolvimento territorial sustentável e transparente, a gestão administrativa dos processos deve ter uma elevada concertação e cooperação, no sentido de serem desenvolvidos acordos de âmbito nacional e internacional, capazes de desenhar estratégias de custo-benefício e potenciar a criação de parcerias entre os vários atores, onde se incluem as instituições públicas, os patrocinadores oficiais e os meios de comunicação social (Cabeleira, 2011). Assim, no caso de Peniche, os eventos desportivos de surf apresentam um papel preponderante no crescimento deste território, sendo essencial acompanhar este reconhecimento nacional e internacional, com uma gestão eficiente dos recursos, adotando

modelos de boas práticas e consciencialização, de forma a evitar situações de saturação populacional, distúrbios ambientais ou mesmo perda de competitividade (Cabeleira, 2011).

Deste modo, com o intuito de promover uma modernização administrativa, foram implementados vários mecanismos e projetos, com vista a aumentar a competitividade e qualidade territorial na região Oeste. Assim, por um lado, ocorreu uma atualização governativa, tendo sido adotado o sistema de “*e-government*”, com o objetivo de aproximar as populações e organizações ao poder local e central, por outro foram implementadas “*Agendas XXI*” que visam essencialmente estabelecer os objetivos e metas que as regiões se comprometem a atingir (Ramos, 2016).

Também os “*projetos de Eficiência Energética*” e “*plano de marketing*” denotam uma grande importância, respetivamente, na defesa da sustentabilidade ambiental da região Oeste e na promoção deste território além-fronteiras (Ramos, 2016). No entanto, a grande inovação neste âmbito, foi a criação do “*Observatório das Dinâmicas Regionais*”, que apresenta uma mudança fundamental, no que concerne à adoção de um sistema de indicadores capaz de desenvolver processos de consultoria, cooperação territorial e estudos técnicos especializados, possibilitando uma maior monitorização e acompanhamento da região como um todo (Ramos, 2016).

Atualmente, o estudo dos impactos do surf no crescimento e desenvolvimento das regiões tem denotado uma crescente importância e valorização entre a comunidade académica e científica, assumindo, deste modo, a importância desta atividade nas economias locais (Moura, 2017). Assim, a título exemplificativo, são apresentadas algumas regiões, que devido ao surf, denotam taxas de crescimento bastante significativas, destacando-se, “*Mundaka (Espanha)*”, “*Mavericks (EUA)*”, “*Trestles (EUA)*”, “*Huanchaco (Perú)*”, “*Pichilemu (Chile)*” e “*Uluwatu (Indonésia)*” (Moura, 2017).

Figura 3. Impacto Económico do Surf

Zona	Ano do estudo	Visitantes/ano	Gasto Médio do visitante por dia	Impacto económico (US Dólares)
Mundaka (Espanha)	2008	37500	120 USD	4.5 Milhões
Mavericks (EUA)	2009	420000	57 USD	23.9 Milhões
Trestles (EUA)	2012	30000	80 USD	24 Milhões
Huanchaco (Perú)	2014	6739	45 USD	303.255 Mil
Pichilemu (Chile)	2014	10000 - 40000	168 USD	2 - 8 Milhões
Uluwatu (Indonésia)	2014	240000	150 USD	35 Milhões

Fonte: (Moura, 2017)

Perante o crescimento do turismo de surf em variadas regiões espalhadas pelo globo, torna-se possível verificar também uma globalização dos seus impactos, detendo, deste modo, o surf uma amplitude global, bastante vantajosa para Portugal, ao funcionar como alavanca de promoção das ondas portuguesas. Assim, apesar de um determinado território não realizar ações de autopromoção, caso este detenha boas condições para a prática de desportos náuticos, poderá beneficiar do crescimento desta atividade ao nível mundial (Moura, 2017). Contudo, o crescimento desmedido desta atividade ao nível regional pode resultar na obtenção de resultados bastante negativos para os territórios, devido à sobre-exploração dos recursos existentes, aliada a uma visão apenas direcionada para o desenvolvimento económico (Araújo, 2016).

Assim, perante um cenário economicista, será expectável assistir à decadência das regiões, verificando-se um aumento excessivo da receção de turistas, provocando assim, distúrbios ambientais, conflitos sociais, aumento da concorrência em detrimento da cooperação e a perda da cultura característica de cada região (Araújo, 2016). Neste sentido, reforça-se a importância da implementação de modelos de gestão, capazes de promover a existência de um ambiente de cooperação entre os diversos agentes, trabalhando em conjunto com vista à obtenção de objetivos comuns e consequente inovação territorial, sem colocar em risco o meio social, cultura, valores e recursos naturais dos territórios, ou seja, a sustentabilidade das regiões (Araújo, 2016).

(página propositadamente em branco)

3. PROPOSTA METODOLÓGICA

No que concerne à investigação relacionada com o desenvolvimento do surf, não se denota atualmente, num âmbito geral, uma grande base de estudos realizados (Moura, 2017), capazes de comprovar visões e opiniões que aparentemente podem apresentar grande validade factual. Assim, torna-se pertinente aprofundar mais esta temática, de modo a obter conhecimentos primários, ainda não validados cientificamente, com o objetivo de promover uma maior contextualização e coesão na resposta à questão de investigação e aos objetivos definidos.

Deste modo, perante um aumento do turismo em Portugal, ao qual se associa o papel do surf como dinamizador das zonas costeiras, importa estudar e investigar as principais fontes promotoras do desenvolvimento deste desporto. Através deste progresso regional verificam-se vantagens associadas, como as melhorias nas acessibilidades das localidades, o incremento da atratividade dos espaços tanto ao nível habitacional como empresarial e económico, potenciando assim uma amplificação da qualidade de vida da população residente (Araújo, 2016).

Relativamente ao desenvolvimento do surf, a criação de parcerias e grupos de trabalho em rede, entre as diversas empresas pertencentes a este ramo de atividade, funcionam como mecanismos capazes de criar estratégias conjuntas que visam o crescimento económico do setor (Araújo, 2016). Neste panorama, a pertinência desta dissertação advém exatamente desta temática relacionada com as parcerias, embora num âmbito legislativo e político, que integra, por um lado, o poder local e, por outro, as instituições de ensino e investigação, com a ambição científica de descobrir quais as vantagens provenientes das parcerias entre estes dois agentes, no que respeita à promoção de políticas públicas que visem o desenvolvimento do surf.

Neste sentido, esta investigação distingue-se devido ao formato que assume, uma vez que é adotado um estudo de caso múltiplo, com o intuito de investigar a existência e vantagens associadas às parcerias entre as câmaras municipais e as instituições de ensino e investigação, tanto em Peniche como na Nazaré, a fim de entender a importância referente a estas parcerias institucionais.

A realização desta dissertação promoveu a análise de vários estudos com temas semelhantes, embora bastante díspares no que concerne ao tipo e objetivos de investigação, entre os quais se destacam o “Turismo de surf: Na onda para o desenvolvimento sustentável do concelho de

Matosinhos?”, da autoria de Paula Araújo que, por intermédio de um estudo de caso com recurso a entrevistas a empresários, câmara municipal de Matosinhos e organizações não governamentais, pretende investigar de que forma o surf tem potenciado o desenvolvimento sustentável da região, bem como os impactos criados neste destino. Também no âmbito do estudo “Turismo de surf na capital da onda: Ensaio sobre a sustentabilidade de uma rota de surf em Peniche” de Tânia Cabeleira, a autora procura, através de um caso de estudo, entender até que ponto Peniche denota a existência de características e condições capazes de suportar a criação e implementação de uma rota de surf, investigando de que modo esta rota pode assumir um carácter de motor de promoção de um desenvolvimento sustentável da região. Por último, no caso da investigação “O valor económico do Turismo de surf na Ericeira” de Ana Catarina Moura, a autora procura, através de inquéritos por questionário, investigar o valor económico criado pelo turismo de surf na Ericeira, identificando quais as principais motivações que levam os turistas a optar por visitar este destino.

Assim, podemos entender que o principal fator diferenciador desta investigação em relação às restantes se prende com o facto de este ser um estudo comparado entre dois locais, Peniche e Nazaré, denotando uma ótica de análise direcionada para as parcerias institucionais, com o intuito de estudar a criação de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento do surf, ao invés do desenvolvimento económico de determinado local.

Nesta fase da dissertação, importa definir qual a abordagem metodológica adotada, com o intuito de explicar tanto os principais objetivos associados ao estudo, como a questão central referente a este trabalho e qual a técnica de investigação utilizada. Simultaneamente, será apresentada uma definição da população alvo e das localidades referentes a este estudo, bem como uma justificação relativa à escolha do método de investigação utilizado e do método de análise de dados empregue neste projeto de investigação.

3.1. Questão e objetivos de Investigação

A realização desta dissertação, vai ao encontro do interesse em descobrir de que forma a criação de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino superior, nos municípios de Peniche e Nazaré, promovem a produção de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento e implementação do surf ao nível regional.

Neste sentido, tendo em conta a atual ascensão do surf enquanto motor de desenvolvimento turístico e económico das regiões (Moura, 2017), torna-se bastante interessante estudar a importância destas parcerias no âmbito da ciência política, com o intuito de melhor entender e compreender como e quais são os processos institucionais e legais que promovem o crescimento exponencial do surf em Portugal.

Assim, a relevância deste estudo advém da necessidade de investigar, tanto qual o papel desempenhado por diversos *stakeholders* pertencentes à região centro na promoção de políticas públicas direcionadas para o surf, como aferir qual o grau de importância das parcerias e relações entre os diferentes agentes para a concretização e potencialização de políticas públicas direcionadas para o surf.

Desta forma, sendo uma *learning region* uma região marcada pela elevada interação entre a vida económica e sociocultural, através das redes de trabalho que promovem o investimento em dinâmicas tecnológicas, tecno-organizacionais, socioeconómicas e institucionais (Moulaert & Sekia, 2003), à qual se encontra anexada a capacidade de obter e utilizar diversos tipos de conhecimento, valorizando neste sentido a existência, atividade e interatividade das instituições de investigação, compostas por trabalhadores altamente qualificados (Shearmur, 2011), é ambicionada a obtenção de uma conclusão relativa à questão sobre a adequada classificação das regiões em estudo como sendo exemplos de *learning regions*.

Neste tópico, são apresentados alguns objetivos exploratórios que pretendemos atingir, com o intuito de permitir uma maior compreensão, relativamente à forma como se processam as parcerias entre os diferentes atores envolvidos nos processos de produção de políticas públicas, relacionadas com o desenvolvimento do surf ao nível regional. Através da resposta a estes objetivos, será possível entender qual a importância da criação e manutenção de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação, na produção de políticas e consequente promoção do surf.

- Identificar e mapear os diferentes *stakeholders* envolvidos, pertencentes aos municípios alvos de investigação
- Entender de que forma a localização regional ou local de instituições de ensino e investigação potenciam a criação de políticas públicas direcionadas para a “economia de surf”

- Aferir qual a correlação entre o desenvolvimento do surf ao nível regional e a qualificação dos agentes envolvidos nestas parcerias
- Avaliar de que modo estas parcerias podem promover a existência de *learning regions*

3.2. Perspetiva de Investigação Adotada

No contexto da investigação em Ciências Sociais e Humanas são apresentados dois grandes paradigmas, o “*positivista*” e o “*interpretativo*”, que correspondem a diferentes orientações de pesquisa, que definem as motivações, interesses e objetivos que guiam as ações dos investigadores (Coutinho, 2006). Desta forma, iremos mencionar as diferenças entre estes paradigmas, bem como os motivos pelos quais se integra este estudo numa perspetiva interpretativa, associada a uma metodologia qualitativa.

Neste sentido, a diferenciação entre os diversos paradigmas denota uma grande importância, na medida em que possibilita, por um lado, uma adequada compreensão dos conceitos, através de uma identidade comum relativa às componentes teóricas e metodológicas partilhadas entre os membros pertencentes à mesma comunidade científica e, por outro, potencia uma maior facilidade de validação das investigações, uma vez que, para cada paradigma, encontram-se associados determinados mecanismos de compreensão, análise e legitimação (Coutinho, 2011).

Relativamente ao paradigma positivista, verifica-se uma valorização da observação e da experimentação como principais fontes de conhecimento, sendo ambicionada a compreensão relativa ao funcionamento das coisas, com o objetivo de formular generalizações e de controlar e prever a ocorrência de fenómenos sociais (Coutinho, 2011). Neste âmbito, a pesquisa teórica denota uma elevada relevância, constituindo a linha orientadora de toda a investigação, sendo, por vezes, o principal objetivo, a validação desta mesma teoria, de forma a construir uma relação causal de “*processo-produto*”. (Coutinho, 2011).

Contudo, este paradigma apresenta uma grande contestação, uma vez que são apresentadas regras e fundamentações, segundo uma linha orientada pela lógica, com o intuito de justificar fenómenos naturais e sociais (Scott & Usher, 1996). Assim, segundo o autor Robin Usher, esta conceção não denota grande validade ou assertividade, uma vez que apenas estuda e avalia uma

parte singular da realidade social, não tendo em conta que os fenómenos sociais não podem ser generalizados, devido ao seu formato bastante imprevisível (Scott & Usher, 1996).

Associada a este paradigma positivista, surge a metodologia de carácter quantitativo, que se baseia num modelo dedutivo, capaz de produzir hipóteses que partem do princípio que, para cada fenómeno social, corresponde uma solução ou justificação científica (Coutinho, 2011). Neste cenário, a investigação denota um foco central na análise de factos e fenómenos observáveis, o que inevitavelmente conduz a um *“reducionismo metodológico”*, adequando-se o objetivo de estudo ao método de investigação e não o contrario, uma vez que a realidade analisada tem de ser observável, quantificável e medível (Coutinho, 2011).

Deste modo, para além das bases teóricas e observáveis, o estudo quantitativo distingue-se pelo seu formato estático, mantendo inalteradas as hipóteses e variáveis ao longo da investigação, aplicando-as em grandes amostras populacionais que são posteriormente analisadas segundo técnicas de amostragem probabilística, desenvolvendo, assim, contribuições generalizadas que possibilitem a previsão, justificação e controlo de fenómenos sociais (Coutinho, 2011).

No que concerne ao paradigma interpretativo, é adotado um posicionamento relativista que reconhece uma grande variedade de realidades e fenómenos sociais, sendo o investigador valorizado como parte ativa da investigação, revelando uma diferenciação das noções positivistas de explicação, justificação e controlo por conceitos como a *“compreensão”*, *“significado”* e *“ação”* (Coutinho, 2011).

Segundo esta conceção, não é possível estudar a ação humana com recurso a mecanismos científicos, uma vez que estas ações derivam do contexto social em que se inserem, devendo, assim, ser admitidas várias vertentes metodológicas, associadas a uma construção teórica indutiva e interativa, a fim de alcançar conhecimentos que seriam inalcançáveis segundo um posicionamento estritamente positivista/quantitativo (Coutinho, 2011).

Articulada com este paradigma, é apresentada a metodologia qualitativa, que rejeita qualquer relação entre os fenómenos sociais e as regras científicas, caracterizadas por uma elevada subjetividade no que respeita à justificação dos comportamentos humanos (Coutinho, 2011). Neste panorama, segundo o autor William Wiersma é promovida uma explicação dos fenómenos sociais com recurso a palavras, ao invés de medidas e números (como citado em Coutinho, 2011), revelando um foco central na investigação das ações e interações sociais, inseridas em

determinado contexto social, a fim de construir uma teoria desprovida de expectativas ou previsões previamente delineadas (Coutinho, 2011).

Deste modo, o estudo qualitativo privilegia a adoção de noções contrárias às defendidas no modelo quantitativo, como a particularização, em detrimento da generalização, a existência de uma relação contextual ao invés de uma causal, a obtenção de resultados questionáveis em oposição aos incontestáveis, a realização de estudos de caso em contraste com os estudos de grandes amostras e a realização de um estudo experimental e participado ao contrário do estudo sistemático e linear (Coutinho, 2011).

Perante a análise dos diferentes paradigmas e o reconhecimento dos objetivos propostos para a realização desta investigação, optamos por seguir a linha metodológica qualitativa, uma vez que na génese desta dissertação encontra-se definida a ambição de estudar a existência de parcerias entre instituições específicas pertencentes ao caso particular da região Oeste de Portugal. Neste contexto, denota-se a existência de uma reduzida amostra, desprovida de qualquer intuito de generalização, sendo analisadas ideologias, ações e interações sociais, segundo as perspetivas e convicções dos *stakeholders* que integram esta investigação (Coutinho, 2011).

Neste sentido, o desenrolar da investigação será adequado de acordo com a variação do contexto em que se insere, não incluindo qualquer tipo de hipótese que tenha de ser validada ou qualquer expectativa previamente estabelecida (Coutinho, 2011). Neste âmbito, será de registar a existência de uma forte componente de trabalho de campo e entender de que forma as parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação promovem a produção de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf na região Oeste.

3.3. Método de Recolha de Dados

Perante a tipologia de investigação que pretendemos realizar, aliada a uma componente metodológica qualitativa, podemos afirmar que a abordagem escolhida para a recolha de dados nesta investigação se trata de um estudo de caso múltiplo. Ou seja, uma investigação que concilia diversos mecanismos de recolha de informações para o estudo intensivo de determinado caso, entre os quais se destacam a realização de entrevistas, inquéritos e a análise de documentos e

bases de dados, promovendo, assim, a obtenção de resultados bastante detalhados e contextualizados, de forma a possibilitar a elaboração de uma nova teoria (Ramos, 2016).

Neste cenário, esta estratégia de investigação visa essencialmente responder a questões que envolvem o saber como e porquê, relativamente a fenómenos não dominados pelo conhecimento público e científico, estudando, assim, o caso ou casos que se assumem como foco central da investigação (Coutinho, 2011). Segundo o autor Robert Yin, se o objetivo for descobrir, por exemplo, quais foram os resultados de um programa governamental ou quantos indivíduos é que o programa beneficia, seria expectável responder com recurso a análises de dados económicos sem fazer um estudo de caso. Contudo, caso o objetivo seja descobrir o como ou o porquê do resultado do programa, será necessário e adequado utilizar o estudo de caso com recurso a múltiplas fontes de dados, integrando essencialmente as entrevistas, uma vez que as variáveis devem ser acompanhadas e localizadas ao longo do tempo (Yin, 1994)

Deste modo, denota-se uma grande variedade de formatos que determinado caso pode adotar, podendo corresponder a *“um individuo, um personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação”*, ou também condizer com *“uma decisão, uma política, um processo, um incidente ou acontecimento imprevisto”* (Coutinho, 2011). No que respeita à abrangência desta abordagem, é de salientar a sua limitação temática, devendo ser estreitamente definidas as fronteiras de investigação relacionadas com o caso em estudo, identificando, assim, a orientação que deve ser atribuída (Coutinho, 2011).

Desta forma, promove-se o alcance da possibilidade de *“explicar”* tanto as causas como os efeitos do caso investigado, de *“descrever”* o contexto em que se insere a pesquisa, de *“ilustrar”* de uma forma descritiva os temas relacionados com a investigação e de *“explorar”* exhaustivamente as situações que não denotam resultados concretos, de forma a torna-los o mais confiáveis e credíveis possível (Yin, 1994). Estas etapas do estudo de caso são várias vezes identificadas em trabalhos jornalísticos (Yin, 1994), sendo, em ambas as situações, relatados e registados os factos por parte dos investigadores, com o objetivo de descrever os acontecimentos e produzir novos conhecimentos referentes à temática em estudo, comprovando ou não a existência de efeitos ou relações (Coutinho, 2011).

Assim, a aplicação do estudo de caso como método metodológico aufer algumas vantagens bastante significativas para o desenvolvimento de uma investigação, uma vez que detém um

duplo propósito, podendo: auxiliar a construção ou a validação de uma teoria, permite a alteração das questões centrais referentes ao estudo realizado, em qualquer momento consoante o contexto em que se insere, permite uma interpretação mais pormenorizada e real do fenómeno investigado, promove a utilização de múltiplas fontes de recolha de dados, potenciando a obtenção de variadas perspetivas de análise (Ramos, 2016) e possibilita o estudo de casos particulares ou únicos, valorizando o esclarecimento de pormenores não considerados segundo a utilização de métodos experimentais (Coutinho, 2011).

Contudo, apesar da grande importância e potencial deste tipo de estudo, também se denota a presença de algumas limitações, sendo essencial definir e executar todos os processos de forma bastante cuidadosa, de forma a evitar as tradicionais críticas ao modelo (Yin, 1994). Deste modo, as principais desvantagens associadas a um estudo de caso passam pela ausência de um controlo experimental, dificultando a validação interna dos resultados obtidos, a elevada subjetividade dos resultados, uma vez que estes derivam das observações de cada investigador (Ramos, 2016) e a interrogação relativamente à credibilidade das conclusões obtidas, devido à possibilidade ou não de generalização dos resultados e de replicação dos processos (Coutinho, 2011).

No que concerne a esta investigação em concreto, será aplicado um estudo de caso múltiplo, recorrendo a métodos de recolha de dados como as entrevistas, com recurso a guiões previamente elaborados, investigando como é que a existência de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino superior regionais potenciam a formulação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf ao nível local e regional.

Neste âmbito, no que se refere ao estudo de caso múltiplo ou estudo comparativo, podemos entender que se apresenta como uma vertente dos casos de estudo, assumindo um formato mais robusto, aliado à capacidade de expor provas mais convincentes, em oposição ao caso de estudo único que, tal como a sua denominação indica, estuda apenas um caso singular (Yin, 2001). Os resultados obtidos através do caso de estudo múltiplo visam obter uma “replicação literal”, ou seja, a possibilidade de alcançar resultados bastante semelhantes, ou, por outro lado, a obtenção de uma “replicação teórica”, na medida em que se prevê a consecução de resultados contrastantes por fatores inicialmente previsíveis (Yin, 2001).

Assim, a opção por um estudo de caso múltiplo deriva da existência de mais de um caso que pretendemos investigar, com o propósito de obter resultados semelhantes ou contrastantes e de

promover, através da comparação entre os diferentes casos, a obtenção de conhecimentos mais aprofundados sobre o fenómeno central desta dissertação (Coutinho, 2011), ou seja, até que ponto a existência de parcerias potencia a promoção de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf.

3.4. Cenário de Investigação

Relativamente ao panorama de investigação desta dissertação, são estudados os municípios de Peniche e Nazaré, pertencentes à região Oeste que se insere na região administrativa do centro de Portugal (AMO, 2008). O Oeste é um território caracterizado por uma elevada componente histórica e cultural, que se estende ao longo da faixa costeira compreendida entre Alcobaça e Torres Novas (AMO, 2008), denotando, em 2017, uma população residente de 357.706 indivíduos (Pordata, 2018a) e uma área de ocupação territorial de cerca de 2200 km², o que representa sensivelmente 2% de todo o território português e 8% do território correspondente à região Centro (AMO, 2008).

No que respeita ao município de Peniche, estamos perante um território que revela uma morfologia muito própria, devido ao seu formato peninsular, que ao longo dos tempos moldou as populações residentes tanto ao nível social, como económico e cultural (Peniche, 2006). Peniche denota uma superfície territorial de aproximadamente 78 km² (Pordata, 2018b), integrando, em 2017, uma população residente total de 26.683 indivíduos (Pordata, 2018a), assumindo como principais fontes económicas do setor primário, a pesca e agricultura, do setor secundário, a transformação alimentar e do setor terciário, o turismo e serviços (Peniche, 2006).

Este território denota a existência da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, polo pertencente ao Instituto Politécnico de Leiria, que apresenta, como grande objetivo, a aplicação das suas atividades de Investigação & Desenvolvimento no contexto regional, promovendo a transferência de conhecimentos de teor económico, social, tecnológico, ambiental, turístico e de saúde com o intuito de obter respostas práticas e concretas e consequente desenvolvimento do tecido económico e social da região Oeste (Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, 2014).

Neste sentido, encontram-se sediados dois centros de investigação em Peniche. Por um lado, o Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo desenvolve investigação científica com o intuito de realizar formações e prestar serviços relacionados com o setor turístico, passando pela gestão hoteleira até à criação de novos projetos e produtos. Por outro lado, o Centro de Ciências do Mar e do Ambiente promove a investigação e aplicação de conhecimento relacionados com os recursos marítimos, com o intuito de desenvolver e inovar tanto a sua gestão com aplicação (Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, 2014).

No mesmo contexto regional, a Nazaré corresponde a uma localidade localizada no litoral centro de Portugal, que denota a existência de tradições bastante características relacionadas com o mar e a pesca (Turismo do Centro, sem data). Este município revela uma grande transformação relativamente ao seu passado, verificando-se a passagem de uma antiga vila piscatória para um dos locais mais procurados ao nível nacional e até mundial, altamente dinamizado nas vertentes económicas, desportivas e sociais, facto que em grande parte se deve às suas características naturais, impulsionadas pela promoção das ondas gigante pelo surfista Garret Macnamara (Sousa, 2018).

A Nazaré detém uma área de aproximadamente 82 km² (Pordata, 2018b), integrando uma população residente, em 2017, de 14.268 indivíduos (Pordata, 2018a), apresentando-se como um território que, à semelhança de Peniche, também denota uma grande vertente laboral voltada para as atividades piscatórias, turísticas e de serviços (AMO, 2008). Este município revela bastante interesse para a comunidade científica, tendo sido realizados estudos e investigações por parte da Universidade de Coimbra, embora referindo-se única e exclusivamente ao caso das ondas gigantes, procurando entender a origem e a justificação dos fenómenos naturais que ocorrem neste ponto geográfico (Cunha & Gouveia, 2014).

3.5. População alvo e Instrumentos de Investigação

No que concerne à obtenção de dados e informações relevantes para a realização desta dissertação, optámos por adotar uma estratégia caracterizada pela realização de uma série de entrevistas com recurso a guiões previamente definidos, de forma a entender o ponto de vista de cada agente.

Relativamente à população alvo desta investigação, tendo em conta que aplicamos o estudo de caso como método de recolha de dados, podemos afirmar que a amostragem deste trabalho, ou seja “*o processo de seleção do número de sujeitos que participam num estudo*” (Coutinho, 2011), corresponde a um processo não probabilístico por conveniência (Coutinho, 2011). Neste cenário, verifica-se a realização de um estudo em contexto real, onde são usados grupos existentes e previamente delimitados, Câmaras Municipais e Instituições de Ensino e Investigação, sendo reduzida a possibilidade de os resultados obtidos poderem ser generalizados ou replicados noutros estudos (Coutinho, 2011).

Contudo, este tipo de amostragem denota algumas desvantagens, sendo que, ao contrário das investigações que adotam métodos de amostragem baseados na teoria ou focados em casos típicos, capazes de revelar resultados aptos para construir teorias sólidas e entender até que ponto os fenómenos são vistos como normais ou pertencentes a uma média, no caso da amostragem por conveniência, apesar de se evitar o desperdício de tempo e recursos, verifica-se uma relativa perda de informação e credibilidade, devido à impossibilidade de experimentação, validação científica e generalização dos dados obtidos (Coutinho, 2011).

Assim, relativamente à vertente de investigação mencionada, serão realizadas entrevistas com recurso a guiões previamente delineados, aos principais agentes envolvidos nas parcerias que se encontram no foco desta investigação, existentes em Peniche e Nazaré, municípios pertencentes à região centro de Portugal, entre os quais se destacam as câmaras municipais como agentes representantes do poder local e as universidades ou politécnicos como representantes das instituições de ensino e investigação. Neste ponto, verifica-se a existência de ambos os agentes em Peniche, ao passo que na Nazaré não se encontra sediada nenhuma instituição de ensino e investigação, procurando, assim, encontrar diferenças que permitam entender qual a importância que estas instituições revelam na produção de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf ao nível local e regional.

Para além destes, também procuramos incluir nesta investigação algumas organizações independentes que se encontram diretamente relacionadas com o desenvolvimento do surf ao nível local e regional, de forma a entender a visão destes agentes externos aos momentos de decisão e produção política, destacando-se, assim, entidades como o Turismo do Centro e a Comunidade Intermunicipal do Oeste. Contudo, devido a fatores relacionados com a falta de disponibilidade da parte destas organizações, não foi possível obter informações capazes de

auxiliar a resposta aos principais objetivos delineados para esta dissertação. No entanto, optamos por manter em anexo os guiões previamente construídos para a realização destas entrevistas, de forma a permitir um conhecimento relativo às questões que seriam discutidas.

Neste sentido, o guião corresponde a um mecanismo que auxilia e promove a obtenção de informações essenciais para este estudo, provenientes das respostas divulgadas pelos agentes integrantes desta investigação, revelando uma aplicação prática que pode variar entre processos de entrevistas ou de questionários (Coutinho, 2011). No âmbito desta dissertação, optamos por adotar as entrevistas em detrimento dos questionários, devido ao formato pessoal que caracteriza este processo, sendo assim indispensável o diálogo direto entre o entrevistador e o entrevistado (Coutinho, 2011).

Deste modo, destacam-se algumas vantagens provenientes da adoção das entrevistas, entre as quais permitirem uma maior adaptação e adequação das questões face às respostas obtidas, potenciarem a consecução de informações adicionais, que inicialmente não se encontravam delineadas no guião de entrevista, e revelarem uma natureza mais pessoal, através da apresentação de resultados mais pormenorizados (Coutinho, 2011).

3.6. Entrevistas e Guiões

No âmbito desta dissertação, como já foi referido, será adotada a realização de entrevistas com recurso a guiões, sendo, portanto, reconhecida a importância da aplicação de diferentes guiões aos diferentes *stakeholders*, com o intuito de adequar as diferentes perspetivas e ambições aos relativos contextos em que os agentes se inserem.

Desta forma, foram produzidos três guiões que procuram responder aos diferentes objetivos anteriormente delineados, seguindo uma orientação referenciada por diversos indicadores previamente identificados, com vista a entender de que forma as parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação, nos municípios de Peniche e Nazaré, promovem a produção de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento e implementação do surf, ao nível local e regional.

No que respeita à estrutura das entrevistas, será aplicado um formato semiestruturado, de forma a possibilitar uma maior liberdade e flexibilidade, no que se refere à condução das mesmas (Reis, 2017), procurando a obtenção de dados, capazes de criar comparações entre os diferentes casos em estudo (Coutinho, 2011). Assim, apesar de o guião se apresentar como a base deste processo, será possível acrescentar ou modificar as questões previamente delineadas no decorrer da entrevista, recorrendo à espontaneidade, de forma a direcionar e ajustar este processo consoante os objetivos pretendidos (Reis, 2017). Relativamente às questões presentes nos guiões, serão de natureza exploratória, ou seja, perguntas de resposta aberta que visam a captação das opiniões dos diversos agentes, sem a imposição de respostas pré-definidas ou qualquer tipo de mecanismo condicionante da sua resposta (Abel, 2017).

Neste ponto metodológico, importa correlacionar toda a temática abordada na revisão de literatura, com a construção de guiões coesos e pertinentes. Neste sentido, através da análise do bloco teórico desta investigação, identificámos alguns aspetos capazes de se assumirem como ponto de partida, potenciando uma maior orientação e delimitação, relativamente à construção destes mesmos, destacando-se assim:

- A existência de instituições com autonomia política
- A existência de instituições de ensino e investigação
- A criação de parcerias institucionais
- A formação dos agentes intervenientes
- A valorização da investigação como fonte de conhecimento e inovação
- A localização geográfica privilegiada dos casos em estudo
- O nível de conhecimento e de adesão às práticas relacionadas com o surf
- A ambição e promoção de um desenvolvimento económico, turístico e social, ao nível local e regional

Relativamente à construção dos diferentes guiões para a realização desta investigação, apresentamos uma série de questões às quais pretendemos obter respostas. Neste sentido, estas questões procuram responder a questões específicas, relativas às convicções de cada agente interveniente, recorrendo à individualidade com o fim de obter mais e melhores informações, passíveis de serem comparadas.

Desta forma, o guião submetido, com recurso a entrevista, aos atores representantes do poder local, câmaras municipais tanto de Peniche, (Anexo 2), como da Nazaré (Anexo 3) refletem as seguintes questões exploratórias:

- Perceber qual a importância do surf para o município
- Verificar a existência de políticas públicas direcionadas para o surf
- Recolher dados sobre a existência de parcerias com instituições de ensino e investigação
- Entender qual o impacto destas parcerias ao nível da produção de política pública
- Perceber de que forma a investigação pode beneficiar a qualidade e adequabilidade das políticas públicas
- Investigar a importância destas parcerias para o desenvolvimento do surf ao nível local
- Entender quais as vantagens provenientes destas parcerias
- Apurar quais os principais inconvenientes destas ligações com agentes externos
- Entender de que forma a formação destas parcerias pode potenciar o surgimento de *learning regions*

Noutro contexto, o guião submetido com recurso a entrevista, ao agente representante da instituição de ensino e investigação (Anexo 4), reflete as seguintes questões de investigação:

- Perceber qual a importância do surf para o município
- Estudar a relevância do surf no âmbito da investigação científica

- Entender de que forma a investigação pode beneficiar o desenvolvimento do surf
- Investigar a existência de parcerias com o poder público local
- Estudar os impactos destas parcerias ao nível da produção de política pública
- Entender como estas instituições externas podem promover a produção de políticas mais coesas e adequadas, devido à investigação e monitorização realizada
- Apurar quais as principais vantagens das parcerias com o poder local
- Entender quais os principais prejuízos destas sociedades
- Entender como é que a formação destas parcerias pode potenciar o aparecimento de *learning regions*

No que se refere aos guiões construídos para auxiliar as entrevistas, aos agentes representantes das organizações independentes, Turismo de Portugal, (Anexo 5), e Comunidade Intermunicipal do Oeste, (Anexo 6), destacam-se as seguintes questões:

- Estudar a importância do surf no contexto local e regional
- Entender de que forma as parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação estimulam o desenvolvimento do surf ao nível local e regional
- Recolher dados capazes de identificar os pontos positivos obtidos por intermédio destas parcerias
- Perceber que tipo de constrangimentos se podem associar a estas parcerias
- Apurar até que ponto as parcerias entre os agentes centrais desta investigação promovem a delimitação de um ambiente característico de *learning region*

(página propositadamente em branco)

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Este tipo de estudo de investigação apresenta como principal finalidade a criação de novos conhecimentos, ou a apresentação de uma nova visão relativamente a determinada temática, com o objetivo último de desencadear uma evolução científica (Ramos, 2016).

Neste sentido, após a fase de administração dos diferentes guiões aos distintos *stakeholders* e consequente recolha de dados, torna-se importante estudar e comparar as várias visões e opiniões, através da análise do conteúdo das entrevistas (Araújo, 2016). Este conceito de análise de conteúdo, pode ser definido como sendo uma ferramenta científica composta por uma série de técnicas de análise, que visam estudar as diferentes formas de comunicação, desde a *“linguagem tradicional até à interpretação do sentido das palavras com o objetivo de compreender e desvendar o sentido da comunicação expressa”* (Araújo, 2016).

Neste âmbito, o processo de análise de dados, organiza-se segundo três pilares, que correspondem à *“pré-análise”*, à *“exploração do material”* e ao *“tratamento dos resultados”* (Bardin, 1977). Relativamente à *“pré-análise”* é pretendida a realização de uma organização e sistematização inicial de todas as informações recolhidas, de forma a produzir as primeiras ideologias e conceções em função das *“hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos”* (Bardin, 1977). Ainda nesta primeira fase, desenvolve-se a escolha dos documentos capazes de conter informações sobre o problema central da investigação, que serão alvo de análise, compondo deste modo, o *“corpus”* da análise (Bardin, 1977).

Posteriormente, a fase de *“exploração do material”* consiste na operacionalização de todas as decisões previamente tomadas, contendo *“operações de codificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas”* (Bardin, 1977). Por último, a fase de *“tratamento dos resultados”*, integra todas as operações que permitem construir resultados válidos e significativos, nomeadamente processos de validação capazes de atestar o rigor destes mesmo resultados. Nesta fase, torna-se possível avançar interpretações e conceções relativas aos objetivos definidos para a investigação (Bardin, 1977).

Assim, no caso específico desta investigação, a análise de dados terá uma especial incidência no caso de estudo da região Oeste, assumindo as entrevistas realizadas aos diferentes *stakeholders*

um foco central neste processo de análise de dados. Deste modo, as entrevistas serão analisadas e organizadas de forma a obter o máximo de informação, de forma a permitir a produção de respostas mais efetivas e concretas aos objetivos previamente definidos (Ramos, 2016).

4.1. Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas aos diferentes *stakeholders* foram desenvolvidas com recurso a guiões previamente definidos com cerca de 10 questões, assim, iremos redigir e analisar as respostas e visões obtidas por intermédio dos diferentes agentes intervenientes, de forma a contrapor as posições e construir uma conclusão válida para a problemática desta dissertação.

4.1.1. Câmara Municipal de Peniche

Relativamente à Câmara Municipal de Peniche, a entrevista foi realizada ao vereador Sr. Mark Ministro, seguindo uma organização segundo grupos temáticos, desde a importância do surf ao nível local, cooperação e estratégias de atuação e desenvolvimento regional. Neste sentido, quando inquirido acerca da importância do surf no âmbito do desenvolvimento económico do município, obtivemos uma resposta que defende que o surf, através da etapa do circuito mundial de surf que se realiza em Peniche, tem potenciado o desenvolvimento económico deste município com base num crescimento exponencial do setor turístico.

“Existe Peniche antes do campeonato do mundo de surf e Peniche depois do campeonato do mundo de surf. O fato de Peniche ter acolhido o campeonato do mundo pela primeira vez, sendo que ainda nem era uma prova oficial, mas antes um “wild card event”, transformou completamente o panorama do tecido económico, passando Peniche a ocupar uma posição de relevo no mapa. Neste sentido, verificou-se um desenvolvimento de todo o setor turístico, desde as escolas de surf aos alojamentos locais, promovendo assim um visível desenvolvimento económico deste local”

De seguida, relativamente à questão sobre o nível de integração e valorização do surf no âmbito das políticas públicas locais e regionais, obtivemos uma noção de que o surf não integra diretamente as matérias alvo de produção de políticas públicas, uma vez que este desporto praticamente se desenvolve sozinho sem ser necessária uma intervenção legislativa capaz de

promover o crescimento do mesmo. Contudo, a aposta local mais relacionada com o surf respeita à criação de um centro de alto rendimento de surf. Neste município, as políticas públicas existentes direcionam-se à gestão e valorização das praias, com o objetivo de preservar e regular o uso destes espaços protegidos.

“Apesar de não ser uma área definida e interligada diretamente com as políticas públicas locais, existem casos como o centro de alto rendimento de surf de Peniche, que se assume como uma aposta clara em termos de política pública direcionada para o surf. Neste âmbito de valorização, verifica-se mais uma aposta em políticas capazes de valorizar as praias e não o surf, uma vez que o surf quase que se valoriza e expande de forma autónoma, ainda para mais em Peniche, onde se encontra uma grande variedade e quantidade de desportos náuticos associados ao surf. Assim, nós queremos ser mais fortes no que respeita à preservação e manutenção das praias, ainda para mais, agora com as transferências de competências das praias concessionadas, abrindo uma janela de oportunidade capaz de regular a utilização das mesmas”

Posteriormente, no que concerne ao tipo de políticas públicas implementadas em Peniche direcionadas para o desenvolvimento do surf e à existência de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação, recolhemos informações que referem que, por um lado, o município vai receber uma transferência de competências no que respeita à gestão das praias e, por outro, se verifica a existência de parcerias entre estas instituições, denotando a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar um papel fundamental em matérias ligadas ao surf. Exemplo disso é o estudo sobre os impactos económicos do campeonato de surf que se realiza todos os anos em Peniche.

“Apesar de ainda não se encontrar em vigor, vamos receber uma transferência de competências em matérias de gestão das praias, implicando uma maior regulamentação local a este nível (...) nós trabalhamos de uma forma bastante próxima com a escola superior de turismo e tecnologia do mar, sendo que em matérias de surf esta escola realizou um grande estudo sobre o impacto económico do campeonato do mundo de surf em Peniche e na região, sendo esta escola um parceiro ativo em vários projetos e iniciativas, conciliando a vertente científica e de investigação com a vertente política”

Perante a importância reconhecida à investigação e formação dos indivíduos, questionamos o inquirido acerca da capacidade que as parcerias podem deter para beneficiar a adequabilidade e eficácia das políticas públicas, sendo assumida a ideia de que estas parcerias apresentam um

caráter bastante interessante, na medida em que promovem uma maior formação individual dos jovens do município e um consequente desenvolvimento de processos e conhecimentos.

“Esta é uma aposta que já perdura dos antigos executivos, sendo sempre analisada como importante a parceria com a escola superior de turismo e tecnologia do mar, de forma a desenvolver novos conhecimentos e novas práticas que poderão ser aplicadas ao nível local e regional”

No que respeita às vantagens obtidas através destas parcerias, tornou-se possível entender que o poder local considera bastante a existência destas parcerias e as vantagens associadas, sendo exemplo destas o maior conhecimento relativamente ao território e a aposta em novos métodos e produtos tecnológicos, que sem o apoio da escola superior não poderiam existir.

“As parcerias entre o município e a escola assumem um papel bastante importante, sendo exemplo disso mesmo, a posição da escola, como parceira ativa na comissão de gestão do território das berlengas, revelando várias vantagens que passam desde o maior conhecimento científico dos territórios e suas potencialidades. Também no campo tecnológico, estamos a desenvolver um produto ligado à dinamização da economia azul, chamado “smart ocean”, sendo o politécnico o principal parceiro, assumindo as responsabilidades associadas à investigação e conceção. Estes dois exemplos, entre outros, são exemplos de mais valias obtidas através da participação deste agente, tanto para o município como para a população”

Por outro lado, no que se refere à existência de constrangimentos associados a estas parcerias, o vereador Mark Ministro assumiu que cada caso é um caso, sendo que esta parceria apresenta uma grande importância e vantagens para o município. Contudo, apesar de não ser alvo de generalização, as parcerias podem denotar a existência de constrangimentos associados às contrapartidas definidas, ligadas a questões financeiras, uma vez que em certos casos se assume que o município tem de avançar com a disponibilização de capital necessário para a realização de determinado trabalho.

“Depende muito das contrapartidas estabelecidas, por exemplo, se fizermos uma parceria com o politécnico com o objetivo de obter fundos será bastante complicado, uma vez que eles só conseguem obter fundos provenientes dos concursos a que se conseguem candidatar. Deste modo, o único constrangimento que se poderá mencionar será ligado a matérias financeiras, uma vez que, geralmente, se espera que o município avance com a disponibilização de fundos. Contudo, cada caso é um caso e este tipo de constrangimento não pode ser generalizado. A relação estabelecida com o politécnico até hoje revela uma grande importância e vantagens associadas ao bom clima de trabalho existente”

Ainda no âmbito da cooperação e estratégias de atuação, questionamos este agente no que respeita à importância que a presença de uma unidade de ensino e investigação denota na valorização da economia de surf, tanto no âmbito local como regional. Este afirma que o Politécnico de Leiria apresenta várias delegações e projetos ao longo da região Oeste, sendo essencial para aproximar os municípios e promover uma maior qualificação dos indivíduos. Deste modo, torna-se possível trabalhar num ambiente de cooperação entre os vários municípios e qualificação dos indivíduos, com vista à dinamização do território e valorização da economia de surf.

“O politécnico de Leiria tem delegações nas Caldas da Rainha, está a desenvolver projetos em Torres Vedras, entre outros, acabando no fundo por trabalhar em toda a região Oeste. Ao nível da mão de obra apresenta-se também como uma mais valia, uma vez que produz quadros qualificados capazes de servir toda a região, principalmente ao nível do turismo”

Por último, no bloco temático relacionado com o desenvolvimento regional, questionamos o inquirido acerca da existência de uma promoção ativa de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais, de forma a valorizar a região Oeste ao nível da economia de surf, sendo, assim, obtida a ideia de que se verifica um apoio coletivo relativamente às iniciativas relacionadas com o surf. Neste sentido, todos os municípios trabalham de forma integrada, a fim de transmitir conhecimentos e boas práticas, promovendo, por um lado, o surf em destinos como Peniche e Nazaré e, por outro, os produtos e patrimónios locais dos restantes municípios. Exemplo desta interação e promoção ativa de dinâmicas de aprendizagem é a candidatura a estação náutica, que foi apresentada de forma coletiva, integrando a comunidade intermunicipal de forma a representar e agregar de forma completa a região.

“Os vários municípios do Oeste apoiam as iniciativas relacionadas com o surf, tanto em Peniche como na Nazaré, pois no fundo todos acabam por contribuir financeiramente para a realização dos eventos de surf. Contudo, alguns municípios até há poucos anos ficavam descontentes devido a estes eventos serem realizados apenas em determinados locais, concretamente em Peniche e Nazaré, não ganhando nada com esta integração. No entanto, a nossa postura é precisamente de conciliação, entre o fato de os eventos de surf se realizarem em Peniche e a promoção ativa de todos os produtos dos outros municípios. Assim, o campeonato está em Peniche, mas isso não quer dizer que nós não possamos trazer produtos de Alenquer, produtos de Alcobaça, das Caldas da Rainha, da Arruda dos Vinhos, produtos de Torres Vedras. Neste sentido, os atletas que visitam Peniche, acabam por visitar mais municípios da região, para conhecerem outras praias e parques.

Procuramos assim, dinamizar não cada município individualmente, mas antes com um todo que caracteriza a região”

“O Oeste apresentou uma candidatura a estação náutica, podendo Peniche, Nazaré, Torres Vedras, ou qualquer outro município ter concorrido de forma individual, contudo, enquanto comunidade intermunicipal optamos por realizar uma candidatura integrada e coletiva, englobando os doze municípios, uma vez que, mais do que ambicionarmos promover o destino náutico, pretendemos que quem nos visita permaneça por mais tempo no nosso território. Para isto, apostamos no turismo náutico como âncora de interesse, sendo que posteriormente são oferecidos diversos programas e planos capazes de levar os turistas a visitar os diversos municípios do Oeste. Se calhar consigo ter uma pessoa aqui em Peniche durante três ou quatro dias e depois desses dias a pessoa está satisfeita e vai procurar outra área, enquanto que se eu vender Peniche, mais Óbidos, mais Caldas, mais Lourinhã, mais Torres Vedras, vou oferecer um conjunto de atividades que a pessoa possa fazer durante uma semana ou duas. Assim conseguimos espalhar as pessoas por todo o território e todos ganhamos com isto, é deste ponto de vista que nós estamos a analisar a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre os atores regionais”

“Por exemplo, no ano passado o presidente da câmara de Peniche, no arranque do campeonato mundial de surf, que se realizou em Alenquer, agarrou numa garrafa de vinho e colocou em cima de uma prancha de surf, que no fundo resume aquilo em que andamos a trabalhar, ou seja, a dinamização conjunta do surf e dos diferentes produtos regionais dos diferentes municípios”

4.1.2. Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar

Dentro dos mesmos moldes, foi realizado uma entrevista ao professor doutor João Paulo Jorge, diretor do mestrado de gestão sustentável de turismo da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do mar. Assim, relativamente à importância do surf no âmbito do desenvolvimento económico da região, o inquirido respondeu que o surf potenciou um crescimento económico e mediático bastante acentuado devido à realização de uma etapa do campeonato mundial de surf neste município.

“No caso de Peniche, o surf tem sido vital sobretudo a partir de 2009, devido à realização da etapa do circuito mundial de surf pela primeira vez. Em termos mediáticos catapultou o crescimento exponencial deste nicho económico-turístico através da criação de pequenos negócios e aumento da procura através do crescimento do número de visitantes”

No que concerne à forma como o surf permite uma maior adaptação desta instituição de ensino e investigação no município, obtivemos uma explicação que defende que o papel desta instituição,

foi fundamental para a escolha deste município como local capaz de receber uma etapa do circuito mundial de surf, uma vez que era fundamental estudar tanto os impactos que este evento teria no município, como justificar a viabilidade da disponibilização de verbas por parte dos patrocinadores, estudos esses encomendados à escola superior de turismo e tecnologia do mar.

“Para que as etapas de surf fossem realizadas em Peniche e para que tivessem o apoio do Turismo de Portugal, era necessário que houvesse um estudo sobre os impactos, tendo este estudo sido encomendado à escola superior de turismo e tecnologia do mar. Foi feito um estudo sobre os impactos entre 2010 e 2015, tendo como principal função, para além de conhecer e investigar, servir para comprovar a importância deste destino de forma a guiar e orientar o Turismo de Portugal relativamente à realização e apoio deste evento em Portugal. O evento vive dos patrocinadores, entre os quais se destaca o Turismo de Portugal, sendo necessária a existência de estudos que justifiquem a libertação de apoios à realização do evento”

Desta forma, esta instituição denota um papel de destaque no município, sendo responsável por variados estudos de elevada importância e colaborando com o poder local de forma a permitir uma mais eficaz prestação de serviços aos munícipes.

“A instituição colabora a vários níveis, entre os quais a prestação de serviços à comunidade, a realização de projetos como a definição do código de conduta para a utilização das praias, a certificação de Peniche como um destino internacional de surf, estudos com vista ao reconhecimento das potencialidades do turismo de surf noutros destinos, como é o exemplo de Matosinhos, entre outros projetos”

No âmbito da existência de investigações relacionadas com o desenvolvimento do surf e da existência de parcerias com o poder local, reunimos informações que comprovam que, segundo a ótica da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, existe um clima de relações bastante positivo e importante com a Câmara Municipal de Peniche. No âmbito da existência de parcerias entre estas instituições, destaca-se a investigação realizada pela escola superior ao nível da gestão das praias, promovendo, assim, uma aplicação dos resultados através de políticas públicas por parte do poder local.

“As boas relações entre a escola superior e outras instituições como a câmara municipal, contribuem para realizar investigações e estudos, cooperando assim eficazmente para com a comunidade, promovendo o surf e Peniche enquanto destino de surf (...) destacam-se parcerias a vários níveis, destacando-se a gestão das praias com vista a evitar e resolver possíveis conflitos entre os utilizadores das praias, sobretudo porque existem muitas escolas de surf que por vezes ocupam maioritariamente o espaço das praias. Neste sentido é

necessária a intervenção das entidades públicas com recurso à investigação realizada pelas instituições de ensino e investigação. As parcerias recaem muito sobre questões relacionadas com a sustentabilidade das praias e do turismo”

No que respeita à existência de parcerias com o poder local, procuramos entender até que ponto estas podem denotar importância na delimitação de políticas públicas, capazes de responder ao desenvolvimento do surf, sendo defendida a ideia de que estas parcerias revelam um elevado grau de importância, uma vez que se promove a aplicação prática em termos políticos e legislativos, de medidas estudadas e projetadas num ambiente de investigação científica.

“Sem dúvida que são importantes, por exemplo o último PDM, plano diretor municipal, da câmara municipal de Peniche teve a colaboração da escola superior, já englobando os estudos não apenas relacionados com o surf, mas também sobre outras realidades. O PDM, como instrumento de política pública teve o nosso contributo bastante ativo”

Neste sentido, as principais políticas públicas com origem nas parcerias entre a escola superior e o poder local relacionam-se com o plano diretor municipal e a gestão e preservação das praias.

“O plano diretor municipal, o plano estratégico dos códigos de conduta das praias, a certificação de Peniche como destino de surf, entre outras medidas de pequena dimensão que são projetadas pela escola superior e adotadas pelo poder político, de forma a tornarem o destino mais sustentável”

Associadas a estas parcerias são apresentadas algumas vantagens, num ambiente de ganhos mútuos, onde a escola superior obtém, por um lado, um aumento da sua reputação e, por outro, benefícios económicos.

“Ganham os dois e ganha a comunidade através do contributo da academia através da criação de conhecimento, que tem como principal finalidade servir e ajudar a população. A instituição de ensino ganha bastante ao nível da reputação e leque de investigações realizadas, sendo também de realçar as vantagens económicas, uma vez que, grande parte das parcerias são financeiras”

Por outro lado, também se pode verificar alguns prejuízos, sendo mencionado pelo professor doutor João Paulo Jorge que, por um lado, por vezes os resultados das investigações podem

revelar um certo condicionamento político, através da modificação dos resultados obtidos e, por outro, as parcerias podem conduzir a casos de elevada dependência que podem também provocar a alteração dos resultados das investigações realizadas.

“Poderá haver algum tipo de condicionamento político, por exemplo, um político em campanha eleitoral que apresenta os resultados de uma investigação, ao realçar apenas os pontos positivos de certo modo poderá alterar o resultado que o estudo identificou, sendo o discurso político assim bastante enviesado. Por outro lado, se não houver cuidado, as parcerias podem conduzir a casos de dependência que resultarão na afetação dos resultados obtidos através das investigações”

Ao nível da promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais no sentido da valorização da região Oeste ao nível da economia do surf, obtivemos uma explicação que defende que o município beneficia bastante da atual ascensão e mediatismo do surf, sendo, assim, de realçar a grande colaboração entre os diferentes municípios, que trabalham de forma a promover a região Oeste como um todo, numa base de valorização e promoção do turismo relacionado com o surf.

“Neste âmbito, o município tem sorte porque o surf está na moda, sendo que todos os municípios revelam um grande comprometimento relativamente à importância do surf na região, desde a Ericeira, a Peniche, Torres Vedras e a Nazaré. Quando se realizam reuniões entre as várias instituições políticas dos diversos municípios, os dirigentes revelam uma grande abertura e disponibilidade, verificando-se uma grande dinâmica aliada aos interesses financeiros e mediáticos que estão associados ao surf. Este tipo de turismo alarga a sazonalidade, denotando uma procura e desenvolvimento contínuo ao longo do ano”

“No que se refere à economia do surf verifica-se uma dinâmica de grande abertura e comprometimento entre as várias instituições dos diversos municípios, uma vez que, se apresenta consensual a importância que o surf revela na região, assumindo um papel de produto forte da região, responsável pela criação de novos negócios e empregos, diminuindo a sazonalidade deste destino e promovendo o crescimento das pequenas empresas”

4.1.3. Câmara Municipal da Nazaré

Foi ainda realizada uma entrevista com recurso a guião previamente estruturado ao Doutor Walter Chicharro, presidente da Câmara da Nazaré. Neste sentido, a estrutura do inquérito e a base das questões são idênticas à dos guiões anteriores.

Assim, relativamente à importância do surf no âmbito do desenvolvimento do município da Nazaré, o inquirido afirmou que o surf neste município assume um papel preponderante, baseado na existência de uma onda gigante que potencia um desenvolvimento ao nível económico, turístico, urbanístico e do investimento.

“O surf é uma ancora de desenvolvimento para o município da Nazaré, verificando-se a existência de uma estratégia de desenvolvimento baseada na existência de uma onda gigante, potenciando um desenvolvimento, tanto do ponto de vista económico, como de investimento, de turismo e urbanístico. Assim, o papel do surf é central para a dinamização da cidade e consequente ampliação da esfera local para a regional, revelando um crescente impacto mundial”

No que concerne à integração do surf nas políticas públicas locais e regionais, tornou-se possível entender que o surf se encontra presente nos momentos de produção política ao nível municipal, sendo de realçar as iniciativas de promoção deste produto turístico por parte das entidades municipais em várias feiras internacionais.

“O surf se encontra presente nos momentos de produção política, uma vez que se apresenta bastante importante para o crescimento e divulgação do território à escala mundial. Exemplo disso é a presença das entidades municipais em feiras internacionais de turismo, de forma a atrair novos visitantes e captar mais investimentos. Neste sentido, a autarquia verifica uma grande presença da temática relacionada com o surf nos momentos de produção de políticas públicas, uma vez que se torna essencial desenhar planos de resposta e controlo, relativamente aos impactos causados pelo surf”

Deste modo, procuramos entender que tipo de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf se encontram implementadas na Nazaré, sendo afirmado pelo presidente da câmara deste município que se encontram em vigor duas parcerias muito importantes para o município, com a Mercedes e com a Yamaha. Neste sentido, através destas parcerias o município procura responder às políticas públicas implementadas com o intuito de

promover uma mais eficaz vigilância das zonas balneares do município, potenciando, assim, uma maior prevenção e adequação dos meios face às circunstâncias existentes.

“Por via do surf tornou-se possível a realização de duas políticas de parcerias com entidades privadas, Yamaha e Mercedes. No caso da Mercedes, encontra-se em vigor um protocolo que permite a cedência de uma carrinha durante todo o ano, de forma a ser implementada uma política pública relacionada com a vigilância da praia da vila durante o ano inteiro, com o intuito de apoiar os nadadores salvadores, servindo de resguardo para os mesmos e melhorando a capacidade de resposta a situações de emergência. No caso da Yamaha, torna-se bastante importante e vantajosa, uma vez que esta parceria permite a disponibilização de infraestruturas capazes de apoiar os bombeiros locais e responder de uma forma muito mais efetiva às potenciais situações de risco existentes na praia do Norte. Assim, através destas duas políticas públicas de parceria verifica-se uma maior capacitação para responder à política pública relacionada com a vigilância das praias da Nazaré, permitindo assim a existência de uma maior prevenção e adequação dos meios, face às possíveis ocorrências relacionadas com o surf”

No que respeita à existência de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação na região, bem como a importância destas na produção de novas políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento do surf, denotamos que não se verifica a existência deste tipo de processos colaborativos na Nazaré, sendo, contudo, vistas como benéficas pelo poder local, na medida em que podem permitir a implementação de medidas elaboradas num ambiente de investigação científica qualificada.

“Não existem parcerias com instituições de ensino e investigação no âmbito do surf, contudo, existem na área da saúde e da investigação de produtos que possam gerar novos artigos relacionados com o surf, como é o exemplo da produção de pranchas de surf mais “amigas do ambiente” e de fatos insufláveis. Deste modo, a transferência de conhecimento por via da investigação, gerada pelas instituições de ensino e investigação em parceria com uma câmara municipal, torna possível a concretização de projetos e modelos desenvolvidos no ambiente de investigação, promovendo a possível implementação de novas políticas públicas”

Apesar de não existirem parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação no âmbito do surf, o inquirido valoriza e defende a importância que estas podem denotar ao nível da dinamização do surf tanto ao nível local como regional, sendo, portanto, ambicionada a criação de projetos de colaboração com instituições de ensino e investigação. Neste campo, o município detém uma parceria com uma entidade privada no que concerne à criação de fatos insufláveis,

que, segundo o presidente da câmara da Nazaré, poderia ter sido facilmente realizada em parceria com uma instituição de ensino e investigação.

“Temos todo o interesse em desenvolver parcerias com as outras instituições, de forma a melhorar e melhor capacitar o surf no município. Hoje em dia temos fatos específicos para os surfistas das ondas gigantes da Nazaré, que foram desenvolvidos através de uma parceria com uma entidade privada, podendo muito bem ter sido realizada em parceria com uma instituição de ensino e investigação. Assim, a Nazaré valoriza e ambiciona a criação de parcerias com estas instituições. Hoje em dia existe uma parceria com o instituto hidrográfico que reporta as condições do mar pormenorizadas, relativamente à Nazaré, utilizadas por pescadores e surfistas, sendo bastante interessante e ambicionada a possibilidade de integrar as instituições de ensino e investigação nesta equação de forma a tornar esta ferramenta ainda mais precisa e desenvolvida”

Relativamente às vantagens e desvantagens associadas a estas parcerias, obtivemos uma afirmação que defende que à partida estas revelam um carácter bastante positivo, podendo por vezes revelar algum constrangimento no que respeita à aplicação prática de determinada medida ou projeto.

“Não se registam grandes possíveis constrangimentos ou obstáculos, podendo por vezes ser algo difícil ao nível da operacionalização ou aplicação concreta de alguma política. Contudo estas parcerias apresentam um carácter bastante apelativo no âmbito do desenvolvimento de ambas as instituições e conseqüentemente do município e região”

Por último, ao nível da promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais com o intuito de valorizar a região Oeste, obtivemos informações que assumem que não se tem verificado uma grande dinâmica de aprendizagem entre os diferentes atores regionais, mas antes uma dinâmica económica local, através de planos de incentivo à criação de novos negócios e empresas.

“Não se tem verificado uma grande dinâmica de troca de conhecimentos entre entidades na Nazaré. O que há é numa lógica de parcerias de forma a permitir a criação de novos negócios e empresas, potenciando um desenvolvimento da Nazaré, contudo não se verifica uma grande afirmação na ótica da região Oeste”

4.2. Discussão dos Resultados

Após a realização das entrevistas e comparação dos resultados obtidos, importa, portanto, responder aos objetivos previamente definidos, com o intuito de construir uma teoria relativamente à criação de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino superior, nos municípios de Peniche e Nazaré, entendendo até que ponto estas promovem a produção de políticas públicas, direcionadas para o desenvolvimento e implementação do surf ao nível regional.

4.2.1. Identificar e mapear os diferentes stakeholders envolvidos pertencentes aos municípios alvos de investigação

No âmbito desta dissertação, optamos por realizar um estudo comparado entre os municípios de Peniche e Nazaré, sendo integrados os *stakeholders* Câmara Municipal de Peniche, Câmara Municipal da Nazaré e Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar. A escolha destes agentes deriva da importância atribuída nesta investigação, tanto às instituições de ensino e investigação como ao poder local, sendo central o estudo das parcerias estabelecidas entre estes, bem como a análise das desvantagens associadas à inexistência destas associações institucionais.

Esta temática e os agentes intervenientes denotam um grande interesse investigativo, uma vez que teoricamente as parcerias entre diferentes organizações, como o poder local e diversas instituições públicas, realçam grandes vantagens no que se refere à delineação de estratégias conjuntas com a finalidade de melhorar as interações entre agentes e promover um aumento da eficiência económica das regiões (OECD, 2001).

Neste sentido, sendo que na Nazaré não se verifica a existência de uma instituição de ensino e investigação e em Peniche se encontra localizado um polo universitário, inquirimos os *stakeholders* localizados em Peniche, câmara municipal e escola superior, com o intuito de investigar a existência, tipologia e vantagens associadas as parcerias. Por outro lado, no caso da Nazaré, inquirimos o poder local com o objetivo de estudar a criação de políticas públicas direcionadas para o surf sem o auxílio da investigação, procurando, assim, entender qual a abertura deste município à criação de parcerias, bem como as vantagens que se podem associar a estas.

Assim, as parcerias podem ser analisadas como sendo estratégias de longo prazo que visam desenvolver bases de conhecimento, aliadas a processos de aprendizagem partilhados entre atores, capazes de potenciar a obtenção de inovação e desenvolvimento. Através destas redes de interações, torna-se possível afirmar que estas parcerias assumem um carácter de “coligações de desenvolvimento regional” (Asheim, 2012).

4.2.2. Entender de que forma a localização regional ou local de instituições de ensino e investigação potenciam a criação de políticas públicas direcionadas para a “economia de surf”

Relativamente à localização de instituições de ensino e investigação e consequente potencialização da criação de políticas públicas direcionadas para a “economia de surf”, podemos, através das entrevistas realizadas, entender que a existência destas instituições se apresenta como essencial para o aumento da integração do surf nos momentos de produção de políticas. Neste sentido, as instituições de ensino e investigação denotam uma grande capacidade para obter e utilizar diversos tipos de conhecimento, valorizando a existência e atividade destas mesmas, bem como o papel dos trabalhadores e investigadores altamente qualificados (Shearmur, 2011).

Num contexto institucional, as regiões onde se verifica a existência de parcerias entre estas instituições denotam a presença de um paradigma de interações que ultrapassam a esfera da competitividade, prevalecendo a cooperação e dependência entre organizações (Morgan, 1997). Assim, neste âmbito, os modos de aprendizagem e transferência de conhecimentos desenvolvem-se segundo uma ótica de colaboração com cientistas e investigadores tanto de universidades como de organizações científicas (Lundvall, 2011).

Deste modo, segundo as informações obtidas através da Câmara Municipal de Peniche, “nós trabalhamos de uma forma bastante próxima com a escola superior de turismo e tecnologia do mar, sendo que, em matérias de surf, esta escola realizou um grande estudo sobre o impacto económico do campeonato do mundo de surf em Peniche e na região, sendo esta escola um parceiro ativo em vários projetos e iniciativas, conciliando a vertente científica e de investigação com a vertente política”, sendo que “esta é uma aposta que já perdura dos antigos executivos, sendo sempre analisada como importante a parceria com a escola superior de turismo e

tecnologia do mar, de forma a desenvolver novos conhecimentos e novas práticas que poderão ser aplicadas ao nível local e regional”.

Neste caso, “as parcerias entre o município e a escola assumem um papel bastante importante, sendo exemplo disso mesmo, a posição da escola como parceira ativa na comissão de gestão do território das berlengas, revelando várias vantagens que passam desde o maior conhecimento científico dos territórios e suas potencialidades”.

Na ótica da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, “as boas relações entre a escola superior e outras instituições, como a câmara municipal, contribuem para realizar investigações e estudos, cooperando, assim, eficazmente para com a comunidade, promovendo o surf e Peniche enquanto destino de surf..., destacando-se a gestão das praias com vista a evitar e resolver possíveis conflitos entre os utilizadores das praias, sobretudo porque existem muitas escolas de surf que por vezes ocupam maioritariamente o espaço das praias. Neste sentido é necessária a intervenção das entidades públicas com recurso à investigação realizada pelas instituições de ensino e investigação. As parcerias recaem muito sobre questões relacionadas com a sustentabilidade das praias e do turismo”.

Assim, “ganham os dois e ganha a comunidade através do contributo da academia através da criação de conhecimento, que tem como principal finalidade servir e ajudar a população. A instituição de ensino ganha bastante ao nível da reputação e leque de investigações realizadas, sendo também de realçar as vantagens económicas, uma vez que, grande parte das parcerias são financeiras”.

No que respeita à Câmara da Nazaré, “não existem parcerias com instituições de ensino e investigação, no âmbito do surf, contudo existem na área da saúde e da investigação de produtos que possam gerar novos artigos relacionados com o surf, como é o exemplo da produção de pranchas de surf mais “amigas do ambiente” e de fatos insufláveis. Deste modo, a transferência de conhecimento por via da investigação, gerada pelas instituições de ensino e investigação em parceria com uma câmara municipal, torna possível a concretização de projetos e modelos desenvolvidos no ambiente de investigação, promovendo a possível implementação de novas políticas públicas”.

Contudo, “temos todo o interesse em desenvolver parcerias com as outras instituições, de forma a melhorar e melhor capacitar o surf no município. Hoje em dia temos fatos específicos para os

surfistas das ondas gigantes da Nazaré, que foram desenvolvidos através de uma parceria com uma entidade privada, podendo muito bem ter sido realizada em parceria com uma instituição de ensino e investigação”.

4.2.3. Aferir qual a correlação entre o desenvolvimento do surf ao nível regional e a qualificação dos agentes envolvidos nestas parcerias

No que se refere à qualificação dos agentes envolvidos nas parcerias existentes entre as instituições de ensino e investigação e o poder local, podemos entender que a existência destas redes de trabalho e interações potenciam um crescente incentivo e investimento ao nível das dinâmicas tecnológicas, tecno-organizacionais, socioeconómicas e institucionais (Moulaert & Sekia, 2003), integrando, assim, um conjunto de indivíduos altamente qualificados, capazes de desenvolver e utilizar variados tipos de conhecimento, justificando assim a importância das instituições de ensino e investigação no âmbito da formação destes agentes (Shearmur, 2011).

Neste âmbito, importa mencionar de novo o exemplo da mudança dos sistemas de produção capitalistas Tayloristas e Fordistas, que consistiam na aplicação de métodos de produção em série, por sistemas capitalistas que valorizavam métodos intensivos em conhecimento, alterando drasticamente o papel dos trabalhadores, sendo que estes deixaram de ser vistos como uma simples força física laboral, passando a ocupar uma posição e importância essencial no que respeita à delimitação e desenvolvimento de todo o processo produtivo (Florida, 1995).

Deste modo, verificamos uma alteração dos paradigmas, passando a inteligência e trabalho intelectual a ocupar um lugar de destaque como principal fonte de lucro e importância ao invés da tradicional força física laboral. Assim, esta renovação da concepção da força laboral, promoveu o aproveitamento dos trabalhadores na sua totalidade, valorizando aspetos como a criatividade e capacidades cognitivas, denotando as interações entre trabalhadores e cientistas uma grande relevância, através da criação de equipas de trabalho, dissolvendo assim a ideologia do conhecimento individual em detrimento da ideia de agentes coletivos de inovação (Florida, 1995).

Neste sentido, segundo as informações obtidas através da entrevista à Câmara Municipal de Peniche, entendemos que “o politécnico de Leiria tem delegações nas Caldas da Rainha, está a desenvolver projetos em Torres Vedras, entre outros, acabando no fundo por trabalhar em toda a

região Oeste. Ao nível da mão de obra apresenta-se também como uma mais valia, uma vez que produz quadros qualificados capazes de servir toda a região, principalmente ao nível do turismo”.

Na ótica da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, “as boas relações entre a escola superior e outras instituições como a câmara municipal, contribuem para realizar investigações e estudos, cooperando assim eficazmente para com a comunidade, promovendo o surf e Peniche enquanto destino de surf”, sendo que “ganham os dois e ganha a comunidade através do contributo da academia através da criação de conhecimento, que tem como principal finalidade servir e ajudar a população”.

Relativamente à Câmara da Nazaré, entendemos que “o surf se (...) apresenta bastante importante para o crescimento e divulgação do território à escala mundial. Exemplo disso é a presença das entidades municipais em feiras internacionais de turismo, de forma a atrair novos visitantes e captar mais investimentos. Neste sentido, a autarquia verifica uma grande presença da temática relacionada com o surf nos momentos de produção de políticas públicas, uma vez que se torna essencial desenhar planos de resposta e controlo, relativamente aos impactos causados pelo surf”, exemplificando assim a necessidade e importância atribuída à qualificação dos quadros de forma a melhor desenvolver e promover o surf tanto ao nível local como regional.

4.2.4. Avaliar de que modo estas parcerias podem promover a existência de learning regions

No que concerne a este objetivo, podemos afirmar que empiricamente uma *learning region* corresponde a um espaço onde se “enfazam as capacidades regionais para capturar e utilizar conhecimento codificado e tácito, e valoriza o papel das instituições de investigação e dos trabalhadores qualificados” (Shearmur, 2011).

Neste sentido, a transformação de uma região numa *learning region* denota um grande interesse, devido às vantagens associadas a este modelo, entre as quais se destacam, tanto a constante criação de novos conhecimentos, como a contínua investigação e aperfeiçoamento dos processos de criação destes mesmos conhecimentos (Florida, 1995). Nesta conceção encontra-se presente a necessidade de criação de fortes redes de trabalho e interação entre as diferentes organizações, aliadas à formação e capacitação dos recursos humanos, promovendo, assim, um crescimento

económico organizado e construído segundo uma ideologia de valorização do conhecimento intensivo (Florida, 1995).

Hoje em dia, a unidade territorial regional denota uma grande importância ao nível dos mercados internacionais, devido à sua estrutura e dimensão, que permite verificar a existência ou não de relações de cooperação entre as diferentes organizações, possibilitando uma maior compreensão relativamente à aposta regional na criação de conhecimentos, capazes de resultarem em inovações e crescimento económico (Asheim, 2012). Neste âmbito, são alvo de realce as interdependências regionais referentes aos mercados de trabalho, convenções, valores e instituições públicas e semipúblicas (Morgan, 1997), evidenciando, deste modo, a valorização dos processos de aprendizagem interativa, aliados à capacidade de registar a existência de interações entre as diversas instituições regionais, viabilizando assim a realização de processos de cooperação (Healy & Morgan, 2009).

Assim, as parcerias assentes na ideia de cooperação entre diferentes organizações, incluindo o poder estatal e diversas instituições públicas, revelam um grande interesse, na medida em que promovem a delimitação de estratégias comuns, com vista ao aperfeiçoamento das interações entre os agentes e consequente crescimento da eficiência económica das regiões (OECD, 2001). Deste modo, através destas redes de trabalho e interações, torna-se viável entender estas relações existentes entre os agentes regionais, como sendo “coligações de desenvolvimento regional” (Asheim, 2012), onde as políticas implementadas pelo poder estatal e entidades responsáveis se apresentam como fulcrais para assegurar a boa condução dos processos de mudança institucional ao nível regional (OECD, 2001).

Através da entrevista realizada à Câmara Municipal de Peniche, entendemos que “os vários municípios do Oeste apoiam as iniciativas relacionadas com o surf, tanto em Peniche como na Nazaré, pois no fundo todos acabam por contribuir financeiramente para a realização dos eventos de surf. Contudo, alguns municípios até há poucos anos ficavam descontentes devido a estes eventos serem realizados apenas em determinados locais, concretamente em Peniche e Nazaré, não ganhando nada com esta integração. No entanto, a nossa postura é precisamente de conciliação, entre o fato de os eventos de surf se realizarem em Peniche e a promoção ativa de todos os produtos dos outros municípios. Neste sentido, os atletas que visitam Peniche, acabam por visitar mais municípios da região, para conhecerem outras praias e parques. Procuramos assim, dinamizar não cada município individualmente, mas antes com um todo que caracteriza a

região. O Oeste apresentou uma candidatura a estação náutica, podendo Peniche, Nazaré, Torres Vedras, ou qualquer outro município ter concorrido de forma individual, contudo, enquanto comunidade intermunicipal optamos por realizar uma candidatura integrada e coletiva, englobando os doze municípios, uma vez que, mais do que ambicionarmos promover o destino náutico, pretendemos que quem nos visita permaneça por mais tempo no nosso território. Para isto, apostamos no turismo náutico como âncora de interesse, sendo que posteriormente são oferecidos diversos programas e planos capazes de levar os turistas a visitar os diversos municípios do Oeste. Por exemplo, no ano passado o presidente da câmara de Peniche, no arranque do campeonato mundial de surf, que se realizou em Alenquer, agarrou numa garrafa de vinho e colocou em cima de uma prancha de surf, que no fundo resume aquilo em que andamos a trabalhar, ou seja, a dinamização conjunta do surf e dos diferentes produtos regionais dos diferentes municípios”.

Relativamente à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, reunimos informações que defendem que “o município tem sorte porque o surf está na moda, sendo que todos os municípios revelam um grande comprometimento relativamente à importância do surf na região, desde a Ericeira, a Peniche, Torres Vedras e a Nazaré. Quando se realizam reuniões entre as várias instituições políticas dos diversos municípios, os dirigentes revelam uma grande abertura e disponibilidade, verificando-se uma grande dinâmica aliada aos interesses financeiros e mediáticos que estão associados ao surf. Este tipo de turismo alarga a sazonalidade, denotando uma procura e desenvolvimento contínuo ao longo do ano. No que se refere à economia do surf verifica-se uma dinâmica de grande abertura e comprometimento entre as várias instituições dos diversos municípios, uma vez que, se apresenta consensual a importância que o surf revela na região, assumindo um papel de produto forte da região, responsável pela criação de novos negócios e empregos, diminuindo a sazonalidade deste destino e promovendo o crescimento das pequenas empresas”.

No caso da Câmara da Nazaré, recolhemos dados que assumem que “não se tem verificado uma grande dinâmica de troca de conhecimentos entre entidades na Nazaré. O que há é numa lógica de parcerias de forma a permitir a criação de novos negócios e empresas, potenciando um desenvolvimento da Nazaré, contudo não se verifica uma grande afirmação na ótica da região Oeste”.

(página propositadamente em branco)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação pretendeu reunir um conjunto de informações capazes de justificar a importância das instituições de ensino e investigação, no que respeita às parcerias com o poder local e consequente promoção de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do surf na região Oeste.

Assim, aplicamos uma metodologia que promove a obtenção de informações por intermédio de entrevistas a diferentes *stakeholders*, de forma a desenvolver um estudo de caso múltiplo, capaz de identificar as diferenças existentes nos casos de Peniche e Nazaré, tendo em conta que só em Peniche se encontra localizada uma instituição de ensino e investigação. Neste sentido, elaboramos um guião com uma série de questões relacionadas com três campos temáticos, desde a importância do surf, à cooperação e estratégias de atuação e desenvolvimento regional.

No que concerne aos resultados obtidos, tornou-se possível entender que as parcerias entre as instituições de ensino e investigação denotam uma elevada importância, não só ao nível da promoção de políticas públicas que visem o desenvolvimento do surf ao nível local, como também no âmbito da dinamização do território numa escala regional, funcionando como motor de arranque para uma maior competitividade e crescimento económico.

Neste sentido, temos o caso de Peniche que se desenvolveu bastante devido ao turismo de surf, apoiado pelos estudos realizados em parceria com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, que viabilizaram a realização de uma etapa do circuito mundial de surf neste município. No caso da Nazaré, as condições oferecidas pelas ondas gigantes atuam quase como um dinamizador automático. Contudo, no âmbito do surf, não se verifica a existência de uma parceria com instituições científicas, capazes de auxiliar e tornar mais eficazes as ações políticas, situação esta que pretende ser alterada pelo poder local.

Deste modo, entendemos que este estudo contribui eficazmente para a compreensão relativa à importância das parcerias entre as câmaras municipais e as instituições de ensino e investigação, podendo os resultados obtidos denotar um papel importante no desenvolvimento de novas parcerias em diferentes territórios, de forma a dinamizar o surf e o turismo náutico onde se inclui este desporto.

Contudo, a realização desta investigação encontrou algumas limitações, logo à partida devido à existência de poucos estudos relativos a esta temática, o que de certa forma condiciona em parte a possível comparação com casos já investigados. Também o carácter qualitativo desta investigação, não incluindo técnicas de amostragem probabilísticas, tornam os resultados difíceis de serem generalizados, devido à grande correlação com o contexto em que se insere cada caso estudado, não sendo assim possível obter respostas concretas e fidedignas para a generalidade dos territórios.

A presente dissertação promove, assim, a realização de um estudo relativo a uma atividade que tem vindo a crescer, o surf, sendo que cada vez movimenta mais pessoas e capitais, denotando uma grande importância e atratividade económica. Neste sentido, esperamos que esta investigação possa assumir um formato de janela aberta para a realização de mais investigações relativas a esta temática, a fim de conciliar novas variáveis e contextos capazes de delinear o futuro do turismo de surf em Portugal e mais concretamente na região Oeste.

6. BIBLIOGRAFIA

- Abel, C. (2017). Quais são os principais tipos de perguntas usadas em questionários?. Retrieved from <https://mindminers.com/blog/tipos-de-perguntas-usados-em-questionarios/>
- Amin, A. (1999). An Institutional Perspective on Regional Economic Development. *International Journal of Urban and Regional Research*, 23(2), 365–378. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.00201>
- AMO. (2008). Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste. Caldas da Rainha, Portugal: Associação de Municípios do Oeste
- Araújo, P. (2016). TURISMO DE SURF : NA ONDA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO DE MATOSINHOS ? (Published master's thesis). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Asheim, B. (1995). Industrial districts as 'learning regions'. A condition for prosperity?. Oslo, Norway: Step Group.
- Asheim, B. (2012). The Changing Role of Learning Regions in the Globalizing Knowledge Economy : A Theoretical Re-examination. *Regional Studies*, 46(8), 993-1004. doi: 10.1080/00343404.2011.607805
- Asheim, B., Boschma, R., & Cooke, P. (2011). Constructing regional advantage : Platform policies based on related variety and differentiated knowledge bases. *Regional Studies*, 45(7), 893-904. doi: 10.1080/00343404.2010.543126
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: edições 70
- Bonaccorsi, A., & Lipparini, A. (1994). Strategic Partnerships in New Product Development: an Italian Case Study. *Journal of Product Innovation Management*, 11(2), 134–145. doi: 10.1016/0737-6782 (94) 90061-2
- Bonetti, E., Petrillo, C. S., & Simoni, M. (2006). Tourism System Dynamics : A Multi-level Destination Approach. In L. Lazzeretti & C. Petrillo, *Tourism Local Systems and Networking* (pp. 111–133). Amsterdam, Netherlands: Elsevier Ltd.

- Borges, M., Eusébio, C., & Carvalho, N. (2014). Governance for sustainable tourism : A review and directions for future research. *European Journal of Tourism Research*, 7(1), 45–56. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/288578475_Governance_for_sustainable_tourism_A_review_and_directions_for_future_research
- Boschma, R. (2004). Competitiveness of Regions from an Evolutionary Perspective. *Regional Studies*, 38(9), 1001-1014. doi: 10.1080/0034340042000292601
- Brandão, A. (2014). Inovação em Turismo: O Papel dos Sistemas Regionais de Inovação (Published master's thesis). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Cabeleira, T. (2011). Turismo de Surf na Capital da Onda: Ensaio Sobre a Sustentabilidade de uma Rota de Surf em Peniche (Published master's thesis). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.
- Campos, L., & Canavezes, S. (2007). *Introdução à globalização*. Lisboa, Portugal: Instituto Bento de Jesus Caraça
- CIM Oeste. (2006). Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste. Retrieved from <http://www.oestecim.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=f6814b76-9d6d-4d04-bdf8-f44053913942>
- Coutinho, C. (2006). Aspectos metodológicos da investigação em tecnologia educativa em Portugal [PDF]. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6497>
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Cunha, P., & Gouveia, M. (2014). Nazaré Coast | Giant Waves. Retrieved from https://www.uc.pt/gats/nazarecoast_giantwaves
- David, P. (1992). Knowledge, Property, and the System Dynamics of Technological Change. In L. Summers & S. Shah, *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics* (pp. 1–317). Washington, United States of America: The International Bank for Reconstruction and Development

- Davoudi, S., Evans, N., Governa, F., & Santangelo, M. (2008). Territorial Governance In The Making. Approaches, Methodologies, Practices. *Boletín de La A.G.E.*, 46, 33-52.
- Dinis, C., & Costa, R. (2014). Investimento público em turismo como alavanca para o desenvolvimento local: O caso da Região Norte de Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21/22, 181–194.
- Dolnicar, S., & Fluker, M. (2003). Who's Riding the Wave ? An Investigation Into Demographic and Psychographic Characteristics of Surf Tourists. Paper presented at the 13th International Research Conference for the Council for Australian University Tourism and Hospitality Education, Wollongong, Australia.
- Doloreux, D. (2002). What we should know about regional systems of innovation. *Technology in Society*, 24(3), 243-263. doi: 10.1016/s0160-791x(02)00007-6
- Duaibs, R. (2016). A economia italiana e o desenvolvimento dos distritos industriais. *Sinais*, 2, 6-24.
- Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar. (2014). *Investigação, Desenvolvimento e Inovação*. Retrieved from <https://www.ipleiria.pt/estm/investigacao/>
- Europeia, C. (1995). *Livro Verde Sobre A Inovação*. Bruxelas, Bélgica: Comissão das Comunidades Europeias.
- Florida, R. (1995). Towards The Learning Region. *Butterworth Heinemann*, 27(5), 527–536.
- Freeman, C. (1982, August). Innovation and Long Cycles of Economic Development. Paper presented at the International Seminar on Innovation and Development at the Industrial Sector, Campinas, Brasil.
- Grabher, G. (1993). *The embedded firm: on the socioeconomics of industrial networks*. London, England: Routledge.
- Hassink, R., & Lagendijk, A. (2001). The dilemmas of interregional institutional learning. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 19(1), 65-84. doi: 10.1068/c9943

- Hauser, C., Tappeiner, G., & Walde, J. F. (2007). The Learning Region: The Impact of Social Capital and Weak Ties on Innovation. *Regional Studies*, 41(1), 75-88. doi: 10.1080/00343400600928368
- Healy, A., & Morgan, K. (2012). Spaces of Innovation : learning, proximity and the ecological turn. *Regional Studies*, 46(8), 1041-10.53. doi: 10.1080/00343404.2012.672725
- Hjalager, A. (2010). Progress in Tourism Management: A review of innovation research in tourism. *Tourism Management*, 31(1), 1–12. doi: 10.1016/j.tourman.2009.08.012
- Jensen, M., Johnson, B., Lorenz, E., & Lundvall, B.-A. (2007). Forms of knowledge and modes of innovation. *Research Policy*, 36(5), 680-693. doi: 10.1016/j.respol.2007.01.006
- Lazonick, W. (1993). *Industry Clusters versus Global Webs : Organizational Capabilities in the American Economy*. Oxford University Press, 2(1), 1-24. Retrieved from <http://icc.oxfordjournals.org/>
- Lidström, A. (2007). Territorial Governance in Transition. *Regional & Federal Studies*, 17(4), 499–508. doi: 10.1080/13597560701961896
- Lundvall, B.-A. (2011). Notes on innovation systems and economic development. *Innovation and Development*, 1(1), 25-38. doi: 10.1080/2157930X.2010.551064
- Lundvall, B.-Å. (2007). National innovation systems - Analytical concept and development tool. *Industry & Innovation*, 14(1), 95–119. doi: 10.1080/13662710601130863
- Lundvall, B., & Johnson, B. (1994). The Learning Economy. *Journal of Industry Studies*, 1(2), 23-42. doi: 10.1080/13662719400000002
- Maillat, D., Quévit, M., & Senn, L. (1993). *Réseaux d'innovation et milieux innovateurs: un pari pour le développement régional*. Neuchâtel, Switzerland: EDES
- Malheiro, M. (2013). *A Problemática da Inovação Territorial* (Published master's thesis). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Marshall, A. (1890). *Principles of economics* (Eighth edi). London: Macmillan and Co.

- Marx, K. (1976). *Capital*. London: Penguin Books.
- Maskell, P. (1999). Localised learning and industrial competitiveness. *Cambridge Journal of Economics*, 23(2), 167–185. doi: 10.1093/cje/23.2.167
- Mazaro, R. M. (2017). Innovation in Regional Tourism and Competitiveness: conceptual approach and application trial. *Revista Turismo em Análise*, 28(1), 1–18. doi: 10.11606/issn.1984-4867.v28i1p1-18
- Morgan, K. (1997). The Learning Region : Institutions, Innovation and Regional Renewal. *Regional Studies*, 31(5), 491–593. doi: 10.1080/00343409750132289
- Moulaert, F., & Sekia, F. (2003). Territorial Innovation Models : A Critical Survey. *Regional Studies*, 37(3), 289–302. doi: 10.1080/0034340032000065442
- Moura, A. (2017). O valor económico do Turismo de Surf na Ericeira (Published master’s thesis). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Nadin, V., Zonneveld, W., Stead, D., & Dabrowski, M. (2018). COMPASS – Comparative Analysis of Territorial Governance and Spatial Planning Systems in Europe. Applied Research 2016-2018: Final Report. Luxembourg: ESPON & TU Delft.
- Nonaka, I. (1994). A Dynamic Theory of Organizational Knowledge Creation. *Organization Science*, 5(1), 14–37. doi: 10.1287/orsc.5.1.14
- OECD. (2001). *Cities and Regions in the New Learning Economy*. Paris: OECD.
- Ottati, G. D. (1994). Cooperation and competition in the industrial district as an organization model. *European Planning Studies*, 2(4), 463-483. doi: 10.1080/09654319408720281
- Painter, J., & Goodwin, M. (1995). Local governance and concrete research : investigating the uneven development of regulation. *Economy and Society*, 24(3), 334-356. doi: 10.1080/03085149500000014
- Peniche, C. M. (2006). *Caracterização do Concelho*. Retrieved from http://www.cm-peniche.pt/concelho_caracterizacaoconcelho

- Ponting, J. (2008). Consuming Nirvana : An exploration of surfing tourist (Master's thesis, Graduate School of the University of Technology). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10453/19997>

- Pordata. (2018a). População residente, estimativas a 31 de Dezembro. Retrieved from <https://www.pordata.pt/Municipios/População+residente++estimativas+a+31+de+Dezembro-120>

- Pordata. (2018b). Superfície Que municípios têm maior e menor área? Retrieved from <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

- Porter, M. (2003). The Economic Performance of Regions. *Regional Studies*, 37(6-7), 549-578. doi: 10.1080/0034340032000108688

- Porter, M. E. (1990). The Competitive Advantage of Nations [PDF]. Retrieved from http://www.economie.ens.fr/IMG/pdf/porter_1990- the competitive advantage of nations.pdf

- Portugal, T. (2007). Plano Estratégico Nacional do Turismo. Retrieved from <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/plano-estrategico-nacional-do-turismo-2007.aspx>

- Ramos, D. (2016). O planeamento em turismo e as redes no desenvolvimento local : O caso da região Oeste (Master's thesis, Universidade de Aveiro). Retrieved from <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/17102/1/O%20planeamento%20em%20Tur.%20e%20as%20redes%20no%20Desenvolvimento%20Local-O%20caso%20Oeste%20%28Dulcineia%20Ramos%29.pdf>

- Reis, C. (2017). Entrevista semi estruturada: características, vantagens e desvantagens. Retrieved from <https://www.e-konomista.pt/entrevista-semi-estruturada/>

- Rutten, R., & Boekema, F. (2013). Beyond the Learning Region : A New Direction for Conceptualizing the Relation between Space and Learning. *European Planning Studies*, 21(5), 722–734. doi: 10.1080/09654313.2013.733505

- Salvador, A. (2008). A Competitividade e Inovação das Cidades. O caso de Aveiro (Master's thesis, Aveiro). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10773/1633>
- Schmitt, P., Van Well, L., Scherbenske, S., & Reardon, M. (2013). ESPON TANGO – Territorial Approaches for New Governance. Retrieved from https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/ESPON_TANGO_Scientific_Report_Final.pdf
- Schumpeter, J. A. (2003). Capitalism, Socialism & Democracy [PDF]. Retrieved from <https://eet.pixelonline.org/files/etranslation/original/Schumpeter,%20Capitalism,%20Socialism%20and%20Democracy.pdf>
- Scott, D., & Usher, R. (1996). Understanding Educational Research. *British Journal of Educational Studies*, 11(2), 195. doi: 10.2307/3119372
- Sequeira, A. (2013). Spin-off em Pequenas e Médias Empresas - Estudo de Caso (Master's thesis, Universidade de Coimbra). Retrieved from https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24810/1/Ana_Sequeira_Spin-off%20em%20PME.pdf
- Sharpley, R., & Telfer, D. (2002). *Tourism and Development: Concepts and Issues*. Clevedon, Channel View Publications.
- Shearmur, R. (2011). Innovation , Regions and Proximity : From Neo- Regionalism to Spatial Analysis. *Regional Studies*, 45(9), 1225–1243. doi: 10.1080/00343404.2010.484416
- Sisnando, P. (2013). A terceira Itália: modelo regional de desenvolvimento industrial. Retrieved from <http://www.econometrix.com.br/colunistas.php?id=22755>
- Smith, K. (1994). *New directions in research and technology policy: Identifying the key issues*. Oslo, STEP Group.
- Sousa, D. (2018). Ondas Gigantes na Nazaré: estudo sobre as condições ideais de ocorrência (Master's thesis, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa). Retrieved from https://repositorio.ul.pt/jspui/bitstream/10451/36896/1/ulfc125213_tm_Diogo_Sousa.pdf

- Stead, D. (2013). *Planning Theory & Practice Dimensions of territorial governance*. Routledge, 14(1), 142–147. doi: 10.1080/14649357.2012.758494
- Stobart, J., & Ball, R. (1998). *Tourism and Local Economic Development. Beyond the conventional view*. *Local Economy*, 13(3), 228-238. doi: 10.1080/02690949808726446
- Turismo do Centro. (2017). *Nazaré- A Alma Do Mar*. Retrieved from <https://turismodocentro.pt/artigo/nazare-a-alma-do-mar/>
- Veloso, A. (2009). *A influência da gestão de redes no desenvolvimento económico dos destinos* (Master's thesis, Universidade de Aveiro). Retrieved from <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1709/1/2010000060.pdf>
- Von Hippel, E. (1994). "Sticky Information" and the Locus of Problem Solving: Implications for Innovation. *Management Science*, 40(4), 429-439. doi: 10.1287/mnsc.40.4.429
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso - Planejamento e Métodos* [PDF]. Retrieved from https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yinmetodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf
- Zander, U., & Kogut, B. (1995). Knowledge and the Speed of the Transfer and Imitation of organizational capabilities: An Empirical Test. *Organization Science*, 6(1), 76–92. doi: 10.1287/orsc.6.1.76

7.ANEXOS

Anexo 1. “Eixos Estratégicos, Objectivos e Ações Integradas para o Oeste”

Figura 3.1. Eixos Estratégicos, Objectivos e Acções Integradas para o Oeste

EIXO I Desenvolvimento de um Pólo Turístico Relevante, Inovador e Sustentável	Obj. 1	Desenvolvimento Coerente do(s) Produto(s) Turístico(s) do Litoral
		<ul style="list-style-type: none"> a Gestão e promoção integrada do litoral e modernização das zonas balneares c Valorização do mar e das suas actividades, náutica de recreio
	Obj. 2	Valorização do Património e Desenvolvimento Turístico
		<ul style="list-style-type: none"> a Conservação e valorização do património histórico, cultural e militar b Rede museológica c Parques temáticos e termalismo a Eco-turismo, paisagem e natureza
EIXO II Construção e Afirmação de uma Ruralidade Moderna	Obj. 3	Afirmação de um Modelo Empresarial Dinâmico
		<ul style="list-style-type: none"> a Cooperação para o acesso ao conhecimento, inovação, certificação e qualidade, empreendedorismo e fomento da iniciativa empresarial b Montagem de redes de distribuição de resposta rápida a mercados dinâmicos
	Obj. 4	Afirmação de um Modelo Residencial "Urbano-Rural" Atractivo
		<ul style="list-style-type: none"> a Requalificação e revitalização de núcleos centrais nos pólos regionais b Promoção equilibrada de habitação e "habitat" (inclui requalificação ambiental e valorização dos espaços verdes)
EIXO III Desenvolvimento em Complementaridade da Atractividade dos Pólos Urbanos	Obj. 5	Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atractivos
		<ul style="list-style-type: none"> a Carta educativa regional e ensino básico excelência b Hospitais, centros e serviços de saúde c Equipamentos sociais e desportivos d Serviços públicos de proximidade, riscos e protecção civil e Ciclo urbano da água e resíduos sólidos urbanos
	Obj. 6	Cultura, Criatividade, Conhecimento e Competências
		<ul style="list-style-type: none"> a Desenvolvimento dos espaços da cultura, da criatividade e do conhecimento b Fomento da qualificação das pessoas (aprendizagem longo vida, ensino superior)
	Obj. 7	Acessibilidades e Mobilidade
		<ul style="list-style-type: none"> a Acessibilidade externa e eixos regionais estruturantes b Acessibilidades e rede de mobilidade interna
EIXO IV Captação e Aglomeração de Actividades Empresariais Competitivas	Obj. 8	Fomento da Competitividade Empresarial
		<ul style="list-style-type: none"> a Rede de áreas de acolhimento empresarial
	Obj. 9	Fomento das Actividades Económicas da Sustentabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> a Consolidação e desenvolvimento energias renováveis (edílicas, mar,...) b Conservação do ambiente e protecção da natureza
EIXO V Desenvolvimento de um Sistema de Governança Regional	Obj. 10	Capacitação institucional
		<ul style="list-style-type: none"> a Modernização administrativa autárquica e e-government b Agendas XXI e eficiência energética c Marketing territorial, acompanhamento e monitorização

Fonte: (AMO, 2008)

Anexo 2 – Guião de Entrevista enviado à Câmara Municipal de Peniche

Importância do surf ao nível local

1. Que importância revela o surf no âmbito do desenvolvimento económico do município?
2. Qual o nível de integração e valorização do surf no âmbito das políticas públicas locais e regionais?
3. Que tipo de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf se encontram implementadas neste município?

Cooperação e estratégias de atuação

- 4.1. Existe algum tipo de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino superior e investigação sediadas na região ou fora dela? Se sim, qual o conteúdo das mesmas?
- 4.2. No caso de não existirem, até que ponto o poder local considera o desenvolvimento de parcerias no futuro? Porquê e em que moldes?
5. Até que ponto estas parcerias têm ajudado ou podem ajudar a delinear novas políticas públicas com vista ao desenvolvimento do surf?
6. Tendo em conta a importância da investigação e formação dos indivíduos, acredita que estas parcerias podem beneficiar a adequabilidade e eficácia destas mesmas políticas públicas?
7. Quais são as principais vantagens que se obtêm através destas parcerias?
8. Segundo a ótica do poder local, existe algum tipo de constrangimento associado à criação de parcerias com estes agentes externos?
9. Qual a importância que a existência de uma instituição de ensino e investigação existente na região Oeste tem denotado na valorização da economia do surf no município e/ou na região?

Desenvolvimento Regional

10. Até que ponto tem existido a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais no sentido da valorização da região Oeste ao nível da economia do surf?

Obrigado pela colaboração!

Alexandre Souto

Anexo 3. Guião de Entrevista aplicado à Câmara Municipal de Nazaré

Importância do surf ao nível local

1. Que importância revela o surf no âmbito do desenvolvimento económico do município?
2. Qual o nível de integração e valorização do surf no âmbito das políticas públicas locais e regionais?
3. Que tipo de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do surf se encontram implementadas neste município?

Cooperação e estratégias de atuação

- 4.1. Existe algum tipo de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino superior e investigação sediadas na região ou fora dela? Se sim, qual o conteúdo das mesmas?
- 4.2. No caso de não existirem, até que ponto o poder local considera o desenvolvimento de parcerias no futuro? Porquê e em que moldes?
5. Até que ponto estas parcerias têm ajudado ou podem ajudar a delinear novas políticas públicas com vista ao desenvolvimento do surf?
6. Tendo em conta a importância da investigação e formação dos indivíduos, acredita que estas parcerias podem beneficiar a adequabilidade e eficácia destas mesmas políticas públicas?
7. Quais são as principais vantagens que se obtêm através destas parcerias?
8. Segundo a ótica do poder local, existe algum tipo de constrangimento associado à criação de parcerias com estes agentes externos?
9. Qual a importância que a existência de uma instituição de ensino e investigação existente na região Oeste tem denotado na valorização da economia do surf no município e/ou na região?

Desenvolvimento Regional

10. Até que ponto tem existido a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais no sentido da valorização da região Oeste ao nível da economia do surf?

Obrigado pela colaboração!

Alexandre Souto

Anexo 4. Guião de Entrevista aplicado à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche

Importância do surf ao nível local

1. Que importância revela o surf no âmbito do desenvolvimento económico da região?
2. De que modo o surf permite aumentar a importância e adaptação desta instituição no município?
3. A escola que dirige já desenvolveu (ou desenvolve) algum tipo de investigação relacionada com o desenvolvimento do surf na região?
4. Se sim, até que ponto a investigação desta instituição tem sido utilizada para promover o desenvolvimento do surf no âmbito local?

Cooperação e estratégias de atuação

- 5.1. Existe algum tipo de parcerias com o poder local, com o intuito de correlacionar o conhecimento científico com a ação política, de forma a potenciar o desenvolvimento do surf?
- 5.2. Caso não se verifiquem, como avalia a possibilidade de criação de parcerias no futuro? Porquê e de que género?
6. Sendo esta instituição especializada em Turismo e Tecnologia do Mar, acredita que a existência de parcerias com o poder local poderão denotar um papel fundamental na delimitação de políticas públicas mais adequadas e capazes de responder ao desenvolvimento do surf?
7. Do seu ponto de vista, quais são as principais vantagens associadas a estas parcerias?
8. Por outro lado, que tipo de prejuízos podem ser identificados?

Desenvolvimento Regional

9. Até que ponto tem existido a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais no sentido da valorização da região Oeste ao nível da economia do surf?

Obrigado pela colaboração!

Alexandre Souto

Anexo 5. Guião de Entrevista elaborado para ser aplicado ao Turismo do Centro de Portugal

Importância do surf

1. Até que ponto, o surf tem assumido o papel de motor de desenvolvimento local (Peniche e Nazaré) e regional?
2. De acordo com a sua ótica de análise, os governos locais de Peniche e Nazaré têm valorizado e promovido o desenvolvimento do surf?

Cooperação e estratégias de atuação

- 3.1. Tem conhecimento de algum tipo de parcerias entre os governos locais e as instituições de ensino e investigação regionais, com vista ao desenvolvimento do surf em Peniche e Nazaré?
- 3.2. Caso não se verifique, como avalia a possibilidade futura de criação de parcerias entre estes agentes? Porquê e em que formato?
4. E a entidade que representa tem parcerias com as instituições de ensino e investigação regionais? Se sim, com que fins?
5. Até que ponto a vertente da investigação é essencial para a criação de políticas públicas mais adequadas e eficazes face ao contexto territorial em que se inserem?
6. Que tipo de vantagens podem ser associadas a estas parcerias?
7. Existe algum tipo de constrangimentos ou prejuízos decorrentes destas parcerias?

Desenvolvimento Regional

8. Até que ponto tem existido a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais no sentido da valorização da região Oeste ao nível da economia do surf?

Obrigado pela colaboração!

Alexandre Souto

Anexo 6. Guião de Entrevista elaborado para ser aplicado à Comunidade Intermunicipal do Oeste

Importância do surf

- 1.** Até que ponto, o surf tem assumido o papel de motor de desenvolvimento local (Peniche e Nazaré) e regional?
- 2.** De acordo com a sua ótica de análise, os governos locais de Peniche e Nazaré têm valorizado e promovido o desenvolvimento do surf?

Cooperação e estratégias de atuação

- 3.1.** Tem conhecimento de algum tipo de parcerias entre os governos locais e as instituições de ensino e investigação regionais, com vista ao desenvolvimento do surf em Peniche e Nazaré?
- 3.2.** Caso não se verifique, como avalia a possibilidade futura de criação de parcerias entre estes agentes? Porquê e em que formato?
- 4.** E a entidade que representa tem parcerias com as instituições de ensino e investigação regionais? Se sim, com que fins?
- 5.** Até que ponto a vertente da investigação é essencial para a criação de políticas públicas mais adequadas e eficazes face ao contexto territorial em que se inserem?
- 6.** Que tipo de vantagens podem ser associadas a estas parcerias?
- 7.** Existe algum tipo de constrangimentos ou prejuízos decorrentes destas parcerias?

Desenvolvimento Regional

- 8.** Até que ponto tem existido a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais no sentido da valorização da região Oeste ao nível da economia do surf?

Obrigado pela colaboração!

Alexandre Souto

Anexo 7. Transcrição da Entrevista à Câmara Municipal de Peniche

“Boa tarde, como já tinha referido o tema da minha tese é de que forma é que as parcerias entre o poder público local e as universidades, promovem a criação de políticas públicas direcionada para o desenvolvimento do surf. Neste âmbito gostaria de realizar uma entrevista gravada, com recurso a um conjunto de questões que estão presentes no meu guião da entrevista, para no final contrapor a opinião de Peniche e de Nazaré, porque na Nazaré não existe uma universidade ou um polo universitário enquanto que em Peniche existe.

Neste sentido, gostaria de começar esta entrevista questionando-o acerca da importância que o surf denota, ao nível do desenvolvimento económico do município.

Existe Peniche antes do campeonato do mundo de surf e Peniche depois do campeonato do mundo de surf, acho que isso explica muita coisa. Portanto, o fato de Peniche ter acolhido o campeonato do mundo pela primeira vez, sendo que ainda nem era uma prova oficial na altura, mas antes um “wild card event”, transformou completamente o panorama do tecido económico, passando Peniche a ocupar uma posição de relevo no mapa. Tínhamos uma ou outra escola surf e criou-se aqui um “boom”. Neste sentido, verificou-se um desenvolvimento de todo o setor turístico, desde as escolas de surf aos alojamentos locais, promovendo assim um visível desenvolvimento económico deste local. Aliás na Nazaré verifica-se a mesma situação.

Claro, estes são destinos bastante procurados devido ao surf.

Neste âmbito já entra a questão dos destinos demasiado procurados que pode afetar a parte da sustentabilidade, mas isso já são outras matérias.

Neste sentido, qual é o nível de integração e valorização do surf no âmbito das políticas públicas locais?

Portanto, localmente apesar de não ser uma área definida e interligada diretamente com as políticas públicas locais, existem casos como o centro de alto rendimento de surf de Peniche, que se assume como uma aposta clara em termos de política pública direcionada para o surf. Conseguimos trazer para cá um centro de alto rendimento que serve muito a seleção portuguesa de surf e não só, outras seleções e clubes o utilizam. Nós todos os anos recebemos aqui provas do circuito nacional, tanto de surf, como de bodyboard, como de stand-up-paddle, portanto todas as modalidades ligadas ao surf passam por Peniche.

Não sei se podemos considerar diretamente isto na valorização do surf, mas neste âmbito de valorização, verifica-se mais uma aposta em políticas capazes de valorizar as praias e não o surf, uma vez que o surf quase que se valoriza e expande de forma autónoma, ainda para mais em Peniche, onde se encontra uma grande variedade e quantidade de desportos náuticos associados ao surf. Assim, nós queremos ser mais fortes no que respeita à preservação e manutenção das praias, ainda para mais, agora com as transferências de competências das praias concessionadas, abrindo uma janela de oportunidade capaz de regular a utilização das mesmas. Ao analisarmos políticas públicas locais podemos ir mais por aí.

Consegue mencionar duas ou três políticas que sejam direcionadas a este mesmo desenvolvimento do surf especificamente?

Vamos ter aqui, apesar de ainda não se encontrar em vigor, vamos receber uma transferência de competências em matérias de gestão das praias, implicando uma maior regulamentação local a este nível. Isso é um exemplo que eu posso dar, que não está neste momento ainda a ser exercido, mas que vai ser a breve prazo, nós no próximo ano vamos aceitar essa transferência de competências em termos de gestão.

Ao nível do foco central da minha tese, que é a cooperação entre estes agentes, o poder local e as instituições de ensino e investigação, existe algum tipo de parcerias entre estes agentes?

Entre a escola e o município sim, nós trabalhamos de uma forma bastante próxima com a escola superior de turismo e tecnologia do mar, sendo que em matérias de surf esta escola realizou um

grande estudo sobre o impacto económico do campeonato do mundo de surf em Peniche e na região, sendo esta escola um parceiro ativo em vários projetos e iniciativas, conciliando a vertente científica e de investigação com a vertente política. Nós sempre que discutimos este tipo de questões, falamos com o politécnico, é um parceiro ativo nosso em diversos projetos em diversos planos.

Portanto, conseguem conciliar a vertente científica com a vertente política?

Claramente, para já existem vários cursos na vertente científica, eles têm a parte da biologia, etc., mas também têm a parte do turismo. Aliás, nos temos no território um projeto que, entretanto, queremos retomar que é a certificação de stock e esse projeto vem inclusive através de um aluno de uma tese também de mestrado salvo erro, de um aluno da escola superior. Relaciona-se com a sustentabilidade, tentar tornar Peniche num destino sustentável em termos de turismo de surf. Por exemplo nesse projeto, a escola superior é um dos nossos parceiros.

Assim, a câmara municipal valoriza bastante a investigação e formação dos indivíduos para aumentar a adequação e eficácias das políticas públicas?

Sim, esta é uma aposta que já perdura dos antigos executivos, sendo sempre analisada como importante a parceria com a escola superior de turismo e tecnologia do mar, de forma a desenvolver novos conhecimentos e novas práticas que poderão ser aplicadas ao nível local e regional. Não é uma aposta que vem de hoje, vem de há muitos anos, eu próprio sou produto dessa escola e é uma clara aposta poder não só Peniche, mas toda a região deter recursos adequados através do politécnico.

Claro, consegue identificar algumas vantagens que advêm destas parcerias institucionais?

Dou-lhe dois ou três exemplos de parcerias que temos com o politécnico, as parcerias entre o município e a escola assumem um papel bastante importante, sendo exemplo disso mesmo, a posição da escola, como parceira ativa na comissão de gestão do território das berlingas,

revelando várias vantagens que passam desde o maior conhecimento científico dos territórios e suas potencialidades. Temos outros parceiros ligados também ao estudo do território, mas sem dúvida que a escola é o parceiro mais ativo, uma vez que são um elemento importantíssimo nesta área.

Temos agora também no campo tecnológico, estamos a desenvolver um produto ligado à dinamização da economia azul, chamado “smart ocean”, sendo o politécnico o principal parceiro, assumindo as responsabilidades associadas à investigação e conceção. Toda a parte de tecnologia e investigação científica vai ser desenvolvida por eles. Estes dois exemplos, entre outros, são exemplos de mais valias obtidas através da participação deste agente, tanto para o município como para a população.

Neste âmbito, consegue identificar também algum tipo de constrangimentos que se possam associar à criação de parcerias entre o poder local e as instituições de ensino e investigação?

Nos momentos de aplicação não mas depende muito das contrapartidas estabelecidas, por exemplo, se fizermos uma parceria com o politécnico com o objetivo de obter fundos será bastante complicado, uma vez que eles só conseguem obter fundos provenientes dos concursos a que se conseguem candidatar. Aqui se calhar até pode existir vantagem em medidas de apoio porque eles podem ter mais facilidade de se candidatar.

Deste modo, o único constrangimento que se poderá mencionar será ligado a matérias financeiras, uma vez que, geralmente se espera que o município avance com a disponibilização de fundos. Contudo, cada caso é um caso e este tipo de constrangimento não pode ser generalizado. A relação estabelecida com o politécnico até hoje revela uma grande importância e vantagens associadas ao bom clima de trabalho existente.

No âmbito mais global, no que toca à gestão do surf no município, acredita que existe algum tipo de constrangimento nestas parcerias, ou são parcerias que maioritariamente são vantajosas?

A relação que nos temos, tal como tenho vindo a transmitir ao Alexandre, com o politécnico é muito boa e tem sido claro através dos resultados, não vejo aqui grandes desvantagens no trabalhar em conjunto, como fizemos e creio que continuaremos a fazer.

Neste sentido, é muito importante a existência de uma instituição de ensino e investigação na região Oeste e neste caso específico ao nível local?

Aqui até digo mais, o politécnico de Leiria tem delegações nas Caldas da Rainha, está a desenvolver projetos em Torres Vedras, entre outros, acabando no fundo por trabalhar em toda a região Oeste. Ao nível da mão de obra apresenta-se também como uma mais valia, uma vez que produz quadros qualificados capazes de servir toda a região, principalmente ao nível do turismo. Os alunos que saem daqui da escola acabam por ocupar cargos importantes e quantos mais houvessem mais ficariam embora muitos acabem por ir para o estrangeiro. Recentemente estive a falar com o presidente da associação de estudantes e ele está na Grécia a trabalhar, portanto são quadros altamente qualificados que acabam por aqui na região ou lá fora ter sempre uma porta aberta.

Por último, gostaria de lhe fazer uma questão relacionada com o desenvolvimento regional, sendo assim, até que ponto tem existido a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais, no sentido da valorização desta região, ao nível da economia de surf?

Não sei se a resposta que lhe vou dar se é o que o Alexandre está à procura, mas uma das coisas que tem sido claro é por exemplo, o apoio de todos ao que se relaciona com o surf. Os vários municípios do Oeste apoiam as iniciativas relacionadas com o surf, tanto em Peniche como na Nazaré, pois no fundo todos acabam por contribuir financeiramente para a realização dos eventos de surf. Contudo, alguns municípios até há poucos anos ficavam descontentes devido a estes eventos serem realizados apenas em determinados locais, concretamente em Peniche e Nazaré, não ganhando nada com esta integração.

No entanto, a nossa postura é precisamente de conciliação, entre o fato de os eventos de surf se realizarem em Peniche e a promoção ativa de todos os produtos dos outros municípios. Assim, o

campeonato está em Peniche, mas isso não quer dizer que nós não possamos trazer produtos de Alenquer, produtos de Alcobaça, das Caldas da Rainha, da Arruda dos Vinhos, produtos de Torres Vedras. Neste sentido, os atletas que visitam Peniche, acabam por visitar mais municípios da região, para conhecerem outras praias e parques. Procuramos assim, dinamizar não cada município individualmente, mas antes com um todo que caracteriza a região.

Podemos analisar isto também por outro ponto de vista um bocado mais global e não olhar só para o surf, mas olhar para o turismo náutico. O Oeste apresentou uma candidatura a estação náutica, podendo Peniche, Nazaré, Torres Vedras, ou qualquer outro município ter concorrido de forma individual, contudo, enquanto comunidade intermunicipal optamos por realizar uma candidatura integrada e coletiva, englobando os doze municípios, uma vez que, mais do que ambicionarmos promover o destino náutico, pretendemos que quem nos visita permaneça por mais tempo no nosso território.

Para isto, apostamos no turismo náutico como âncora de interesse, sendo que posteriormente são oferecidos diversos programas e planos capazes de levar os turistas a visitar os diversos municípios do Oeste. Se calhar consigo ter uma pessoa qui em Peniche durante três ou quatro dias e depois desses dias a pessoa está satisfeita e vai procurar outra área, enquanto que se eu vender Peniche, mais Óbidos, mais Caldas, mais Lourinhã, mais Torres Vedras, vou oferecer um conjunto de atividades que a pessoa possa fazer durante uma semana ou duas. Assim conseguimos espalhar as pessoas por todo o território e todos ganhamos com isto, é deste ponto de vista que nós estamos a analisar a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre os atores regionais.

Por exemplo, no ano passado o presidente da câmara de Peniche, no arranque do campeonato mundial de surf, que se realizou em Alenquer, agarrou numa garrafa de vinho e colocou em cima de uma prancha de surf, que no fundo resume aquilo em que andamos a trabalhar, ou seja, a dinamização conjunta do surf e dos diferentes produtos regionais dos diferentes municípios.

Temos de pensar de uma forma integrada e as dinâmicas que têm vindo a surgir têm demonstrado isso, porque nos acabamos por ter esta vantagem ou desvantagem, não sei, nós somos independentes, não temos nenhum partido por trás, acabamos por tentar apelar um bocadinho mais, não quero dizer ao coração, mas mais às partilhas entre todos, porque no fundo queremos trabalhar em prol de Peniche e da região”

Anexo 8. Transcrição da Entrevista à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar

“Boa tarde, como já tinha referido o tema da minha tese é de que forma é que as parcerias entre o poder público local e as universidades, promovem a criação de políticas públicas direcionada para o desenvolvimento do surf. Neste âmbito gostaria de realizar uma entrevista gravada, com recurso a um conjunto de questões que estão presentes no meu guião da entrevista, para no final contrapor a opinião de Peniche e de Nazaré, porque na Nazaré não existe uma universidade ou um polo universitário enquanto que em Peniche existe.

Neste âmbito gostava de começar esta entrevista perguntando no seu ponto de vista qual é a importância que o surf revela ao nível do desenvolvimento económico da região?

No caso de Peniche, o surf tem sido vital sobretudo a partir de 2009, devido à realização da etapa do circuito mundial de surf pela primeira vez. Em termos mediáticos catapultou o crescimento exponencial deste nicho económico-turístico através da criação de pequenos negócios e aumento da procura através do crescimento do número de visitantes.

Desta forma o surf permitiu que a adaptação desta instituição de ensino no município fosse até mais fácil ou vantajosa?

Sim, sem dúvida para que as etapas de surf fossem realizadas em Peniche e para que tivessem o apoio do Turismo de Portugal, era necessário que houvesse um estudo sobre os impactos, tendo este estudo sido encomendado à escola superior de turismo e tecnologia do mar. Foi feito um estudo sobre os impactos entre 2010 e 2015, tendo como principal função, para além de conhecer e investigar, servir para comprovar a importância deste destino de forma a guiar e orientar o Turismo de Portugal relativamente à realização e apoio deste evento em Portugal. O evento vive dos patrocinadores, entre os quais se destaca o Turismo de Portugal, sendo necessária a existência de estudos que justifiquem a libertação de apoios à realização do evento. Assim, para que os sponsors libertem este dinheiro, têm de se basear nestes estudos realizados por nós.

Em termos de intervenção das entidades superiores, a instituição colabora a vários níveis, entre os quais a prestação de serviços à comunidade, a realização de projetos como a definição do código de conduta para a utilização das praias, a certificação de Peniche como um destino internacional de surf, estudos com vista ao reconhecimento das potencialidades do turismo de surf noutros destinos, como é o exemplo de Matosinhos, entre outros projetos. No caso de Matosinhos, um colaborador nosso está a trabalhar com vista a determinar os efeitos e as potencialidades do turismo de surf em Matosinhos, Leça da Palmeira, portanto a escola tem vários projetos relacionados com o turismo de surf que têm aplicação neste mesmo desenvolvimento.

Neste sentido, esta instituição tem sido essencial para promover o surf em Peniche?

Sim, e isto está diretamente relacionado com as boas relações entre a escola superior e outras instituições como a câmara municipal, contribuem para realizar investigações e estudos, cooperando assim eficazmente para com a comunidade, promovendo o surf e Peniche enquanto destino de surf. Neste aspeto eu penso que é essencial para qualquer entidade, neste caso esta instituição de ensino, estabelecer esse papel na sociedade, portanto para além da investigação pura e dura tem de ter esse contributo para a comunidade e nesse sentido sempre tivemos esse apoio e preocupação.

Neste ponto de cooperação existe algum tipo de parceria entre o poder local e esta instituição de ensino de forma a correlacionar o conhecimento científico com a ação política?

Sim, há várias, portanto, destacam-se parcerias a vários níveis, destacando-se a gestão das praias com vista a evitar e resolver possíveis conflitos entre os utilizadores das praias, sobretudo porque existem muitas escolas de surf que por vezes ocupam maioritariamente o espaço das praias. Neste sentido é necessária a intervenção das entidades públicas com recurso à investigação realizada pelas instituições de ensino e investigação. As parcerias recaem muito sobre questões relacionadas com a sustentabilidade das praias e do turismo.

Chegamos a um ponto onde em vários sítios já se verificam conflitos entre utilizadores das praias, pelo que já disse, sobretudo porque existem muitas escolas de surf e em determinados períodos ocupam toda a praia, portanto a praia é de todos e tem vários usos e há problemas que vão aqui surgindo e que têm de ter intervenção das entidades públicas, com quem nos estamos a trabalhar para este objetivo de desenvolver o turismo de surf.

Ao nível da criação de políticas públicas em si, estas parcerias com a câmara têm como finalidade a criação destas?

Sim, sem dúvida que são importantes, por exemplo o último PDM, plano diretor municipal, da câmara municipal de Peniche teve a colaboração da escola superior, já englobando os estudos não apenas relacionados com o surf, mas também sobre outras realidades. O PDM, como instrumento de política pública teve o nosso contributo bastante ativo.

O plano diretor municipal, o plano estratégico dos códigos de conduta das praias, a certificação de Peniche como destino de surf, entre outras medidas de pequena dimensão que são projetadas pela escola superior e adotadas pelo poder político, de forma a tornarem o destino mais sustentável

Do seu ponto de vista, quais é que são as principais vantagens destas parcerias com o poder local?

Há vantagens, é uma situação em que ganham os dois e ganha a comunidade através do contributo da academia através da criação de conhecimento, que tem como principal finalidade servir e ajudar a população. A instituição de ensino ganha bastante ao nível da reputação e leque de investigações realizadas, sendo também de realçar as vantagens económicas, uma vez que, grande parte das parcerias são financeiras. Algumas destas parcerias e projetos são financiados, é um contributo recíproco.

Neste âmbito também consegue identificar algum tipo de desvantagens?

Não, mas em algumas situações poderá haver algum tipo de condicionamento político, por exemplo, um político em campanha eleitoral que apresenta os resultados de uma investigação, ao realçar apenas os pontos positivos de certo modo poderá alterar o resultado que o estudo identificou, sendo o discurso político assim bastante enviesado. De certo modo, lê o estudo da forma que lhe dá mais vantagens e que não reflete na realidade o que o estudo diz, portanto tem que se ter cuidado com o discurso político porque isso pode ser uma desvantagem.

Por outro lado, se não houver cuidado, as parcerias podem conduzir a casos de dependência que resultarão na afetação dos resultados obtidos através das investigações. Essa dependência pode-se refletir, portanto na objetividade dos estudos, é sempre este o cuidado que se tem de ter. Nós queremos agradar aos nossos parceiros políticos, mas estamos aqui para observar a realidade e dentro que conseguimos identificar os problemas que muitas vezes podem não agradara os políticos.

Uma última questão que tenho para lhe propor tem haver com o desenvolvimento regional, gostava de lhe perguntar até que ponto tem existido a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre atores regionais no sentido da valorização da região Oeste ao nível desta mesma economia de surf?

No caso da economia de surf, neste âmbito, o município tem sorte porque o surf está na moda, sendo que todos os municípios revelam um grande comprometimento relativamente à importância do surf na região, desde a Ericeira, a Peniche, Torres Vedras e a Nazaré. Quando se realizam reuniões entre as várias instituições políticas dos diversos municípios, os dirigentes revelam uma grande abertura e disponibilidade, verificando-se uma grande dinâmica aliada aos interesses financeiros e mediáticos que estão associados ao surf. Este tipo de turismo alarga a sazonalidade, denotando uma procura e desenvolvimento contínuo ao longo do ano. No que se refere à economia do surf verifica-se uma dinâmica de grande abertura e comprometimento entre as várias instituições dos diversos municípios, uma vez que, se apresenta consensual a importância que o surf revela na região, assumindo um papel de produto forte da região, responsável pela criação de novos negócios e empregos, diminuindo a sazonalidade deste destino e promovendo o crescimento das pequenas empresas”

Anexo 9. Transcrição da Entrevista à Câmara Municipal da Nazaré

“Boa tarde, como já tinha referido o tema da minha tese é de que forma é que as parcerias entre o poder público local e as universidades, promovem a criação de políticas públicas direcionada para o desenvolvimento do surf. Neste âmbito gostaria de realizar uma entrevista gravada, com recurso a um conjunto de questões que estão presentes no meu guião da entrevista, para no final contrapor a opinião de Peniche e de Nazaré, porque na Nazaré não existe uma universidade ou um polo universitário enquanto que em Peniche existe.

Gostaria de começar por lhe perguntar qual a importância que o surf revela no âmbito do desenvolvimento económico do município da Nazaré?

É assim, hoje em dia o surf é uma ancora de desenvolvimento para o município da Nazaré, verificando-se a existência de uma estratégia de desenvolvimento baseada na existência de uma onda gigante, potenciando um desenvolvimento tanto do ponto de vista económico, como de investimento, de turismo e urbanístico. Assim, o papel do surf é central para a dinamização da cidade e consequente ampliação da esfera local para a regional, revelando um crescente impacto mundial. As influências que hoje em dia o surf revela na Nazaré por força de uma onda gigante e de um canhão da Nazaré são centrais, há uma dinâmica muito forte e diria que naturalmente muitas medidas que em várias áreas são tomadas, têm sempre como perspectiva esta pérola que nos temos e tudo o que vem atrás.

Neste sentido, as políticas públicas valorizam bastante a integração do surf tanto ao nível local como regional?

Claro que sim, na Nazaré a intervenção vai para lá daquilo que é o local e o regional, naturalmente parte da investida tem um formato global, no foco de valorizar o país. O surf se encontra presente nos momentos de produção política, uma vez que se apresenta bastante importante para o crescimento e divulgação do território à escala mundial. Exemplo disso é a presença das entidades municipais em feiras internacionais de turismo, de forma a atrair novos visitantes e captar mais investimentos.

Neste sentido, a autarquia verifica uma grande presença da temática relacionada com o surf nos momentos de produção de políticas públicas, uma vez que se torna essencial desenhar planos de resposta e controlo, relativamente aos impactos causados pelo surf. Daquilo que o surf tem trazido para a Nazaré, leva-nos a tomar decisões sejam ligadas ao surf, ao imobiliário ou em países onde há estas feiras que têm sido importantes para dar a conhecer este território aos nossos visitantes. Esta é uma política pública que claramente é influenciada pelo surf.

Consegue mencionar algumas políticas públicas que se encontrem implementadas no município, ligadas a este caso específico do surf?

Por via do surf tornou-se possível a realização de duas políticas de parcerias com entidades privadas, Yamaha e Mercedes. No caso da Mercedes, encontra-se em vigor um protocolo que permite a cedência de uma carrinha durante todo o ano, de forma a ser implementada uma política pública relacionada com a vigilância da praia da vila durante o ano inteiro, com o intuito de apoiar os nadadores salvadores, servindo de resguardo para os mesmos e melhorando a capacidade de resposta a situações de emergência. A praia hoje em dia está internacional, é visitada todos os dias e traz-nos problemas e riscos que as pessoas correm em plena praia, portanto, temos esta parceria com a Mercedes, temos uma carrinha e temos capacidade de resposta muito mais assertiva e muito mais rápida para a equipa de nadadores salvadores, garantindo a prevenção de mortes na praia.

No caso da Yamaha, torna-se bastante importante e vantajosa, uma vez que esta parceria permite a disponibilização de infraestruturas capazes de apoiar os bombeiros locais e responder de uma forma muito mais efetiva às potenciais situações de risco existentes na praia do Norte. Com isto temos uma resposta efetiva aos dias de ondas gigantes, podendo ter as motas prontas a apoiar os maios terrestres, lá está para atacar uma necessidade e uma política pública extremamente importante para a câmara municipal. Assim, através destas duas políticas públicas de parceria verifica-se uma maior capacitação para responder à política pública relacionada com a vigilância das praias da Nazaré, permitindo assim a existência de uma maior prevenção e adequação dos meios, face as possíveis ocorrências relacionadas com o surf.

No que se refere ao foco central da minha investigação, ou seja, a cooperação e qual a importância destas, existe algum tipo de parcerias entre esta instituição de poder local e outras de ensino e investigação?

Ora bem, ligadas ao surf não existem parcerias com instituições de ensino e investigação no âmbito do surf, contudo, existem na área da saúde e da investigação de produtos que possam gerar novos artigos relacionados com o surf, como é o exemplo da produção de pranchas de surf mais “amigas do ambiente” e de fatos insufláveis. Deste modo, a transferência de conhecimento por via da investigação, gerada pelas instituições de ensino e investigação em parceria com uma câmara municipal, torna possível a concretização de projetos e modelos desenvolvidos no ambiente de investigação, promovendo a possível implementação de novas políticas públicas.

Tenho conhecimento de um caso em que foi lançado um conjunto de pranchas mais amigas do ambiente, que por via da investigação planeada e agilizada por uma universidade em parceria com uma câmara municipal, pode depois ter estes reflexos muito interessantes na lógica das políticas públicas, trazendo o conhecimento gerado nas universidades para as empresas e podendo ser aproveitado para realizar uma parceria com uma entidade pública, neste caso uma câmara municipal.

Assim, acredita que estas parcerias sendo desenvolvidas no futuro poderão ajudar a delinear novas políticas públicas que visam um maior desenvolvimento do surf?

Aliás, até lhe digo mais, se souber de parceiros, ou politécnicos, ou essas universidades, toca a trazê-los para a Nazaré que os vamos receber de bom grado. Temos todo o interesse em desenvolver parcerias com as outras instituições, de forma a melhorar e melhor capacitar o surf no município. Hoje em dia temos fatos específicos para os surfistas das ondas gigantes da Nazaré, que foram desenvolvidos através de uma parceria com uma entidade privada, podendo muito bem ter sido realizada em parceria com uma instituição de ensino e investigação.

Assim, a Nazaré valoriza e ambiciona a criação de parcerias com estas instituições. Vou lhe dar um exemplo muito claro, hoje em dia existe uma parceria com o instituto hidrográfico que reporta as condições do mar pormenorizadas, relativamente à Nazaré, utilizadas por pescadores e surfistas, sendo bastante interessante e ambicionada a possibilidade de integrar as instituições de ensino e

investigação nesta equação de forma a tornar esta ferramenta ainda mais precisa e desenvolvida. Esta ferramenta gera mais valias para os surfistas, pescadores e toda a comunidade no fundo, o que é uma coisa fantástica e que naturalmente queremos continuar a desenvolver.

Consegue identificar algum tipo de constrangimentos que possam ser associados à criação de parcerias entre a câmara e as universidades?

Aqui não vejo grandes problemas, não se registam grandes possíveis constrangimentos ou obstáculos, podendo por vezes ser algo difícil ao nível da operacionalização ou aplicação concreta de alguma política. Contudo estas parcerias apresentam um carácter bastante apelativo no âmbito do desenvolvimento de ambas as instituições e conseqüentemente do município e região.

Por último gostava de questionar até que ponto tem existido a existência de uma dinâmica de aprendizagem entre os atores regionais, de forma a dinamizar a economia de surf na região Oeste?

Neste caso da Nazaré, não se tem verificado uma grande dinâmica de troca de conhecimentos entre entidades na Nazaré. O que há é numa lógica de parcerias de forma a permitir a criação de novos negócios e empresas, potenciando um desenvolvimento da Nazaré, contudo não se verifica uma grande afirmação na ótica da região Oeste. Isto é, a malta vê oportunidade e monta negócios relacionados com o surf num contexto local”

“PARCERIAS ENTRE AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SURF: OS CASOS DE PENICHE E NAZARÉ”

Equipa de Investigação

Alexandre Souto – ferreirasouto@ua.pt
Mestranda em Ciência Política, Universidade de Aveiro

Luís Mota (Orientador Científico) – luismota@ua.pt
Professor Auxiliar Convidado, Universidade de Aveiro

Informação para o participante

Em primeiro lugar, muito obrigada por aceitar participar na presente investigação para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade de Aveiro.

Deste documento informativo consta uma breve descrição do estudo, dos respetivos objetivos e do método de pesquisa selecionado, bem como um devido esclarecimento quanto ao seu envolvimento e aos seus direitos enquanto participante.

1. Finalidade do estudo

O desenvolvimento desta dissertação surge através do interesse em aprofundar a temática que respeita às parcerias existentes entre o poder local e as instituições de ensino e investigação, no âmbito da criação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do surf, sendo assim, proposta uma análise teórica e prática, envolvendo os casos de Peniche e Nazaré. Neste sentido, entendemos que este tema suscita bastante pertinência, perante o crescimento exponencial que se verifica relativamente ao turismo de surf em Portugal, nomeadamente na região centro de Portugal.

2. Uso da informação

A informação recolhida será usada para redigir a dissertação de mestrado da investigadora.

3. Métodos de pesquisa

No que concerne aos métodos escolhidos para este estudo serão aplicados um estudo de caso múltiplo, recorrendo a métodos de recolha de dados como as entrevistas, semiestruturadas presenciais, sempre que tal seja possível, com recurso a guiões previamente elaborados. Sempre que for consentido pelos entrevistados, usaremos um

gravador de voz para registrar a conversa de modo a proporcionar uma análise mais fidedigna do seu conteúdo.

4. Disponibilidade do estudo

Se desejar, poderá receber uma cópia dos documentos finais desta pesquisa, que disponibilizaremos aos participantes neste estudo, para que tenha a oportunidade de sugerir correções ou alterações, se necessário.

5. Participação voluntária

A sua participação neste projeto de investigação é voluntária. Pode recusar responder a qualquer pergunta que lhe seja colocada e solicitar que seja desligada a gravação a qualquer momento. Poderá também se retirar em qualquer momento da entrevista, por qualquer motivo e sem qualquer prejuízo.

Nome e assinatura do entrevistador:

Nome: Alexandre José Medeiros Ferreira de Souta

Assinatura Alexandre Souta Data 21/01/2020

Nome e assinatura do/a entrevistado/a:

Nome: Mark Paulo Rocha Ministro

Assinatura  Data 21/01/2020

“PARCERIAS ENTRE AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SURF: OS CASOS DE PENICHE E NAZARÉ”

Equipa de Investigação

Alexandre Souto – ferreirasouto@ua.pt
Mestranda em Ciência Política, Universidade de Aveiro

Luís Mota (Orientador Científico) – luismota@ua.pt
Professor Auxiliar Convidado, Universidade de Aveiro

Informação para o participante

Em primeiro lugar, muito obrigada por aceitar participar na presente investigação para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade de Aveiro.

Deste documento informativo consta uma breve descrição do estudo, dos respetivos objetivos e do método de pesquisa selecionado, bem como um devido esclarecimento quanto ao seu envolvimento e aos seus direitos enquanto participante.

1. Finalidade do estudo

O desenvolvimento desta dissertação surge através do interesse em aprofundar a temática que respeita às parcerias existentes entre o poder local e as instituições de ensino e investigação, no âmbito da criação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do surf, sendo assim, proposta uma análise teórica e prática, envolvendo os casos de Peniche e Nazaré. Neste sentido, entendemos que este tema suscita bastante pertinência, perante o crescimento exponencial que se verifica relativamente ao turismo de surf em Portugal, nomeadamente na região centro de Portugal.

2. Uso da informação

A informação recolhida será usada para redigir a dissertação de mestrado da investigadora.

3. Métodos de pesquisa

No que concerne aos métodos escolhidos para este estudo serão aplicados um estudo de caso múltiplo, recorrendo a métodos de recolha de dados como as entrevistas, semiestruturadas presenciais, sempre que tal seja possível, com recurso a guiões previamente elaborados. Sempre que for consentido pelos entrevistados, usaremos um

gravador de voz para registar a conversa de modo a proporcionar uma análise mais fidedigna do seu conteúdo.

4. Disponibilidade do estudo

Se desejar, poderá receber uma cópia dos documentos finais desta pesquisa, que disponibilizaremos aos participantes neste estudo, para que tenha a oportunidade de sugerir correções ou alterações, se necessário.

5. Participação voluntária

A sua participação neste projeto de investigação é voluntária. Pode recusar responder a qualquer pergunta que lhe seja colocada e solicitar que seja desligada a gravação a qualquer momento. Poderá também se retirar em qualquer momento da entrevista, por qualquer motivo e sem qualquer prejuízo.

Nome e assinatura do entrevistador:

Nome: Alexandre José Medeiros Ferreira de Souto

Assinatura Alexandre Souto Data 13/01/2020

Nome e assinatura do/a entrevistado/a:

Nome: João Paulo C. S. Jorge

Assinatura JP Data 13/01/2020

“PARCERIAS ENTRE AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SURF: OS CASOS DE PENICHE E NAZARÉ”

Equipa de Investigação

Alexandre Souto – ferreirasouto@ua.pt
Mestranda em Ciência Política, Universidade de Aveiro

Luís Mota (Orientador Científico) – luismota@ua.pt
Professor Auxiliar Convidado, Universidade de Aveiro

Informação para o participante

Em primeiro lugar, muito obrigada por aceitar participar na presente investigação para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade de Aveiro.

Deste documento informativo consta uma breve descrição do estudo, dos respetivos objetivos e do método de pesquisa selecionado, bem como um devido esclarecimento quanto ao seu envolvimento e aos seus direitos enquanto participante.

1. Finalidade do estudo

O desenvolvimento desta dissertação surge através do interesse em aprofundar a temática que respeita às parcerias existentes entre o poder local e as instituições de ensino e investigação, no âmbito da criação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do surf, sendo assim, proposta uma análise teórica e prática, envolvendo os casos de Peniche e Nazaré. Neste sentido, entendemos que este tema suscita bastante pertinência, perante o crescimento exponencial que se verifica relativamente ao turismo de surf em Portugal, nomeadamente na região centro de Portugal.

2. Uso da informação

A informação recolhida será usada para redigir a dissertação de mestrado da investigadora.

3. Métodos de pesquisa

No que concerne aos métodos escolhidos para este estudo serão aplicados um estudo de caso múltiplo, recorrendo a métodos de recolha de dados como as entrevistas, semiestruturadas presenciais, sempre que tal seja possível, com recurso a guiões previamente elaborados. Sempre que for consentido pelos entrevistados, usaremos um

gravador de voz para registrar a conversa de modo a proporcionar uma análise mais fidedigna do seu conteúdo.

4. Disponibilidade do estudo

Se desejar, poderá receber uma cópia dos documentos finais desta pesquisa, que disponibilizaremos aos participantes neste estudo, para que tenha a oportunidade de sugerir correções ou alterações, se necessário.

5. Participação voluntária

A sua participação neste projeto de investigação é voluntária. Pode recusar responder a qualquer pergunta que lhe seja colocada e solicitar que seja desligada a gravação a qualquer momento. Poderá também se retirar em qualquer momento da entrevista, por qualquer motivo e sem qualquer prejuízo.

Nome e assinatura do entrevistador:

Nome: Alexandre José Medeiros Ferreira de Souto

Assinatura Alexandre Souto

Data 16/01/2020

Nome e assinatura do/a entrevistado/a:

Nome: Walter Chicharro

Assinatura Walter Chicharro

Data 16/1/2020